

Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ
Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde

CAROLINA AROUCA GOMES DE BRITO

**MEDICINA E ANTROPOLOGIA: ATENÇÃO À SAÚDE NO SERVIÇO DE
PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS (1942-1956)**

Rio de Janeiro
2011

CAROLINA AROUCA GOMES DE BRITO

**MEDICINA E ANTROPOLOGIA: ATENÇÃO À SAÚDE NO SERVIÇO DE
PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS (1942-1956)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

Orientador: Profa. Dr. Nísia Trindade Lima

Rio de Janeiro
2011

Ficha catalográfica

B862m Brito, Carolina Arouca Gomes.

Medicina e antropologia: atenção à saúde no serviço de proteção aos índios (1942-1956) / Carolina Arouca Gomes de Brito. – Rio de Janeiro: s.n., 2011.
115 f.

Orientadora: Nísia Trindade Lima.

Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2011.

1. Saúde Pública – História. 2. Saúde Indígena. 3. Antropologia . 4. Atenção Primária à Saúde. 5. Brasil.

CDD 614

CAROLINA AROUCA GOMES DE BRITO

MEDICINA E ANTROPOLOGIA: ATENÇÃO À SAÚDE NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS (1942-1956)

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-FIOCRUZ, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

Aprovado em 10 de agosto de 2011.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Nísia Verônica Trindade Lima – Orientadora (Casa de Oswaldo Cruz –
Fundação Oswaldo Cruz)

Prof. Dr. Ricardo Ventura Santos (ENSP - Fiocruz)

Prof. Dra. Dominichi Miranda de Sá (Casa de Oswaldo Cruz – Fundação Oswaldo
Cruz)

Prof. Dr Marcos Chor Maio – suplente interno (Casa de Oswaldo Cruz – Fundação
Oswaldo Cruz)

Prof. Dra. Helena Bomeny Garchet – suplente externo (CPDOC / FGV)

Rio de Janeiro
2011

Para Willy, com todo o amor que houver nessa vida!

Agradecimentos

“Posso ter defeitos, viver ansioso e ficar irritado algumas vezes, mas não esqueço de que minha vida é a maior empresa do mundo. E que posso evitar que ela vá à falência. Ser feliz é reconhecer que vale a pena viver, apesar de todos os desafios, incompreensões e períodos de crise. Ser feliz é deixar de ser vítima dos problemas e se tornar um autor da própria história. É atravessar desertos fora de si, mas ser capaz de encontrar um oásis no recôndito da sua alma. É agradecer a Deus a cada manhã pelo milagre da vida. Ser feliz é não ter medo dos próprios sentimentos. É saber falar de si mesmo. É ter coragem para ouvir um não. É ter segurança para receber uma crítica, mesmo que injusta. Pedras no caminho? Guardo todas, um dia vou construir um castelo...” (Fernando Pessoa)

Enfim, eis um desafio vencido. Mais uma pedra que é posta em seu lugar no castelo da minha vida. E o que seria desta vida sem todos os queridos que não somente a preenchem de alegria, mas que também ajudaram a construí-la?

Início este momento agradecendo a Deus por ter me planejado e por ter me ajudado em todas as minhas empreitadas. Por me dar oportunidades e me capacitar para abraçá-las. Por me amar tanto assim.

Agradeço aos meus maiores incentivadores, meus pais, Antônio Carlos e Dinorá, sempre presentes nos momentos felizes e, também, nas dificuldades do caminho. Essa conquista também é deles.

Willy é outra pessoa sem a qual não teria sido possível lidar com tudo que assumi para minha vida. Meu amor e meu amigo. Agradeço por ter me compreendido e sonhado junto comigo. Obrigada pelo amor, pela dedicação e até pela paciência nesses anos. Simplesmente, obrigada por fazer parte da minha história de forma tão real e possível.

À minha querida avó Lizete, pelas orações e por seu exemplo de vida e força.

Agradeço imensamente à minha orientadora, Nísia Trindade Lima, pela confiança, apoio e interesse no meu trabalho. Porque acreditou na minha capacidade, me motivou e me orientou com paciência. Sempre demonstrando zelo e conhecimento indispensáveis para a conclusão deste trabalho. Obrigada, principalmente, pela generosidade e sinceridade na orientação durante esses anos de mestrado. Aprendi muito com você e espero continuar apreendendo no doutorado!

Ao longo desses dois anos de mestrado, alguns professores da Casa de Oswaldo Cruz foram importantes para minha formação intelectual e científica, além de contribuírem diretamente para o resultado final dessa dissertação. Entre eles, destaco a professora Dominichi Miranda, parte importante na minha trajetória na COC; orientou-me na Iniciação Científica com zelo e profissionalismo invejáveis. Acreditou no meu trabalho e me iniciou no mundo da pesquisa, algumas vezes diante das minhas lágrimas ansiosas. Obrigada, também, por ter participado da minha banca de qualificação, pelas críticas e pelos elogios, ambos de grande valor na minha avaliação.

Também por ocasião da qualificação, agradeço as considerações e proposições notáveis do professor Ricardo Ventura Santos, da ENSP. Suas sugestões reorientaram esse trabalho. Mais uma vez, obrigada!

Ao professor Robert Wegener, pela leitura atenta do meu projeto de mestrado e pelas contribuições bibliográficas necessárias para a estruturação desse trabalho final. Também aos professores André Botelho (UFRJ) e Marcos Chor Maio (COC) que, juntamente com minha orientadora Nísia Trindade Lima, me apresentaram “o mundo das ciências sociais no Brasil”, por ocasião do curso ministrado na UFRJ em parceria com a Fiocruz.

A toda a equipe da pós-graduação da COC, bem como todos os meus “companheiros de lutas”, ou melhor, de turma. Em especial, agradeço à Ingrid Casazza, pela amizade construída e fortalecida nesses anos de mestrado. Obrigada por toda a torcida e incentivo, certamente essa trajetória se tornou mais amena por causa da sua amizade. À Vanessa Pereira e a Patrícia Aranha agradeço pela torcida constante e, também, pela amizade de todas as horas.

À minha família, um agradecimento especial pelas orações e apoio de sempre, bem como aos meus amigos que acompanham minha trajetória de vida e que torceram muito desde a aprovação até esse momento da defesa, os queridos Clarisse, Rafael, Lu, Joni, Fernanda, Pablo, Aline, Anderson, Carol, Naty, Gisele, Germano, Michelle, Victor; aos pequenos Alice, Malu e Caio, o meu muito obrigada! Agradeço de maneira

especial à minha amiga Amanda Mattos, pelas horas de conversas incentivadoras e pela beleza da amizade que me ofereceu nesses anos.

Na busca por fontes de pesquisa, frequentei alguns arquivos e bibliotecas. Agradeço muitíssimo ao cuidado e profissionalismo de toda a equipe do arquivo Museu do Índio do Rio de Janeiro e, também, da biblioteca dessa instituição. Aos bibliotecários da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, também agradeço pela dedicação. Não posso deixar de agradecer à equipe do CEDOC e da biblioteca da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), que me receberam por uma semana com um carinho especial.

Agradeço à CAPES pelo financiamento dessa pesquisa.

Por fim, agradeço a todos que, de maneira direta ou indireta, contribuíram para a realização desse trabalho e que não foram citados aqui. Obrigada a todos que tiveram participação especial na minha vida e me ajudaram, mesmo sem perceber, a vencer os obstáculos e a chegar a esse momento.

Sumário

Resumo	12
Introdução.....	14
Capítulo 1- Serviço de Proteção aos Índios: A saúde indígena (1910-1940).....	22
1.1- Nativos pelo caminho: A criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais.....	22
1.2- A estrutura do SPI.....	30
1.3- A saúde indígena no SPI (1910-1940)	35
Capítulo 2- A saúde indígena no SPI: Denúncias, tentativas de políticas e o projeto para um Serviço Médico-Sanitário do SPI.....	39
2.1 - Plano para um Serviço Médico-Sanitário do SPI.....	43
2.2 – Inquéritos e os Boletins Internos do SPI: Denúncias e demandas.....	47
Capítulo 3- A experiência de Darcy Ribeiro no SPI (1947-1956).....	58
3.1- A Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo.....	60
3.2- Seção Etnológica.....	66
3.3- Darcy Ribeiro: Etnólogo do SPI (1947-1956).....	74
Considerações finais.....	90
Arquivos Consultados e Bibliografia.....	93
Anexos.....	101

Lista de Siglas

CEDOC FESPSP – Centro de Documentação da Fundação Escola de Sociologia de São Paulo

CLTEMA – Comissão de Linhas Telegráficas e Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas

CNPI – Conselho Nacional de Proteção aos Índios

FBC – Fundação Brasil Central

IR – Inspetoria Regional

NP FESPSP – Núcleo de Pesquisa da Fundação Escola de Sociologia de São Paulo

PIN- Posto Indígena de Nacionalização

S.E – Seção de Estudos

SARQ - MI – Serviço de Arquivo Museu do Índio

SOA - Seção de Orientação e Assistência

SPI – Serviço de Proteção aos Índios

SPILTN – Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais

SUSA – Serviço de Unidades Sanitárias Aéreas

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 -.....	102
Anexo 2 –	103
Anexo 3 -.....	103
Anexo - 4.....	104
Anexo 5-	104
Anexo 6-	105
Anexo 7 -.....	105
Anexo 8 -.....	106
Anexo 9 -.....	107
Anexo 10-.....	108
Anexo 11-.....	109
Anexo 12-	110
Anexo 13-.....	111
Anexo 14-	112
Anexo 15-.....	113
Anexo 16-	113
Anexo 17-.....	114
Anexo18-	115

RESUMO

Este trabalho busca caracterizar e compreender como as ações de atenção à saúde indígena no Serviço de Proteção aos Índios (SPI) eram realizadas e desenvolvidas. O período a ser analisado compreende os anos de 1942 – 1956, respectivamente, o ano da criação da Seção de Estudos (S.E.) do SPI, reconhecido pela literatura – que tem se dedicado ao tema – como o momento de importantes mudanças no referido órgão, a partir de uma reorientação voltada para a valorização das ciências sociais em sua estrutura administrativa; e o ano em que Darcy Ribeiro deixa o cargo de etnólogo e chefe da S.E. Nesse contexto, dedico importante espaço de análise à proposta para a criação de um “Serviço de médico-sanitário do SPI”, que sugeriria uma vinculação entre os saberes médicos e antropológicos na promoção de melhorias sanitárias aos grupos indígenas sob sua proteção. Para compor essa discussão, analiso também outras fontes documentais em diferentes recortes temporais, (com o objetivo de caracterizar o desenvolvimento do espectro da assistência no âmbito do SPI), como os Relatórios Oficiais ao Ministério da Agricultura e os Boletins Internos, este último com maior foco, a fim de se observar as demandas salientadas pelos chefes dos postos indígenas. Destaco que denúncias e registros sobre surtos epidêmicos, falta de assistência às populações e fragilidade do SPI constavam nos relatórios e inquéritos realizados pelo Serviço, desde suas origens até a década de 1950. Os problemas apontados consistiam na falta de material médico, de profissionais da saúde, além de constatações de prejuízos advindos do processo de “aculturação”, dado o impacto do convívio entre indígenas e civilizados. Desde a década de 1920, registrava-se naqueles documentos que a notável dificuldade sanitária enfrentada pelos grupos indígenas assistidos pelo SPI contribuiu largamente para o agravamento da diminuição demográfica indígena. Neste sentido, proponho uma análise atenta aos esforços do SPI, primeiro órgão governamental do país criado com o objetivo de garantir a assistência aos grupos indígenas, na promoção de políticas de melhorias das condições de vida e sobrevivência dessas populações.

ABSTRACT

This work seeks to characterize and understand how the actions of indigenous health care in the Indian Protection Service (SPI) were performed and developed. The period under consideration includes the years 1942 - 1956, respectively, the year of the creation of Studies Section (SE) of SPI, recognized that the literature has focused the theme, such as the time of important changes in that body, from a reorientation toward the enhancement of social sciences in the administrative structures; and the year in which Darcy Ribeiro leaves office as an ethnologist and leader of the SE in this context important to dedicate space to examine the proposal for the creation of a "Service of Health care SPI, "which suggested a link between medical and anthropological knowledge in promoting health improvements to indigenous groups under his protection. To make this discussion also examines other documentary sources in different time periods (in order to characterize the spectrum of development assistance under SPI) as the official reports to the Ministry of Agriculture and internal newsletters, the latter with greater focus in order to comply with demands highlighted by the heads of Indian Posts. I point out that records of complaints and epidemics, lack of assistance to populations and fragility of the SPI, contained in the reports and surveys conducted by the Service, from its origins to the 1950s. The problems mentioned were based on the lack of medical supplies, health professionals, as well as findings of losses from the process of "acculturation," given the impact of interaction between indigenous and civilized. Since the 1920s, recorded on those documents the remarkable health difficulties faced by indigenous groups assisted by the SPI has largely contributed to the worsening of the indigenous demographic decline. In this sense I propose a careful analysis of the SPI efforts, the country's first government agency created to ensure assistance to indigenous groups, in promoting policies for improvement of living conditions and survival of these populations.

Introdução

“Não é somente a terra e garantias legais à sua condição de índio que o SPI deve assegurar à população indígena. Cumpre defendê-la das doenças transmitidas pelos brancos cuja alta letalidade em populações virgens de contágio ameaça levá-las à extinção...” (RIBEIRO, 1970, p.207/208)

O trecho acima citado compõe a segunda parte do livro “Os índios e a Civilização” de Darcy Ribeiro. Sob o título “Doença, Fome e Desengano”, o tópico discute a atuação do SPI em relação à atenção à saúde dos grupos indígenas. Assim como o trecho demonstra, a assistência sanitária era parte dos compromissos desse órgão com as populações indígenas, inclusive prevista em suas primeiras regulamentações: *“Prestar aos índios do Brasil, proteção e assistência, amparando a vida (...) defendendo-os do extermínio, resguardando-os da miséria, quer vivam em aldeias, reunidos em tribos ou promiscuamente com civilizados”* (Decreto nº736 de 6/04/1936, Artigo 1º, Regulamento SPI, CEDOC, Museu do Índio, FUNAI.). E o mesmo decreto segue em seu artigo 3º: *“Tratá-los [os índios] nas suas doenças fornecendo-lhes gratuitamente medicamentos e outros recursos que então careçam”* (Idem). No entanto, a assistência sanitária a esses grupos indígenas não se mostrou estruturada ou eficiente ao longo da atuação do SPI. Autores que se dedicaram ao tema são quase unânimes em afirmar a ineficiência, desorganização e, por vezes, a ausência da atenção à saúde indígena por parte do SPI.

De fato, esse tema era praticamente invisível no âmbito da política nacional de saúde e tratado de forma incipiente no SPI, de 1910 a 1967, ou seja, ao longo de seus 57 anos de atuação. De acordo com esses mesmos autores, sua maior visibilidade viria a ocorrer na década de 1950, sobretudo a partir da atuação do médico Noel Nutels e da criação do Serviço de Unidades Sanitárias Aéreas (SUSA), vinculado ao Serviço Nacional de Tuberculose do Ministério da Saúde (Santos et.al. 2009; Paz, 1994; Costa, 1987).

É bastante comum se estabelecer uma vinculação entre a experiência de Noel Nutels e o tema da saúde indígena no Brasil. Reconhecido pela literatura que se dedica ao tema como o pioneiro, senão o único a propor e implementar ações sanitárias voltada especificamente para as populações do interior do país, especialmente os grupos indígenas, o médico fisiologista Noel Nutels realizou inúmeras incursões pelo país com o auxílio do Ministério da Saúde. A trajetória desse médico sertanista teve início ainda na década de 1940, com a Expedição Roncador-Xingú. Essa Expedição teve início em junho de 1943, sob a iniciativa da Coordenação da Mobilização Econômica, ligada administrativamente à Fundação Brasil Central (FBC)¹. Como objetivos principais dessa Expedição, podem-se destacar o mapeamento das riquezas naturais e a promoção da colonização do interior do país (Menezes, 2000). As atribuições de Nutels, por ocasião da Expedição Roncador-Xingú², eram bastante amplas, desde a fixação de preços até o planejamento dos meios de transporte (Paiva, 2003). No ano de 1949, são nomeados para a chefia da referida Expedição os irmãos Villas-Boas e, para o cargo de médico, Noel Nutels, que se consolidava cada vez mais como médico sanitaria (Paiva, 2003).

Anos mais tarde, precisamente em 1951, o médico sertanista frequenta, no Rio de Janeiro, um curso de especialização para o aprimoramento na luta contra a tuberculose, o que certamente facilitou sua entrada no Serviço Nacional de Tuberculose (SNT). A experiência no SNT gerou o ideal do serviço de assistência médica aérea, mais tarde estabelecida no Serviço de Unidades Aéreas (SUSA). O ideal gestado em 1952, a partir de uma reunião entre o presidente Getúlio Vargas e uma equipe formada, entre outros, por Darcy Ribeiro, Rondon, Heloisa Alberto Torres, José da Gama Malcher, os Villas-Boas e Nutels, teve aprovação somente em 1956. Nesse período intermediário, entre 1952-1956, Noel Nutels organiza uma equipe e passa a realizar abreugrafias e vacinações de forma improvisada, contando apenas com recursos provenientes das suas relações pessoais, e não do Estado (Costa, 1987). O SUSA iniciou suas atividades em 1956, e Nutels foi o diretor desde sua fundação até o ano de 1973,

¹ Neste período, a FBC era chefiada por João Alberto Lins de Barros, então ministro da Coordenação Econômica.

² Sobre a Expedição Roncador-Xingú, Mariza Campos da Paz (2004) destaca que esta fazia parte dos planos governamentais do período, capitaneados por Getúlio Vargas. A “Marcha para o Oeste” teria, portanto, motivações políticas e econômicas em relação às conquistas dos “espaços vazios” do território nacional (Paz, 2004).

quando faleceu. Entre os objetivos do SUSA estavam: identificar, informar e medicar as populações assoladas pela Tuberculose.

Deste modo, configurou-se uma das mais importantes iniciativas no campo da saúde pública brasileira, voltada para as populações do interior do país na década de 1950. Contudo o impacto das ações de saúde, em que pese sua relevância na avaliação de políticas públicas, não constitui a única questão a ser analisada. De modo coerente com a proposta dessa dissertação, importa também analisar ideias presentes na abordagem das relações das agências estatais com as populações indígenas, especialmente no que se refere às condições de saúde. À luz dessa perspectiva, destaco a presença de algumas propostas apresentadas no âmbito do SPI durante as décadas de 1940 e 1950, as quais alcançaram desdobramentos importantes nos anos que seguiram. Um dos seus pressupostos consistia na necessidade de se criar uma especialidade – a saúde indígena – a partir de críticas às ações do Ministério da Educação e Saúde, que enfatizavam a assistência rural e a saúde das populações caboclas. Este foi o caso do Plano de Serviço Médico-Sanitário do SPI, apresentado em dezembro de 1946, por Herbert Serpa, diretor da Seção de Estudos (S.E.) daquele organismo de 1944 a 1951. Consideramos que, naquele momento, tomaram forma algumas ideias sobre a especificidade que deveria orientar a saúde indígena, conformando, deste modo, uma matriz de interpretação sobre o tema, com implicações nas décadas seguintes. Com o objetivo de compreendê-la, neste capítulo procuramos analisar as ideias que orientaram a atuação da Seção de Estudos do SPI, em particular a redução demográfica indígena, questão apontada por Darcy Ribeiro naquele período.

Desde os primeiros anos de atuação do SPI, o horizonte de desaparecimento esteve presente em documentos e em relatos de viagens científicas, a exemplo daquelas realizadas pela Comissão Construtora das Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, a Comissão Rondon (Sá, Sá e Lima, 2008). Dos textos elaborados a partir das atividades dessa comissão, o livro *Rondonia: Anthropologia e Ethnographia*, de Edgard Roquette-Pinto (2005), pode ser tomado como exemplo bastante elucidativo. Publicado originalmente em 1917 como um relato da experiência da viagem de 1912 a Serra do Norte, onde se localizavam os povos Paresí e Nambiqwara, os últimos em fase inicial de contato com a Comissão Rondon, o livro é apresentado pelo autor como uma tentativa de “*tirar um instantâneo da situação antropológica e etnográfica, dos índios da Serra do Norte, antes que principiasse o*

trabalho de decomposição que nossa cultura vai neles processando.” (Roquette-Pinto, 2005, p.XIV).

Talvez por essa razão – a percepção do inevitável desaparecimento das populações Paresí e Nambiqwara - a defesa de uma etnografia sertaneja emerge como uma das principais propostas apresentadas. Isto não obstante registros da cultura material e imaterial e das doenças identificadas pelo médico e antropólogo nessas regiões ocuparem grande parte da obra. Nessa perspectiva, é interessante observar o lugar especial ocupado pelos Paresí na descrição das sociedades indígenas com as quais estabeleceu contato. Para Roquette-Pinto, os Paresí conformavam um exemplo de transição de “índio” para “brasileiro”, processo mediado pela cultura sertaneja. Referia-se ao processo de assimilação dos Paresí à organização social do país, entendendo que eles teriam deixado de ser “índios” para se transformarem em “sertanejos” (Lima, Santos e Coimbra Jr. 2005). E, valendo-se de argumento de nítida inspiração na obra clássica de Euclides da Cunha, o autor identificava nos sertanejos o cerne da nacionalidade brasileira.

Estudos vêm se dedicando às populações indígenas e, especialmente, às relações entre índios e brancos ao longo do tempo. Com base em reflexões que vêm orientando pesquisa sobre as ciências sociais e o campo da saúde pública nas décadas de 1940 e 1950 (Maio e Lima, 2009; Lima e Maio, 2010), pretendo contribuir para uma linha de estudos que se volta para as relações entre antropologia e saúde indígena no período em pauta.

A política indigenista e o papel do SPI têm sido tema de importantes pesquisas, entre as quais se destaca a de Antonio Carlos de Souza Lima. O argumento de Souza Lima apresenta o SPI sob uma concepção que vincula os interesses do Estado ao reconhecimento e controle dos grupos indígenas brasileiros. Sob essa perspectiva, este órgão é analisado como um braço estatal nas fronteiras do país e que, para além de garantir-lhes melhorias nas condições de vida, teria por finalidade formar novos cidadãos brasileiros, novos “trabalhadores nacionais”, integrados à sociedade “civilizada”, e em franco progresso (Lima, 1995). O autor argumenta que o SPI pretendia, junto aos indígenas, a pacificação, a atração e, por fim, a civilização, com a fixação dos indígenas nos postos, no exercício do “Poder Tutelar”, ou seja, “certa modalidade de poder estatizado, exequido pelo SPI sobre os indígenas” (Lima, p.30, 1995).

Devido à importância do SPI e seu legado para as políticas indigenistas contemporâneas, também historiadores vêm se ocupando da análise do tema. Entre eles, se destaca Elias dos Santos Bigio, que enfatiza que a criação de um Serviço de Proteção ao Índio tinha por objetivo “integrá-los à nação brasileira” e “incorporar essas áreas à economia brasileira, bem como os próprios índios como mão-de-obra” (Bigio, 2000, p. 6). O autor aponta, também, a questão da catequese leiga ou religiosa como marco fomentador da criação do SPI. Bigio argumenta em seu livro que a relação entre os agentes do SPI e os indígenas nem sempre foi amistosa. Segundo o autor, encontram-se nos documentos do SPI registros que demonstram terem sido constantes os ataques de indígenas aos trabalhadores da Comissão Rondon e do SPI (Bigio, p. 45, 2000).

Também o trabalho da historiadora Priscila Enrique (Oliveira, 2008) apresenta-se como um estudo sobre as políticas de saúde para os indígenas no período em que estiveram sob a proteção do SPI (1910-1967). A autora, acompanhando a análise Souza Lima, revela as dificuldades dos serviços médicos desenvolvidos pelo SPI. Segundo a autora, “mesmo com todas as discussões e reflexões que o SPI tenha articulado no decorrer de sua existência, sua ação nunca deixou de ser paternalista e de produzir um pensamento negativo acerca das populações indígenas”. A assistência sanitária aos indígenas foi realizada sempre de forma esporádica e irregular; segundo a autora, os cortes orçamentários e as dificuldades administrativas enfrentadas pelo SPI, ao longo dos anos, refletiram-se diretamente nas ações sanitárias pretendidas pelo serviço, somados aos percalços atribuídos à distância e à resistência dos indígenas.

No âmbito da medicina social, o trabalho de Mariza Campos da Paz (1994), propõe uma análise ampla acerca da assistência médica aos indígenas entre os anos de 1943 e 1973. No tocante ao SPI, a autora destaca que, neste período, não havia neste órgão uma preocupação direcionada para a questão da saúde indígena. A autora argumenta ainda que este período fora marcado por esforços no sentido de uma relação menos desigual entre índios e civilizados, o que não impediu, porém, a violência de garimpeiros e sertanistas cobiçando as terras indígenas, nem a “presença indiscriminada do branco e de suas doenças infecciosas que matavam centenas de índios em pouco tempo” (PAZ, p.44, 1994). A importância do trabalho de Mariza Campos da Paz está em situar o papel de outras agências, como a Fundação Brasil Central, o SUS e o papel de Noel Nutels no desenvolvimento de práticas sanitárias junto aos grupos indígenas.

A Seção de Estudos do SPI foi tema da pesquisa de doutoramento da museóloga Ione Couto (2007). Neste trabalho, a autora faz uma revisão da documentação da extinta seção, de modo a compor uma análise que determine os antecedentes da criação do Museu do índio. Couto desenvolve seu texto a partir de uma vasta documentação acerca das primeiras regulamentações sobre as culturas indígenas, especialmente aquelas relacionadas à cultura material dessas populações. A autora afirma que o tema pode ser “pouco familiar” para a maioria das pessoas, já que os estudos que tomam o SPI como objeto de estudos têm se mostrado sucintos ao abordarem a criação e o funcionamento da S.E., como é o caso dos trabalhos de Gagliardi e Lima e tantos outros que abordam o tema (Couto, p.5, 2007). Diante do pouco interesse intelectual sobre o tema, a autora enumera dois eixos centrais que justificariam sua pesquisa, são eles: ter sido a SE responsável pelas pesquisas etnográficas do referido órgão e pela implementação de uma instituição museológica na sede desse Serviço (Couto, p.4, 2007). Para compor a análise proposta neste capítulo, interessa-nos, especialmente, o primeiro eixo, no que tange ao desenvolvimento de uma etnologia no âmbito do SPI.

Ao adotar outra perspectiva de análise, o trabalho de Regina Érica Figueiredo traz contribuições importantes para os objetivos deste projeto, posto que aborda a participação e o papel dos antropólogos nos programas interamericanos de assistência técnica e saúde no Brasil neste período. A autora propõe uma vinculação entre os saberes antropológicos e o desenvolvimento de políticas de assistência sanitária no país entre as décadas de 40 e 60, marcando, assim, uma importante transformação em relação à antropologia no cenário político social brasileiro. Segundo a autora, a atuação da antropologia se insere no campo da assistência médica após a Segunda Guerra Mundial que, segundo ela, “criou precedentes para uma atitude nacional mais tolerante em relação à diferença cultural”, além de uma reconfiguração da própria disciplina que se apresentava agora como “uma ciência da cultura” (Figueiredo, p.13, 2009). Em relação ao SPI, Figueiredo afirma ser um dos primeiros órgãos vinculados ao Estado a incorporar as prerrogativas das ciências sociais, vinculando-as a uma agenda de reforma social.

Entretanto ainda não foram objeto de investigação mais aprofundada propostas apresentadas no âmbito dessa agência estatal como decorrência do encontro entre antropologia, saúde e questão indígena, o que constitui, em minha perspectiva, um importante capítulo da história das ciências sociais no Brasil. Considero, ainda, que o estudo de tal encontro pode contribuir, a partir de uma perspectiva histórica, para a

abordagem de dilemas contemporâneos expressos tanto na produção acadêmica como na agenda de políticas públicas.

O objetivo deste trabalho está em caracterizar e compreender como as ações de atenção à saúde indígena eram realizadas no SPI, como se articulavam a estrutura administrativa desse órgão e as políticas voltadas para a questão da assistência sanitária indígena. Nesse contexto, busco, ainda, relacionar o processo de institucionalização das ciências sociais no Brasil à incorporação de antropólogos e etnólogos aos quadros de funcionários desse órgão na década de 1940, o que teria impelido ao órgão uma orientação voltada aos preceitos científicos, em voga no período. Para isso, lanço mão de fontes oficiais do Serviço, tais como relatórios, boletins internos, inquéritos, entre outros. A fim de compor essa análise, divido em três partes esta dissertação. No primeiro capítulo, busco compreender a criação do SPI no âmbito da empreitada chefiada por Rondon, a Comissão de Linhas Telegráficas e Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas (CLTEMA). Apresento ainda uma breve discussão bibliográfica sobre o SPI e discuto sua estruturação ministerial ao longo de suas atividades. Finalizo o capítulo assinalando a questão sanitária no âmbito desse Serviço entre os anos de 1910 e 1940.

O capítulo dois apresenta uma discussão acerca da década de 1940 no SPI, a fim de perceber uma orientação científica na questão da assistência indígena; para tanto, lanço mão de fontes administrativas do referido órgão, tais como Relatórios, inquérito e Boletins Internos. O objetivo central desse capítulo é apresentar os esforços e/ou empreitadas desse órgão em relação à saúde indígena sob uma nova orientação científica, inaugurada neste órgão a partir da criação da Seção de Estudos em 1942 e da contratação de profissionais das ciências sócias em 1947.

O terceiro, e último capítulo dessa dissertação, focaliza na atuação do primeiro etnólogo contratado do SPI, Darcy Ribeiro. Neste tópico, faço uma análise da trajetória acadêmica de Darcy Ribeiro, analisando sua permanência na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, especialmente sua relação acadêmica com Herbert Baldus, seu orientador e responsável por apresentá-lo à questão indígena e ao SPI. A questão central aqui está em analisar e problematizar as reflexões e/ou denúncias elaboradas por Darcy Ribeiro em relação ao impacto social da redução demográfica indígena. Na perspectiva de Darcy Ribeiro, os contatos com as doenças e as demandas dos civilizados destacam-se como os maiores responsáveis pelo progressivo declínio demográfico de populações

indígenas do Brasil. O objetivo deste tópico refere-se a uma tentativa de síntese do processo de atuação de profissionais das Ciências Sociais em Instituições de saúde. Darcy Ribeiro, então, se apresenta como um personagem importante para essa análise no âmbito do SPI no período proposto por esta pesquisa.

Capítulo 1

Serviço de Proteção aos Índios: A saúde indígena (1910-1940)

Neste capítulo, revisitaremos a história da criação do primeiro órgão governamental brasileiro voltado para as populações indígenas do país. Atenção maior será conferida à questão sanitária dessas populações nas primeiras décadas de atuação do SPI, especificamente entre os anos de 1910 e 1940. A estruturação desse órgão se deu no âmbito da Comissão de Linhas Telegráficas e Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas -CLTEMA- (1907-1930). Nesse sentido, julgo importante algumas considerações acerca da referida Comissão e seus possíveis desdobramentos.

1.1 Nativos pelo caminho: A criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais no interior da Comissão Rondon

Uma das expressões mais gerais dos primeiros governos republicanos (1889-1930) foi o ideal de progresso da sociedade, refletido na “urgência das comunicações” (Maciel, 1998) e trocas e na necessidade de controle de fronteiras e povoamento das regiões de “sertão”. O regime republicano pretendia encurtar, assim, as distâncias territoriais e sociais do país. Apontado pela Historiografia com bastante frequência, é a temática do ideal de modernização da sociedade que acompanhou a Proclamação da República brasileira. Em geral, os autores (Carvalho:1990; Holanda:1997; Sevcenko:2003; entre outros) destacam, refletindo criticamente, a associação – comum – ao período – entre Monarquia e atraso, por um lado, e República e progresso, por outro. Em relação às cidades, especialmente o Rio de Janeiro, as reformas urbanas ditadas pelos preceitos de higiene, combinadas à emergência de novas normas de convívio, modificaram inteiramente sua feição. Este movimento de grandes reformas buscava conferir às urbes brasileiras contornos, tons e conteúdos semelhantes às metrópoles européias (Sevcenko, 2003). No que tange ao território denominado “sertões do país”, diante do “progresso” vivido nas cidades, restava-lhe dialeticamente o papel do atraso. É construído, portanto, neste momento, o ideal de oposição entre “cidade industriosa e campo indolente”, que pautará essa relação de espelho e contrastes (Sevcenko, 2003, p. 45).

Com o objetivo central de promover uma interiorização da autoridade estatal, a República patrocinou missões com o intuito de reconhecer e demarcar fronteiras, além de almejar a ocupação e o povoamento de espaços vazios (Sá, Sá e Lima, 2008; Diacon, 2006; Lima, 1999; Maciel 1998). O Estado e seus agentes, promovendo a incorporação desses territórios, acreditavam estar levando o desenvolvimento àquelas populações, transformando-as, assim, em “brasileiros modernos” (DIACON, 2006, p. 34). Na esteira do processo de integração territorial e de política nacional pretendida pela República, destaca-se o papel do telégrafo³. Este, já utilizado em pequena escala no regime imperial, configurou-se como um dos símbolos do progresso e da modernização:

“o telégrafo teria o papel da sonda que deveria acompanhar o trabalho do explorador que ousava devassar regiões distantes e desertas (...) – um instrumento auxiliar da produção e do comércio” (MACIEL, 1998, p. 99).

A utilização do telégrafo apresenta-se como uma opção para atender às necessidades de comunicação e também como um instrumento de caráter essencial para conferir agilidade à administração do país (MACIEL, 1998). Os primeiros governos republicanos, sobretudo aqueles das primeiras duas décadas, instalavam uma estação telegráfica como símbolo e garantia da presença do Estado naquela região. Destaca-se que o intento modernizador ligado ao ideal de progresso e comunicação vinculados ao Telégrafo refere-se, especialmente, aos primeiros anos da República brasileira, e não propriamente a toda República, visto que esta não se configura como um bloco hegemônico.

A questão das comunicações não se restringia a um mero desenvolvimento tecnológico, apesar de isso espelhar, como premissa básica, o processo de modernização do país. Os esforços despendidos traduzem, na realidade, um projeto político que se propunha a entabular novas diretrizes de ideias e de práticas sociais para o Brasil. Neste sentido, a implantação de Linhas Telegráficas ao longo de territórios considerados como “vazios demográficos e de poder” encontrava lugar na política de integração e

³ Criado em 1844 por Samuel Morse na Inglaterra, representou um avanço para o intento de integrar e de comunicar. No Brasil, a primeira Linha Telegráfica foi concluída em 1852, no Rio de Janeiro, ligando a Quinta Imperial ao Quartel General do Exército. No ano de 1874, o Brasil liga-se à Europa através de cabos submarinos de Telegrafia. Torna-se símbolo de agilidade na Primeira República brasileira, sendo alegada razão de inúmeras Comissões para instalação e conservação das linhas ao longo do território nacional.

modernização da República brasileira. Este projeto pregava a urgência da informação e da comunicação que interligaria todo o território e o conformaria como país. No ano de 1891, foi criada, pelo Governo Federal, a primeira Comissão Construtora de Linhas Telegráficas do Rio de Janeiro ao Mato Grosso (CCLTRJMT). O objetivo era exatamente materializar esta expressão de interligar o território nacional. Liderada por Ernesto Gomes Carneiro⁴, a Comissão perdurou até o ano de 1898 e foi especialmente bem sucedida. Nesta, destaca-se a participação e atuação do militar Cândido Mariano da Silva Rondon⁵ (Sá, Sá & Lima, 2008).

No intervalo de tempo entre 1900 e 1906, Cândido Mariano Rondon chefiou os trabalhos da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas de Mato Grosso a Goiás (CCLTMTG). Tanto a Comissão liderada por Gomes Carneiro quanto as Comissões comandadas por Rondon estavam subordinadas ao Ministério da Guerra e da Viação e Obras Públicas (Sá, Sá & Lima, 2008).

Em 1907, Rondon chefitaria “aquela que seria a mais audaciosa e complexa Comissão patrocinada pela República brasileira” (SÁ & LIMA, 2008, p. 5), a “Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas”. Tal Comissão, realizada no período entre 1907 a 1915, fica reconhecida pela expressão “Comissão Rondon”. Sob esse título são comumente designados todos os trabalhos realizados por Rondon no interior do Brasil ao longo de sua longa carreira militar, um período de 50 anos, que vai de 1889 a 1939. Os trabalhos realizados por ele ao longo desses anos incluem: a construção da linha telegráfica do Mato Grosso a Goiás, como auxiliar do Major Gomes Carneiro (1892-1898); a construção de linhas telegráficas entre o Rio de Janeiro e Mato Grosso (1900-1906), que chefiou; os trabalhos da CLTEMA (1907-1915), que também chefiou – incluídas aí as atividades da

⁴ O major Antônio Ernesto Carneiro nasceu em Minas Gerais no ano de 1846. Ingressou na Escola Militar e na Escola de Tiro de Campo Grande no ano de 1872. Republicano, liderou a Comissão de instalação de telégrafos entre Mato Grosso e Goiás em 1891. Pouco tempo depois, em 1894, morre durante o cerco da Lapa, no Paraná, episódio da Revolução Federalista, articulado com a Revolta da Armada (Cf. *Dicionário Histórico e Geográfico dos Campos Gerais*).

⁵ Cândido Mariano da Silva Rondon nasceu no Estado de Mato Grosso, no ano de 1865. Órfão de pai e mãe, Rondon morou com um tio em Cuiabá (1873). Entrou para o Exército e foi transferido para o Rio de Janeiro em 1881. No ano de 1890, formou-se Bacharel em Matemática e Ciências Físicas e Naturais na Escola Superior de Guerra. Como oficial do Exército, “passou os trinta anos seguintes construindo Linhas Telegráficas, agora em sua terra natal, o Mato Grosso” (DIACON, 2006, p.16). No ano de 1927, foi nomeado pelo Presidente Washington Luiz (1926-1930) comandante da Comissão de Inspeção de Fronteiras. Em 1934, foi indicado pelo Presidente Getúlio Vargas (1930-1934) para presidir a Comissão Mista Internacional Peru-Colômbia. Faleceu em 1958, no Rio de Janeiro, aos 92 anos.

A “Equipe da Comissão” contava com profissionais das mais diversas áreas, como: oficiais do Batalhão de Engenharia e Construção do Exército, naturalistas, botânicos, cartógrafos, geólogos, zoólogos e antropólogos (SÁ & LIMA, 2008). A diversificação de profissionais demonstra a vastidão das atividades desta Comissão no interior do país, bem como os investimentos nela alocados, ratificando sua importância no programa político do momento. As expedições eram compostas basicamente por:

“militares, 2 médicos e 2 farmacêuticos. 1 fotógrafo e dezenas de praças para a execução dos trabalhos mais pesados. Somavam-se a eles guarda-fios e telegrafistas do ministério da viação, totalizavam assim cerca de 150 pessoas que recebiam rendimentos diferenciados” (SÁ & LIMA, 2008, p.08).

A Equipe que acompanhou Rondon nas viagens da referida Comissão era, igualmente, bastante numerosa. Muitas eram as divisões de ocupação entre o grupo nos sertões. Além de grande contingente humano, a Comissão contava também com certa mobilidade da equipe, o que dificulta a produção de um inventário preciso dos membros que fizeram parte desta ao longo de suas atividades. Pode-se fazer uma breve relação dos naturalistas e médicos presentes no Estado do Mato Grosso no período entre 1907 e 1915. Assim, têm-se os médicos: Dr. José Antônio Cajazeira (médico da Expedição Roosevelt-Rondon), Dr. Joaquim Augusto Tanajura e João Florentino Meira; e os naturalistas: Alípio de Miranda (zoólogo), Frederico Carlos Hoehne (geólogo), Cícero Campos (engenheiro).

Outra característica que marca a multiplicidade e a complexidade de seus objetivos refere-se à subordinação ministerial da Comissão. Esta se vinculava simultaneamente aos Ministérios da Guerra, da Viação e Obras Públicas e ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, ao longo de sua vida ativa. De acordo com as instruções do Ministério da Guerra, da Viação e Obras Públicas, a Comissão deveria realizar estudos sobre as populações e as riquezas naturais da região do Mato Grosso e do Amazonas. O objetivo consistia em avaliar o potencial do solo daquelas regiões para o cultivo de lavouras, além da diversificação e modernização das áreas de plantio (Sá, Sá & Lima, 2008).

Alguns autores (MACIEL, 1998; BIGIO, 2000; DIACON, 2006) tomaram a Comissão Rondon por objeto de pesquisa. Estes focam suas análises no projeto modernizador da República, do qual a Comissão seria uma das expressões mais claras no que diz respeito ao intento de integração nacional. Sobre o assunto, Laura Maciel afirma que:

“Mais que uma racionalidade de ordem econômica ou uma idéia do telégrafo como propulsor do progresso e do desenvolvimento, eram razões estratégicas de povoamento e defesa do território as justificativas e alavancas para a construção de uma linha telegráfica entre Mato Grosso e o Amazonas” (1998, p.10).

Seguindo, por sua vez, Elias dos Santos Bigio :

“os argumentos estratégico-militares da vulnerabilidade e da necessidade de proteger as fronteiras do Brasil em Mato Grosso foram tão fortes quanto os argumentos políticos e econômicos (...) no que diz respeito à facilidade de comunicação, abertura de estradas de rodagem e criação de núcleos de povoamento no entorno das estações” (2000, pp 10/11).

Um importante estudo sobre o tema focaliza a Comissão Rondon como um importante instrumento para o reconhecimento científico do interior do país, posto que enviou ao noroeste do Brasil naturalistas para a coleta de material, identificação de recursos naturais e localização de terras mais adequadas à agricultura” (Sá, Sá e Lima, 2008). Ainda, segundo as autoras:

“Na Comissão de Mato Grosso ao Amazonas, ciência, caminhos e comunicações adentraram o extremo norte juntos, e, nessa conjunção, era persistente a visão de que a Amazônia, sobretudo, caberia, a um só tempo, o sertão como abandono por parte dos poderes públicos e paisagem destinada a desaparecer; o território vazio a ocupar, seus animais, doenças e rios encachoeirados; e, (...) o campo inaudito para estudos, pesquisas e levantamentos científicos” (Sá,

Sá e Lima, p.783, 2008)

Percebe-se, pela citação anterior, que os objetivos da Comissão eram múltiplos e caminhavam junto à implantação das Linhas Telegráficas, atividade fim da referida Comissão. Porém o que se depreende de estudos acerca da mesma é que os demais objetivos vislumbrados pela equipe de Rondon acabaram por sobrepujar a instalação de fios condutores para a comunicação entre os distantes espaços alcançados do interior país.

Ainda sobre a multiplicidade das ações da Comissão Rondon, Todd Diacon destaca o papel da imprensa para a formação da opinião pública da Capital Federal. No ano de 1910, foi criado no Rio de Janeiro o “Escritório Central da Comissão”, um centro administrativo onde eram produzidos e elaborados seus relatórios, mapas e organizadas imagens fotográficas, além de ter a incumbência de divulgar os feitos e resultados obtidos em expedições. Depreende-se, então, a importância de se colocar em prática o projeto político de integração nacional, o que pode ser observado a partir do aparato burocrático criado. Neste enfoque, Diacon sublinhou que:

“em suma pode-se afirmar que as atividades dos que trabalharam no escritório central da Comissão, no Rio de Janeiro, foram tão importantes quanto as que ocorriam a milhares de quilômetros dali” (DIACON, p. 161, 2006)

A publicação de relatórios e a realização de conferências, dirigidas por Rondon e membros de sua equipe, apresentavam-se como uma forma de reclamo e também como resposta às inúmeras críticas destinadas à Comissão⁷. É possível encontrá-las, por exemplo, na afirmação do *Jornal do Comércio*, publicado no Rio de Janeiro em 25/09/1911, onde se lê:

“Em toda essa viva e sincera campanha que temos feito contra a construção das chamadas Linhas Estratégicas de Mato

⁷ A maior série de conferências dirigidas por Rondon ocorreu durante uma semana do mês de janeiro de 1910, na cidade do Rio de Janeiro, no Teatro Fênix. Narra-se que multidões ouviam de pé as suas palavras, reunindo, então, um numeroso contingente de homens públicos e embaixadores (Cf. DIACON, 2006)

Grosso ao Amazonas nunca nos pareceu necessário diminuir os méritos reais e os serviços provados do Sr. Tenente-coronel Rondo[n], [porém afirmo] que sua orientação tem sido errada e suas fantasias estão custando um dinheiro enorme à nação”(p.8)

A Comissão Rondon visava, igualmente, realizar contatos com grupos indígenas locais, a fim de “integrá-los à nação brasileira” e “incorporar essas áreas à economia brasileira, bem como os próprios índios como mão-de-obra” (BIGIO, 2000, p. 6). Para fazê-lo, foi criado, em 1910, o Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN),⁸ sob a direção de Rodolfo Miranda então Ministro da Agricultura, sobre o qual discorreremos no tópico seguinte.

A aproximação com os povos indígenas da região do Mato Grosso atendia às aspirações da Comissão, que preconizava o controle territorial, a defesa de fronteiras e o desenvolvimento regional. Estes nativos constituir-se-ão na mão-de-obra necessária para o processo, bem como nos “guardiões” das fronteiras nacionais. A incorporação dos índios Paresi como trabalhadores nas construções das linhas telegráficas podem ser observadas desde os primeiros anos de atuação da Comissão nos sertões do noroeste brasileiro (Bigio, 2000).

O ideário republicano retratava os povos indígenas, na condição de brasileiros, como formadores do contingente de mão-de-obra necessária para garantir o desenvolvimento e a defesa da região. Estes poderiam desempenhar um “papel ativo na implantação das linhas telegráficas” (DIACON, 2006, p. 5), e seu principal articulador seria Cândido Mariano da Silva Rondon, como demonstra a imagem a seguir:

⁸ SPILTN (Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais) foi instituído pelo Ministério da Agricultura Indústria e Comércio (MAIC) em 1910, mediante o decreto-lei nº 8.072. Passou a ser denominado apenas como Serviço de Proteção ao Índio (SPI) no ano de 1918.



Figura II: índios Parecis Aldeados pela Comissão. Núcleo de Utiarity, Casa da Estação telegráfica – 1907/1910.

Neste sentido, no bojo dessa empreitada governamental que objetivava “desbravar os sertões” do país sob o signo do progresso científico, foi estruturado o primeiro órgão governamental voltado para a assistência e proteção dos grupos indígenas do Brasil. Na esteira do desenvolvimento, os grupos indígenas, pelo caminho das linhas telegráficas, deveriam ser incorporados à sociedade brasileira e assistidos pela mesma.

1.2 A estrutura do SPI

Criado em 1910, sob o decreto nº 8.072, vinculado ao Ministério da Agricultura, o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais - SPILT - *“tendo-lhe sido acrescido esta última parte no momento da criação, em razão do engrenamento do problema indígena com o trabalhador sertanejo, pela seriação do selvagem, do pacificado e do caboclo já fundido na população”* (Brasil, MAIC, SPILT, Relatório de Diretoria, 1917, SEDOC, M.380, F. 1239), ficou reconhecido

pela historiografia somente como Serviço de Proteção ao Índio (SPI), a partir de 1918.

Autores que tomam o SPILTN como objeto de estudo apontam diferentes motivações para a criação deste Serviço, entre elas destacam-se as dificuldades do contato pacífico e da inserção das populações indígenas nas políticas agrícolas e econômicas pretendidas pelo governo republicano às áreas do interior do país, além dos obstáculos da falta de comunicação e da distância territorial, o que limitaria os poderes do Estado nessas regiões. No entanto a premissa da criação de um órgão voltado para a incorporação dos territórios e das populações indígenas à sociedade brasileira na Primeira República é apontado como importante fator para a criação desse órgão (Maciel, 1999, Bigio, 2000, Diacon, 2006). Além de oferecer à sociedade nacional uma alternativa à catequese religiosa empreendida junto aos indígenas brasileiros, nesse sentido, Bigio pondera que:

“Antes da Proposta de Rondon para a assistência e proteção da população indígena tornar-se vencedora, travou-se um intenso debate entre instituições que reivindicavam para si o controle da política indigenista republicana. A polêmica opunha basicamente os que defendiam a continuidade da atuação da Igreja Católica junto às populações indígenas e os que reivindicavam para o governo as ações de integração dessas populações à sociedade brasileira” (Bigio, p.27, 2000)

O tema da catequese em relação à criação do um órgão público voltado para a questão indígena ocupou espaço nas discussões veiculadas nos periódicos locais, ou seja, nos periódicos do estado do Mato Grosso nesse período, em detrimento de outras motivações para a criação do SPI, ou mesmo dos intentos de integração e modernização enunciados pela Comissão Rondon. As críticas veiculadas nesses periódicos referiam-se, em suma, às convicções positivistas relacionadas à equipe de Rondon, como no jornal “A Cruz”⁹ de 1 /2/1911:

⁹ A *Cruz* configurava-se como um jornal de orientação católica vinculada à Liga Católica Brasileira de Mato Grosso⁹, e era uma publicação quinzenal cristã. Seu objetivo, segundo o próprio jornal em 15/05/1910, dia de sua edição de número 1, era: “Sem outras preocupações a não ser os interesses católicos, visa entrar nas famílias de nossa sociedade levando uma palavra franca (...)”. A cruz apresentava-se como um periódico curto de apenas quatro páginas, as quais tinham a seguinte configuração: na primeira havia as manchetes, os editoriais, os expedientes, as pastorais e avisos da Igreja e a seção de *Telegramas*, nacionais e internacionais. “Esta seção, muitas vezes, era deslocada para a segunda e a terceira páginas (*Pelo Mundo*), onde se localizavam também as crônicas, os folhetins de rodapé, as poesias e as matérias cotidianas. A quarta página era tomada pelos anúncios, geralmente de

“Em vez de crer em Augusto Comte¹⁰, creia no Evangelho; em vez de receber aplausos da maçonaria - que é apenas um grupo, receba-os da Pátria que é o Brasil inteiro”; e ainda em 8 de outubro deste mesmo ano: *“é essa a republicana imparcialidade do positivismo no Serviço de proteção aos índios”* (A Cruz, p 01).

Ou ainda, no mesmo jornal, em 17/11/1912, sob o título: “Desordem e Progresso”:

“A acusação caluniosa aos salesianos é a perseguição que novamente se põe em ação. Querem destruir o progresso que encontram (...) Em vez de Ordem e Progresso, o lema que os positivistas inscrevem na nossa bandeira é a desordem e o regresso que os fanáticos positivista da Missão Rondon estão obtendo nesse estado (...) De um lado uma catequese particular, católica, com um passado multi-secular de serviço. De outro uma catequese oficial recente, confiada a uma seita, positivismo (...). Uma é a expressão do sentimento nacional, essencialmente cristão. A outra é a expressão do sectarismo da rua Benjamin Constant (A Cruz, p 02 e.03, grifo meu).

Nesse debate entre catequese religiosa e a criação do SPI, o próprio Rondon definiu e defendeu as diretrizes das ações indigenistas do órgão:

profissionais liberais: médicos, dentistas, advogados” (CNAVARROS, 2005). Destaco ainda que este jornal encontra-se micro filmado até o ano de 1936, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Seus originais pertencem ao acervo da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT).

¹⁰ Augusto Comte foi o criador da filosofia positivista, que preconizava a razão e a ciência em detrimento da religião. Segundo Comte, a experiência humana estaria dividida em três grandes estágios. O primeiro seria o estado teológico, seguido do estágio metafísico, até que a humanidade alcançasse o último estágio, o científico. No ano de 1847, Comte desenvolve uma religião positivista com o objetivo de difundir sua filosofia. Líder da Comissão de Linhas Telegráficas e Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas, Cândido Mariano da Silva Rondon torna-se membro ativo da Igreja positivista do Rio de Janeiro (1898). Seu primeiro contato com a filosofia positivista deu-se quando ainda estudava na Academia Militar do Rio de Janeiro, onde estudou matemática com Benjamin Constant (um positivista heterodoxo e principal divulgador do positivismo no Brasil). As convicções positivistas de Rondon acompanharam-no em toda sua trajetória, sobretudo quando estava em viagem, como em 1912, quando, em plena mata mato-grossense, reúne sua equipe e discursa durante horas sobre as inspirações positivistas do telégrafo e de sua Comissão (Cf. DIACON, 2006).

“A catequização dos indígenas, compreendendo a sua incorporação à nossa sociedade pela assimilação de nossa indústria, nossas artes, bem como pela adoção de nossos hábitos – que resultam de nossas crenças religiosas, no sentido destes termos – julgo-a ser um problema diretamente inabordável no presente, em que por tantas crenças se repartem as preferências das populações. Como positivista e membro da Igreja Positivista do Brasil, estou convencido de que os nossos indígenas deverão incorporar-se ao Ocidente, sem que se tente forçá-los a passar pelo teologismo (...) E o nosso governo que, reconhecendo essencialmente a situação revolucionária do Ocidente, se colocou, pelo advento da República, na verdadeira atitude que lhe cabia, tanto pela abolição do teologismo oficial como pela não-adoção de qualquer outra doutrina metafísica ou científica, não poderá, dentro dos nossos moldes republicanos, levar aos indígenas a catequização sob qualquer formas que derivam daquelas doutrinas” (Cf. Viveiros, op. cit., p.346-347, apud BIGIO, p. 33, 2000)

A partir dessas observações acerca dos debates de época sobre a criação do SPI, sigo com a apresentação da estrutura administrativa desse órgão, que seguem uma periodização analítica recorrente, dividida em quatro fases distintas. Essa divisão diz respeito às vinculações ministeriais, as quais o SPI esteve subordinado ao longo de sua trajetória. O primeiro momento refere-se aos primeiros anos de atuação do SPI (1910-1930). Originalmente concebido sob o título de Serviço de Proteção aos Índios e Localização do Trabalhador Nacional (SPILT), no ano de 1918 passa a se chamar somente Serviço de Proteção aos Índios – SPI - deixando, portanto, ao menos em sua nomenclatura, a questão da localização de novos trabalhadores nacionais. Nesse período, o SPI esteve vinculado ao ministério da Agricultura. O segundo momento seria entre os anos de 1930 e 1934, quando o Serviço passa ao Ministério do Trabalho Indústria e Comércio (MTIC). Segundo Souza Lima, as razões que levaram o SPI a fazer parte do MTIC estão vinculadas à questão fundiária, além do controle da mão de obra e da intervenção nas esferas do que era considerado como Indústria e Comércio, antes alocados no Ministério da Agricultura Indústria e Comércio (MAIC) (Lima, p.252, 1995). No terceiro período (1934-1939), o referido Serviço mais uma vez é realocado, agora subordinado ao ministério da Guerra, na qualidade de departamento à Inspeção Especial de Fronteiras, antiga Inspeção de Fronteiras chefiada por Rondon de 1927 a 1930 (Lima, p.267, 1995); o governo entendia que, para esta função, o SPI encontraria, no exército, componentes sólidos que atendessem às suas necessidades.

Sugeria-se que o Serviço ficasse organizado administrativamente em duas seções: uma para assistência aos índios e outra para fronteiras (Oliveira, 2011; Lima, 1995). E o quarto, último período, tem início em 1939, quando o SPI retorna ao ministério da Agricultura (decreto-lei nº1736, de 3/11/1939) que destaca:

“(...) o problema da proteção aos índios se acha intimamente ligado à questão de colonização, pois se trata, no ponto de vista material, de orientar e interessar os indígenas no cultivo do solo, para que se tornem úteis ao país e possam colaborar com as populações civilizadas que se dedicam as atividades agrícolas” (Relatório Ministerial, 1940)

O primeiro organograma do Serviço, em seu ano de criação (1910), fora estruturado da seguinte forma: uma Diretoria Geral, tripartida entre um diretor geral, um primeiro oficial e um segundo oficial. Vinculados a esta diretoria estavam: Primeira Subdiretoria, composta de um subdiretor, dois ajudantes, um agrônomo, oito desenhistas e um terceiro oficial; Portaria, constituída de um porteiro, um contínuo e dois serventes; e uma Segunda Subdiretoria, composta de um subdiretor, dois primeiros oficiais, dois segundos oficiais e dois terceiros oficiais, ambos estabelecidos na sede, bem como a Diretoria Geral. Fora da sede, o Serviço estava dividido em treze Inspetorias Regionais, quais sejam: Amazonas, Pará, Maranhão, Bahia, Espírito Santo, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Acre. As Inspetorias Regionais dividiam-se em: centros agrícolas, formados por um diretor, um chefe de culturas e um escrevente; e em Povoações Indígenas, arregimentada de forma semelhante, sendo um diretor, um ajudante e um escrevente.

Logo no ano seguinte, a estrutura organizacional do órgão se modifica, sendo a Diretoria alocada na sede composta por: um diretor, dois chefes de seção, dois ajudantes técnicos, um agrônomo, um cartógrafo e um desenhista, três primeiros oficiais, dois segundos oficiais, três terceiros oficiais, um porteiro, um contínuo e dois serventes. As inspetorias também foram reordenadas, divididas agora em dez: Amazonas/Acre, Pará, Maranhão, Bahia, Espírito Santo, São Paulo, Paraná, Santa Catarina/Rio Grande do Sul, Goiás e Mato Grosso. Nos anos seguintes, sob a subordinação do Ministério da Guerra, poucas alterações foram empreendidas na estruturação desse órgão.

Diante dos organogramas¹¹ apresentados referentes aos primeiros anos de atuação do SPI, pode-se tecer algumas observações, como sobre a questão das obrigações profissionais que compõem as diretorias, entre elas, desenhistas, cartógrafos, escreventes e agrônomos, o que demonstra um alinhamento funcional entre os propósitos do SPI e do Ministério da Agricultura, ao qual estava subordinado¹². Ainda sobre a composição das diretorias, cabe ressaltar a ausência de profissionais da saúde, ou seja, médicos ou enfermeiros, também ausentes nas Inspetorias Regionais. É certo que outras tantas demandas não seriam contempladas pela estruturação do SPI, no entanto importa-nos para essa análise a carência de uma organização em termos sanitários desse Serviço.

1.3 A saúde indígena no SPI (1910-1940)

O início do século XX, período em que se deu a criação do SPI, foi importante no que tange ao pensamento sanitário brasileiro. A campanha pelo saneamento, iniciada em 1916 e ampliada a partir de 1918 com a criação da Liga Pró-Saneamento do Brasil, alcançou visibilidade na sociedade brasileira, à medida que o ideal de país doente era difundido e apropriado pelos brasileiros (Lima e Hochman, 1996). A imagem de país doente, denunciada pelo médico Miguel Pereira através da célebre frase “O Brasil é um imenso hospital” – em repúdio ao pronunciamento de um deputado federal, que declarou estar disposto, em caso de invasão estrangeira, a ir aos sertões convocar os caboclos para defenderem o país no ano de 1916 (Lima e Hochman, 1996) –, gerou intenso debate acerca da questão sanitária dos “sertões” do país, culminando na criação da Liga. O ideal de redenção do homem do interior do Brasil pela eliminação da doença e promoção da saúde reuniu importantes setores das elites intelectuais e políticas na conformação da Liga Pró-Saneamento, entre eles, membros da Academia de Medicina, catedráticos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, cientistas do Instituto Oswaldo Cruz, antropólogos do Museu Nacional, entre outros (Lima e Hochman, 1996).

¹¹ Organogramas dos primeiros anos do SPI anexos ao fim dessa dissertação.

¹² Sobre a questão ministerial do SPI ao longo dos seus anos de atuação, ver Souza Lima, 1995.

Nesse sentido, pode-se verificar no país uma tendência notadamente voltada para as populações do interior no sentido de recuperá-los para o trabalho e serviço à nação. Já que sob a perspectiva do movimento aqui descrito, o não desenvolvimento regional estaria diretamente ligado à questão sanitária precária das regiões de “Sertão” do país.

Em consonância com os intentos da República Brasileira, o SPI pretendia alcançar as populações indígenas espalhadas pelo território nacional, com objetivos semelhantes aos difundidos pela Liga e pelo governo, visto que, desde o primeiro regulamento do Serviço, a questão da assistência aos grupos indígenas se fazia presente. No entanto, ao longo de sua atuação, enquanto um Serviço de Proteção aos Índios, não ofereceu uma estrutura organizada voltada especificamente para o tema da saúde indígena (Paz, 2004; Oliveira, 2008; Figueiredo, 2009). Os registros de surtos epidêmicos, falta de assistência às populações indígenas e a fragilidade do SPI, constavam nos relatórios e inquéritos realizados nos interior desse Serviço, desde suas origens até os últimos anos de atuação. Os problemas apontados tratavam da falta de material médico, de profissionais da saúde, além de questões referentes ao processo de “aculturação”, dado o impacto do convívio entre indígenas e civilizados. Uma questão recorrente nesses documentos refere-se à progressiva diminuição demográfica dessas populações, resultado das inúmeras dificuldades sanitárias enfrentadas por esses grupos indígenas. Nesse sentido, as epidemias eram apontadas como responsáveis por inúmeras mortes entre os indígenas,

O relatório do ano de 1920¹³, por exemplo, traz um relato sobre uma grave epidemia de gripe que acometeu inúmeros grupos indígenas da região do Amazonas, portanto pertencentes à primeira Regional do SPI, IR 1. Relata-se que, desde o ano de 1918, a gripe vinha dizimando comunidades inteiras. Segue uma citação bastante elucidativa acerca dessa epidemia:

“De feito, obrigados pela doença a abandonarem as suas roças, não tinham os índios o que comer, e esta inspetoria, prestando-lhes assistência, atendem no que pode os inúmeros pedidos de socorros de seus delegados. Mas para isso teve à falta de numerário de paralisar alguns serviços e adiar outros que tencionava executar. Efetivamente, a escassez de verba não me permitiu larguesa, podendo vós bem compreender as

¹³ Filme:314, Fotogramas: 00315 – 00316, CEDOC, Museu do Índio, Funai

dificuldades que tive para socorrer cerca de mil índios (...). Como se não bastassem as epidemias que tantos mataram, o saque horroroso, motivado pela fome (...) pondo em perigo civilizados e indígenas. Esta epidemia causou 58 óbitos assim discriminados: 44 adultos, sendo 25 homens e 19 mulheres; crianças 14, sendo 5 do sexo masculino e 9 do sexo feminino”. (Socorro aos Índios, 1920)

O trecho citado deixa claro os principais problemas enfrentados nos postos indígenas, quais sejam: pequeno número de profissionais para o atendimento de índios doentes, de estrutura sanitária, de recursos básicos e também as grandes distâncias geográficas. E ainda aponta as conseqüências imediatas de uma epidemia dessa grandeza, que seria a fome, posto que os índios debilitados não poderiam cuidar da terra e menos ainda praticar a caça para seu sustento.

Anos mais tarde, em 1923, a gripe volta a assolar aldeias inteiras, como descrito no relatório do Posto de São Jerônimo em 1923:

“Em 1923 terrível surto de gripe epidêmica prostrou a todos os índios e exterminou não pequeno número dentre eles. (...) A causa da grande mortandade de índios por ocasião da epidemia, foi principalmente pela desatenção que estes votam ao regime médico e dietético. Durante todo o ano de 1923 morreram na povoação indígena S. Jerônimo, 39 índios, sendo 13 homens, 11 crianças e 6 mulheres. Em conseqüência da tuberculose 2 e outras doenças 7” (Relatório do Posto São Jerônimo de 1923, Museu do Índio, FUNAI, Microfilme: 380, Fotograma: 0002).

O trecho do relatório apontado acima apresenta um panorama sanitário que agrega outra condicionante sanitária responsável pela mortalidade dos grupos indígenas, a questão alimentar. Os hábitos alimentares dessas populações eram observados como importante fator para a evolução de quadros clínicos e mesmo da mortalidade das mesmas. Outro fator relevante que podemos extrair deste relatório refere-se às diferenças sócio-culturais da terapêutica indígena e da terapêutica dos civilizados, mais um fator limitador da assistência prestada pelo SPI neste momento.

Destaco que, durante os primeiros anos de atuação desse órgão, não são encontradas muitas referências em relatórios sobre a questão sanitária dessas

populações¹⁴. Os relatórios desse primeiro momento dedicaram-se, sobretudo, a apresentar as potencialidades naturais das regiões assistidas pelo SPI e buscavam salientar, também, as qualidades dos indígenas como trabalhadores, enfatizando, assim, o trabalho de pacificação empreendido pelos agentes do referido Serviço junto aos indígenas. Sobre a atenção à saúde indígena, os relatórios são enfáticos ao afirmarem que a desatenção com a higiene, alimentação e ainda o alcoolismo seriam os principais responsáveis pela fragilidade da saúde dos indígenas. E, nesse sentido, caberia ao SPI resgatá-los para a civilização, através da inserção de hábitos ocidentais de alimentação e higiene, especialmente.

A desestruturação da prestação de assistência sanitária aos grupos indígenas assistidos pelo SPI foi tema de inúmeros relatórios desse órgão ao longo de sua atuação. A desorganização da assistência sanitária nos primeiros anos da atuação do Órgão aparece de forma resumida e pontual nos referidos trabalhos que tomam esse Serviço como objeto de estudo, quase sempre sob a premissa de uma motivação positivista que orientou o SPI nos seus primeiros anos junto aos indígenas. O ideal de transformar o indígena em “civilizado”, sob a égide do trabalho, fazia da condição de índio uma etapa transitória, não sendo necessário, portanto, uma investigação mais atenta de seus costumes e moldes de vida. Foi somente no fim da década de 1930 e início da década de 40 que este Serviço começou a esboçar um caráter científico no trato com os grupos indígenas. Sobre o momento científico vivido pelo SPI a partir da década de 1940, apresento algumas observações no capítulo seguinte, bem como uma continuação da análise acerca da questão sanitária no âmbito desse Serviço.

¹⁴ Refiro-me aqui aos arquivos do Serviço de Proteção aos Índios. Pode-se encontrar referências às populações indígenas nos arquivos referentes à Comissão Rondon, especialmente nos relatórios médicos dessa Comissão, tema de análise da dissertação de mestrado de Arthur Torres Caser, defendida na Casa de Oswaldo Cruz no ano de 2009.

CAPÍTULO II

A saúde indígena no SPI: Denúncias, tentativas de políticas e o projeto para um Serviço Médico-Sanitário

“É finalidade precípua do SPI tornar o índio um melhor índio, estudando seus problemas e ajudando a resolvê-los. Dentre eles, o problema da saúde é dos mais graves, segundo preceitua sua própria diretoria, pois as doenças representam sempre o primeiro fator de diminuição das populações indígenas [...]” (Relatório 1950, PIA Pimentel Barbosa, Filme:381, Fotograma 375, CEDOC, Museu do Índio,FUNAI)

O “problema da saúde”, como descrito no trecho acima, esteve presente em inúmeros relatórios ministeriais ou de postos do SPI ao longo de sua atuação. A tônica desses documentos denunciava a gravidade da falta de uma assistência sanitária sistemática aos grupos indígenas. A partir da análise desses documentos, proponho neste capítulo uma discussão acerca da atenção à saúde indígena realizada no SPI a partir da década de 1940.

O SPI, ao longo de suas quase seis décadas de atuação junto aos grupos indígenas do país, apresentou dinâmicas administrativas diversas, tanto por suas múltiplas vinculações ministeriais, quanto por seus quadros de funcionários e focos de trabalho. A década de 1940 não foi diferente nesse sentido, postulando ao órgão uma orientação científica, diferente dos anos anteriores.

Autores que tomam o SPI por objeto de Estudo são unânimes em afirmar um ineditismo na década de 1940 em relação às contribuições do ideal científico na

formulação de bases para o trabalho com os grupos indígenas assistidos por esse órgão (Lima, 1995, Figueiredo, 2009; Oliveira 2010).

Durante essa década, iniciativas importantes sugeriam novas perspectivas e abordagens para a questão indígena. A criação do Conselho Nacional de Proteção ao Índio (CNPI), em 1939, figura como exemplo dessas iniciativas. Vinculado diretamente ao Ministério da Agricultura (decreto-lei nº 1794 de 22 de novembro de 1939), o CNPI funcionava como um órgão normativo, em relação ao SPI, como disposto em seu primeiro regulamento: “*Dar ao SPI cooperação na realização da finalidade deste*” (Microfilme 2B, Fotogramas: 2145-2201, MI, Funai 1939)¹⁵. O que, segundo Freire (1990), não garantia um bom relacionamento entre os dois órgãos. As divergências entre o CNPI e o SPI apareciam constantemente nos documentos do órgão regulador e também na imprensa, já que os funcionários do CNPI eram, em sua maioria, antropólogos que publicavam artigos tratando de temas como catequese e massacre de índios (Oliveira, 2011). As divergências entre os órgãos estariam pautadas nas diferenças de abordagens em relação à questão indígena, sendo o CNPI concebido sob determinações antropológicas, científicas, diferente do caráter constitutivo do SPI até o momento¹⁶. (Oliveira, 2011; Freire, 1990).

Além da criação do CNPI, no âmbito das políticas do governo federal, outra importante iniciativa foi a criação da Fundação Brasil Central, que promoveu expedições voltadas ao conhecimento e integração do território (Paiva, 2003; Paz, 1994). No ano de 1943 foi realizada a expedição Roncador-Xingú¹⁷, sob o comando de Noel Nutels e dos irmãos Vilas Boas. A criação do Parque indígena do Xingú, em 1946, pode ser apresentada como um dos principais resultados dessa expedição, e ainda pode ser considerado o ponto de partida para que, 10 anos mais tarde, o médico sanitário Noel Nutels desenvolvesse o Serviço de Unidades Sanitárias Aéreas (SUSA)¹⁸, também

¹⁵ Sobre o CNPI ver Freire, 1990 e 1996

¹⁶ Até a década de 1940, o discurso assimilacionista era constitutivo no SPI

¹⁷ As iniciativas das expedições vinculadas à Fundação Brasil Central estavam inseridas na chamada política de fronteiras proposta pelo Presidente Getúlio Vargas ou “Marcha para o Oeste”, que tinha por objetivos gerais recuperar a posição do Brasil no mercado internacional da borracha, fixar os excedentes populacionais em regiões menos sujeitas a flagelos, substituir a imigração de estrangeiros por causa das ideologias exóticas trazidas por eles, e ainda evitar a ameaça da excessiva aglomeração de braços nas cidades (Paz, 1994). Em suma, pretendia-se expandir e resguardar as fronteiras e as riquezas naturais do país, a partir de um plano bandeirante de conquista.

¹⁸ Antes de organizar o SUSA, Nutels participou como médico do Serviço Nacional de Tuberculose (SNT), onde verificou os principais problemas relativos às longas distâncias entre os grupos indígenas

vinculado ao Ministério da Saúde (Paz, 1994, Costa, 1987, Paiva, 2003). O objetivo central do SUSA era realizar levantamentos cadastrais, testes tuberculínicos, raio X, vacinações, extração de dentes e campanhas educativas para profilaxia da tuberculose e outras doenças (Oliveira, 2011; Paiva, 2003; Paz, 1994, Costa, 1987), como já apresentado na introdução deste trabalho.

Ainda na década de 1940, outra importante iniciativa, agora no âmbito do SPI, foi a criação do Serviço Etnográfico em 1941, que no ano seguinte teria suas atividades alocadas da Seção de Estudos desse Órgão. O Serviço Etnográfico do SPI seria responsável pelo levantamento estatístico e pelo inventário cultural daquelas populações (Couto, p.39, 2007). Para a realização desses propósitos foram contratados profissionais em cinematografia e fotografia, quais sejam: Harald Schultz, Heinz Forthamann, Charlotte Sophie e Nilo de Oliveira Velloso (Couto, p.45-47, 2007).

Shultz chefiava a equipe recém-constituída da Seção etnográfica e estruturou um plano de trabalho que pode ser dividido em dois principais eixos, o primeiro de cunho científico, o qual pretendia registrar as habitações, as lavouras, os índios em planos individuais e também em família, a fauna e a flora da região. O segundo eixo teria uma vinculação jornalística; seu objetivo estava em apreender imagens de utensílios, máquinas e benfeitorias para além do cotidiano dos grupos indígenas.¹⁹ Estabelecida a equipe e o plano de trabalho do referido serviço, em outubro de 1942 é publicado o novo regimento do SPI, criando a Seção de Estudos, que acaba por incorporar as ações do Serviço Etnográfico (Couto, p.47 e 48, 2007).

A criação da Seção de Estudos (SE) se deu a partir da publicação do decreto-lei nº 10.652, de 16 de outubro de 1942. Esta Seção tinha por objetivo realizar estudos e investigações da origem, costumes, tradições e línguas das populações indígenas e, ainda, a criação de um museu em sua sede, como descrito em seu primeiro regulamento:

“documentar, através de pesquisas etnológicas e lingüísticas, de registros cinematográficos e sonográficos, todos os aspectos das culturas indígenas, orientando suas atividades

espalhados pelo território. Em 1957, dá início às atividades do SUSA com a colaboração dos irmãos Vilas Boas.

¹⁹ Plano de trabalho para a seção de cinematografia e fotografia do Serviço Nacional de Proteção aos Índios. MF. 335, FG. 581. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

de modo a proporcionar diretrizes científicas à ação assistencial do SPI” (M.I, regimento do SPI, art. 8º, alínea h, 1942.)

Desse modo, a SE se apresentava como um desdobramento do extinto Serviço Etnológico, organizado um ano antes, extinto como segmentação do SPI, mas não em seus objetivos, posto que incorporou não só as atividades propostas para este serviço, como também sua equipe de fotografia e cinematografia.

No ano de 1944, foi atribuída uma nova função a Seção de Estudos do SPI²⁰, que se referia ao registro populacional das populações visitadas. Ficaria a cargo dessa seção o planejamento e a realização de um censo demográfico indígena. A efetivação dessa atribuição demandaria, sobretudo, um maior número de funcionários alocados nessa Seção, o que não se verifica no período em questão.

²⁰ No ano de 1944, o então diretor do SPI, José Maria de Paula (1944-1947), enviou uma circular que definia as competências de cada seção desse órgão. Para a SE, foram instituídas novas atribuições, entre as quais, a realização de um censo demográfico entre os indígenas sob a proteção do SPI. Esta circular visava atender a um encaminhamento feito pelo Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política, vinculado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, que estava promovendo um censo geral, para a nova edição do “Anuário Estatístico do Brasil”, cuja “estatística relativa à catequese indígena” ficou a cargo do SPI, porém não encontrei nos arquivos do Museu do Índio, documentos que apresentassem os resultados desse levantamento, o que me leva a concluir que o referido Censo Demográfico indígena não teve êxito.

2.1 Plano para um Serviço Médico-sanitário do SPI

Também no ano de 1944, sob a direção de Herbert Serpa²¹ (1944-1957), a SE soma aos seus objetivos de realizações de estudos de cunho etnológicos a necessidade de enfrentar as questões sanitárias presentes nos grupos indígenas visitados pelas equipes dessa Seção. Sob essa nova perspectiva de análise, Herbert Serpa propõe, para o ano de 1947, a criação de um “Serviço Médico-Sanitário do SPI”²², iniciativa apontada por Souza Lima como resultante de uma tentativa da ampliação do “espectro da assistência” (Lima, p.291, 1995). O Serviço Médico tinha como ponto de partida algumas considerações acerca da ausência de dispositivos específicos que dessem conta da saúde indígena no âmbito do Departamento Nacional de Saúde (DNS). Segundo o autor do documento, o Regimento do DNS do Ministério da Educação e Saúde do Brasil, baixado pelo decreto nº 8674 de 4/2/42, apresentava apenas implicitamente a questão sanitária dos grupos indígenas, como nas expressões “saneamento rural” e ainda: “planejar e orientar, em todo o país, (...) a luta contra doenças degenerativas e outras entidades mórbidas para as quais não haja serviços especializados do DNS” (M.I, 1946, Apud, DNS, 1942). Herbert Serpa segue apontando as deficiências desse regulamento do DNS, no tocante às especificidades culturais dos indígenas que, segundo ele, não poderiam ser assistidos nos mesmos moldes dos civilizados, “*em virtude dos estágios culturais diferentes em que se encontram os índios em relação aos civilizados em geral*” (M.I, 1946).

O chefe da SE destacava, ainda, a falta de atenção dada à atenção à saúde no âmbito do SPI. Em suas palavras:

“o espírito que tem predominado nos trabalhos do SPI, de modo geral, é mais de ordem

²¹ Não encontrei, nos arquivos pesquisados, informações sobre a formação acadêmica de Herbert Serpa, apenas seu registro de contratação, que se deu inicialmente como cargo comissionado e, somente em 1947, como contratado vinculado ao Ministério da Agricultura. Sobre a contratação de Serpa, ver: MF. 374, FG. 24. Serviço de Arquivo do Museu do Índio (SARQ - MI).

²² Plano do Serviço Médico para 1947, filme 1 A, fotogramas: 4207-4224, SARQ - Museu do Índio, FUNAI.

econômico-administrativo que de qualquer outra espécie” (SARQ - M.I, 1946).

Em conclusão a essa primeira parte do documento, Herbert Serpa afirma que

“embora os problemas de ordem médico-sanitária dentro das atividades do SPI, tenham sido cuidados, não o foram sob as determinações de um regimento sanitário, nos moldes básicos do DNS” (SARQ -M.I, 1946).

A proposta de organização de um Serviço Médico do SPI foi considerada, então, inédita na história administrativa desse órgão:

“Segundo crê esta S.E., os problemas deste gênero (médico-sanitário) têm sido resolvidos segundo a eventualidade. Nem esta chefia já teve conhecimento de qualquer plano geral para a solução do assunto.” (SARQ -M.I, 1947)

Quanto à organização do Serviço Médico Sanitário, destaca-se a localização da sede, no Rio de Janeiro, sede também do SPI. Para Hebert Serpa, a proximidade entre as chefias ajudaria na comunicação e na administração. No Rio de Janeiro ficaria a superintendência do serviço, sob responsabilidade de um *médico chefe geral*. E cada inspetoria regional²³ teria como responsável um médico chefe regional, além de um corpo técnico auxiliar, que contaria com enfermeiros homens e mulheres “de acordo com a necessidade do posto”.

É importante observar que o documento mencionado refere-se a um esboço para a organização de um Serviço Médico do SPI, um esforço dirigido por uma equipe formada por médicos, com “especialização em medicina indígena”²⁴ – para o que

²³ As inspetorias a que o texto se refere são: IR1 – Manaus, IR2- Belém, IR3- São Luiz do Maranhão, IR4-Recife, IR5-Campo Grande, IR6-Cuiabá, IR7-Curitiba, IR8-Goiânia, IR9-Porto Velho.

²⁴ A partir do referido documento, atribuo ao termo “especialização em medicina indígena” uma preocupação desse Serviço em compreender as especificidades dessa população, tanto no tocante a sua cultura, quanto às suas práticas de cura. A partir dessa perspectiva construo o argumento de que nesse momento houve no SPI o encontro entre a medicina e a antropologia em prol de melhorias no espectro da saúde indígena.

seriam necessários conhecimentos antropológicos. Com efeito, o Serviço Médico que viria a ser organizado na década de 1950, no âmbito da Seção de Orientação e Assistência, revelou-se bem mais limitado do que preconizava o documento mencionado. De sua criação decorreu o estabelecimento de pequenas farmácias nos postos indígenas e, em alguns deles, a assistência de uma enfermeira (Figueiredo, 2009,p.183).

No plano elaborado por Herbert Serpa, a assistência médica, sugerida pelo Serviço, deveria estar de acordo com a Divisão de Organização Sanitária do Departamento Nacional de Saúde, apresentando, entretanto, formulação de práticas sanitárias específicas para os indígenas, segundo orientação da Seção de Estudos do SPI. Tais especificidades, a serem observadas, não caracterizavam questionamento à medicina ocidental, como afirma o documento no trecho que reproduzimos a seguir:

“A medicina preventiva e curativa que convém aos índios deve ser considerada em geral como uma especialidade. É naturalmente coparticipante da medicina civilizada, em todos os processos e técnicas de identificação ou diagnose e da arte da terapêutica, uma vez que o espírito do Serviço Médico do SPI que incide nos conflitos culturais eventuais, nesse campo, tende a firmar-se em favor da medicina civilizada, como é natural” (SARQ -M.I, 1947)

Sob o tópico “Sugestões”, Herbert Serpa faz menção a dois temas importantes para nossos propósitos:

“III – Dada a existência de grupos indígenas nos mais diversos pontos do território nacional brasileiro, em contato ou não com as populações civilizadas das zonas rurais, sertanejas desertas, nestas últimas através de contatos eventuais com trabalhadores da agricultura extrativa, ou com os componentes das missões científicas, seria errôneo dizer-se que os problemas médicos dos Índios se enquadram apenas no grupo das doenças tropicais.” (Pág.3)

O segundo refere-se à preparação dos médicos que participariam desse Serviço, pois, segundo ele, deveriam se especializar em etnologia, a fim de melhor compreenderem os problemas médicos-sanitários dos indígenas, além de resolver conflitos possíveis entre doentes e o médico:

“IV – Nas áreas indígenas sob o controle dos Postos Indígenas do SPI os problemas médico-sanitários devem ser estudados à luz dos padrões sanitários brasileiros, não obstante exigirem médicos que para isto se especializam no trato dos problemas etnográficos, ou melhor, da nova antropologia cultural. (página 3).

Tratava-se, sobretudo, de levar em conta a concepção de doença do silvícola para que o médico pudesse empreender uma “prática persuasiva”. No referido documento, encontra-se a seguinte afirmativa:

“São inegáveis as profundas diferenças e divergências existentes entre a “Medicina” Indígena e a dos civilizados; enquanto aquela se baseia em falso e primitivo conceito de vida, e se exerce empiricamente através de práticas supersticiosas e mágicas, a dos civilizados se baseia em técnicas e métodos científicos experimentais sob a condição da moral civilizada cujos valores se tornam incomparáveis àqueles dos primitivos silvícolas.” (pág.5)

Tal concepção sobre a instrumentalidade do conhecimento antropológico na afirmação da medicina científica e no suporte a ações sanitárias encontra paralelo em programas de saúde pública orientados pelo que se denominava na época “mudança social”, provocada ou dirigida, nos contextos da Segunda Guerra Mundial, do pós-guerra, da Guerra Fria e do processo de descolonização. Entre tais programas e iniciativas, as quais não se restringiram à experiência brasileira, encontra-se o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) que, criado em 1942 por um acordo de cooperação entre os governos brasileiro e norte-americano, teve nas ações de cientistas sociais na educação sanitária de populações rurais uma de suas mais marcantes características (Campos, 2006; Maio e Lima, 2009; Figueiredo, 2009; Cardoso, 2009; Lima e Maio, 2010).

Os relatórios anuais que seguem à proposta do Serviço Sanitário do SPI²⁵ apresentam, ainda, inúmeras deficiências da prestação de serviços de assistência sanitária realizadas por esse órgão. Uma constante nesses relatórios é o fato de que as denúncias são quase sempre acompanhadas de sugestões para a melhoria do serviço prestado e as reivindicações são sustentadas por requerimentos detalhados de material e pessoal para a realização dos atendimentos aos indígenas doentes. Além dos relatórios outras fontes são importantes para a composição dessa análise acerca da questão sanitária no SPI, são elas: Inquéritos, alguns artigos do período e os Boletins Internos do SPI.

2.2 Inquéritos e os Boletins Internos do SPI: denúncias e demandas

O tom de denúncia e as demandas em relação à atenção à saúde indígena no SPI eram constantes nos relatórios desse Serviço. Apesar de uma desestruturação de um Serviço médico-sanitário próprio, os encarregados de Postos enunciavam, a cada relatório, as necessidades dos grupos indígenas para combater as epidemias, as condições precárias de habitação e alimentação, apontadas como as principais responsáveis pela redução demográfica entre os indígenas assistidos pelo referido órgão. Como o Relatório de Atividades, apresentado pelo Inspetor Francisco Meireles, chefe das turmas de atração dos índios Xavante durante o ano de 1945:

“Não posso deixar de lavrar meu protesto e manifestar minha indignação ante o estado de abandono em que fui encontrar estes índios que arrastam hoje uma existência infeliz. Frente ao que vi e descrevo nestas ligeiras linhas é que sugiro o envio de um médico e uma pequena farmácia de urgência a fim de examiná-los e providenciar hospitalização daqueles que sejam portadores de moléstias infecto-contagiosas, tais como lepra,

²⁵ A partir de uma análise atenta aos acervos do SPI, alocados no Museu do Índio do Rio de Janeiro, além de leituras sobre o tema em períodos posteriores a estruturação da proposta para esse plano, não encontrei registros da efetivação do referido Serviço Sanitário.

Tuberculose, doenças venéreas e etc., bem como prescrever tratamento e cuidados a serem executados, com o fim de prevenir contágios e conseqüente propagação desses males” (Microfilme 381, SARQ -M.I 1945).

Dois anos mais tarde, o relatório apresentado ao Ministério da Agricultura, assinado pelo então diretor do SPI, Modesto Dias da Cruz (1947-1951), acentua o tom de denúncia e de cobrança por providências necessárias para a melhora na prestação de serviços de assistências aos indígenas sob a preservação do SPI:

“(...) já salientei que a assistência médica do SPI tem sido nula, considerando, portanto, essa minha ponderação como parecer supra. (...) Se a assistência médicas aos índios não tem sido, até então, cuidada como medida essencial, não poderemos permanecer neste erro incompreensível que não paga a pena discuti-lo e sim resolvê-lo.”(Relatório de gestão de modesto Dias da Cruz, Microfilme 1A, Fot: 4219, SARQ -M.I, 1947)

Ainda sobre os documentos oficiais do SPI, destaco a confecção dos Boletins Internos²⁶ desse Serviço. Com o objetivo de compor um panorama geral das diversas regionais do SPI, o Boletim era desenvolvido a partir das contribuições dos chefes de posto em seus relatórios mensais, esses eram reunidos sob o título de Boletim Interno do SPI. Os Boletins começaram a ser desenvolvidos na década de 1930, mais precisamente quando o SPI estava subordinado ao Ministério da Guerra (1934-1939) e tinha por objetivo aproximar a diretoria dos postos, “normatizar suas práticas e, juntamente com a ação das escolas, divulgar e inserir os padrões de comportamento que atendessem os ideais de um projeto nacional de civilização” (Oliveira, 2011).

Para esse trabalho, optei por analisar os boletins a partir da década de 1940, a fim de identificar práticas sanitárias desenvolvidas nos postos, presença de profissionais da saúde nos atendimentos aos doentes, nomes desses profissionais, panorama da assistência sanitária, vozes e silêncios. Por se tratar de uma reunião de relatórios

²⁶ Os Boletins Internos do SPI são, em geral, relatórios de postos mensais reunidos anualmente em uma única publicação. Seu primeiro exemplar foi publicado de 1937. Os arquivos do museu do índio do Rio de Janeiro possuem uma série desses boletins entre os anos de 1936 – 1967, porém com uma falha entre os anos de 1947-1956.

mensais, algumas informações são bastante resumidas, especialmente no que tange à questão sanitária, sendo por vezes descrita simplesmente como inexistente ou satisfatória apenas. Destaco ainda que, como já pontuado nesse texto, a questão sanitária não se apresentava ao SP como uma questão prioritária, haja visto o espaço reservado para outros temas, como a questão das terras ou das lavouras e comércio dos indígenas serem sempre discutidos com maior peso nos relatórios ministeriais e mesmo nos Boletins Internos, no entanto pode-se verificar uma tendência maior nas décadas de 1940 e 1950 em relação à preocupação desse órgão sobre as questões referentes à saúde indígena, ponto também já levantado nesse texto.

No tópico intitulado “Estado Sanitário”, alguns temas eram mais recorrentes, como a questão da alimentação e hábitos de higiene das populações indígenas, a questão populacional, acentuando a importância da verificação das taxas de natalidade e mortalidade indígenas e a medicalização, nem sempre bem recebida pelas populações indígenas, como demonstra o boletim de 1942 do PIN Guarita da IR 4 do SPI, quando, por ocasião de um surto de gripe, algumas pessoas chegaram à morte, inclusive uma criança:

“Faleceu uma criança de 3 anos, por não querer os pais dar os remédios do Posto. A criança estava com desintéria e a medicação que foi indicada era o elixir paregórico e caso não melhorasse seria então dado o eldoformio de Bayer. Infelizmente o índio preferiu ir benzer a criança e a morte a levou” (Boletim Interno do SPI, SARQ -M.I 1942).

A leitura desse trecho demonstra certa perplexidade do autor, que faz questão de marcar que o tratamento para a doença da criança havia sido prescrito e, por não terem os pais seguido as recomendações médicas, a criança viera a falecer. No entanto, se faz necessário compreender um pouco mais sobre a relação entre os indígenas e as doenças e ainda entre uma possível “medicina indígena” e uma ”medicina ocidental”. Compreender essas diferenças poderia nos redirecionar o olhar para esse episódio, que de certo não foi o único.

O atendimento aos índios doentes, como já sabemos, não se fazia regular em nenhum Posto do SPI, sendo necessário que cada Posto encontrasse alternativas para desenvolvê-lo. Em algumas regionais era possível que médicos de regiões vizinhas

fizessem atendimentos aos indígenas em suas propriedades, como era o caso do PIN Dantas Barreto:

“Devidamente autorizados pelo chefe da IR 4, contratamos um dos médicos da cidade para fazer 3 dias de consulta semanalmente aos índios (...) e para atender todos os casos de urgência que porventura apareçam. A gratificação a que se tem direito ser-lhe-á paga por conta das porcentagens de arrendamento” ((Boletim Interno do SPI, SARQ - M.I 1942).

Ou como ocorreu no Posto Paraguassú, neste mesmo ano:

“As crianças, em geral, na área do Posto, como fora dela, continuam sendo atacadas em caráter epidêmico, de infecção intestinal. Em tal situação mandamos chamar o médico mais próximo, o Dr. Cordeiro de Miranda, que nos atendeu com solicitude, medicando as crianças doentes” (Boletim Interno do SPI, SARQ -M.I 1942).

Outras contratações avulsas de médicos ou enfermeiros de regiões próximas aos Postos são relatadas nos Boletins, como visto no aviso de janeiro do PIN Dantas Barreto de 1943:

“106 receitas do Dr. Viana de Menezes com 111 fórmulas despachadas na farmácia do posto. Caso semelhante pode ser observado no PIA Paraguassú deste mesmo mês: "as crianças em geral na área do posto como fora dela, continuam sendo atacadas em caráter epidêmico da infecção intestinal. Em tal situação, mandamos chamar o médico mais próximo o dr. Cordeiro de Miranda que nos atendeu com solicitude, medicando as crianças doentes." (Boletim Interno do SPI, SARQ - M.I 1943)

Neste mesmo ano, nos mês de março, sobre o estado sanitário dos índios do PIN Dantas Barreto, mais um caso de atendimento médico efetuado por profissionais próximos aos postos: *"pelo dr. Guerra foi feito um parto à fórceps” (Boletim Interno do*

SPI, SARQ – M.I. 1943).

Nota-se que a falta de um serviço médico nos postos abria precedentes também para ações sanitárias emergenciais realizadas pelos próprios encarregados, como é descrito no aviso mensal do PIN Araribóia, em setembro de 1944, a respeito do tratamento do impaludismo e do amarelão:

"o SPI não dispõe de recursos para ter um médico e uma farmácia em cada posto indígena para o tratamento para inúmeras enfermidades que podem ocorrer. No entanto, sabido que os maiores flagelos do nosso interior agrário são o empaludismo e o amarelão, ser-nos-á possível atender pelo menos a essas porque seu tratamento é relativamente fácil e pode ser efetuado pelos nossos encarregados de postos".(Boletim Interno do SPI, SARQ -M.I 1944)

Assim como denúncias e demandas, os boletins apresentavam, por vezes, indícios de eficiência em relação aos cuidados com a saúde dos indígenas, como demonstrado no aviso mensal de março de 1943, do PIN Queimadas:

"Houve durante o mês vários casos de caxumba, cuja doença alastrou-se entre os adultos e crianças com rapidez incrível. Graças aos medicamentos disponíveis e a assistência imediata foram todos os doentes resguardados, estando completamente reestabelecidos".(Boletim Interno do SPI, SARQ -M.I 1943)

Ou como descrito no aviso mensal de junho de 1943, do PIN Nísia brasileira

"esse serviço de assistência médica rudimentar passou por uma reorganização apreciável. Está funcionando sobre os cuidados do auxiliar enfermeiro Sebastião Francisco que tem sabido corresponder às expectativas desejadas visitando os índios nos seus próprios domicílios e tratando-os com desvelo e carinho. (Boletim Interno do SPI, SARQ -M.I 1943)

Uma atribuição importante legada aos boletins seria a de informar os índices populacionais de cada Posto, já que seriam essas informações a base para a prestação de contas do SPI em relação à quantidade de índios assistidos por esse serviço, como aponta o trecho a seguir:

“A diretoria do SPI é freqüentemente chamada por autoridades nacionais e por entidades estrangeiras que se preocupam com o problema indígena, a informar o número de índio que tem sob sua assistência. Com pesar não nos foi possível ainda dar uma informação exata, o que significa, sem dúvida, grave falta administrativa do SPI. Por isso insistimos em solicitar aos chefes das IR e os encarregados de Postos, que nos seus avisos mensais, não nos deixem de dar o movimento da população indígena correspondente” ((Boletim Interno do SPI, SARQ -M.I 1943).

No aviso mensal de fevereiro de 44, do PIN Rios da Cobras, mais uma menção à questão demográfica dos grupos indígenas²⁷:

"É desalentador em toda a América o quadro demográfico das populações indígenas. O SPI já teve ocasião de estudar-lhe as causas principais, entre as quais figuram as moléstias causadas pelos contatos dos civilizados, para as quais os organismos indígenas não dispõem ainda das resistências das populações civilizadas". (Boletim Interno do SPI, SARQ -M.I 1944)

Os Boletins produzidos a partir da década de 1950 apresentam algumas mudanças em relação a sua estrutura, tornam-se mais sucintos em suas informações administrativas, são editados com algumas imagens, desenhos ou fotografias de indígenas, ou mesmo mapas e imagens das paisagens. A cada publicação, a imagem da capa fazia referência a uma Inspeção específica²⁸. Além disso, trazia em suas páginas pedidos por divulgação para os Boletins, com apelos como “Prezado leitor, o Boletim Interno do SPI é o meio mais fácil de levar ao teu conhecimento as decisões e a palavra

²⁷ O tema da redução demográfica é recuperado por Darcy Ribeiro na década de 1950, o que discutirei no próximo capítulo dessa dissertação

²⁸ Imagens das capas de alguns Boletins desse período em anexo ao fim dessa dissertação.

de ordem da direção. Divulgá-lo é uma necessidade” (BI, 1957) e ainda possuía uma seção destinada a parabenizar a atuação de servidores que se destacassem por algum feito nos postos.

A questão da atenção à saúde indígena exposta e, por vezes, denunciada nos Boletins também figurava outros documentos administrativos do SPI, como estudos, relatórios e inquéritos. Dentre eles, um em particular me suscitou interesse, trata-se de alguns artigos anexos ao Relatório do SPI do ano de 1954, assinados pelo médico sanitarista Amaury Sadock Filho, pelo médico João Leão da Mota e pelo sanitarista Noel Nutels. Esses documentos trazem algumas observações relevantes acerca das condições sanitárias e o estado sanitário da população indígena neste período, entre outros temas. O relatório oficial do ano de 1954 do SPI destaca-se entre os muitos outros relatórios levantados para essa pesquisa, por inúmeras razões, entre as quais destaco: a utilização de imagens ilustrativas, o fato de ter sido publicado em forma de encarte e ainda a relação de estudos e levantamentos de médicos e sanitaristas anexos ao fim do mesmo.

O primeiro dos artigos anexos é escrito por Noel Nutels, neste período, médico do SPI²⁹. O texto intitulado “Cadastro Torácico entre os índios do Brasil Central” apresenta um levantamento da parceria entre o SPI, a Campanha Nacional contra a Tuberculose e a Força Aérea Brasileira iniciada no ano de 1951 pra enfrentar a tuberculose, ou “peste branca”, como o sanitarista se refere à doença. Nutels apresenta os primeiros resultados dos exames realizados entre os karajás da Ilha do Bananal, em 1952, como alarmantes. Verifica-se uma grande porcentagem de indígenas suscetíveis a contrair tuberculose, o que torna verdadeira a fala de um cacique Karajá: *“O seu povo trouxe para o meu uma doença que faz emagrecer, tossir e cuspir sangue”*, referindo-se aos sintomas da tuberculose. O texto segue relatando a expedição realizada no ano de 1954, quando a equipe liderada por Nutels visitou alguns postos do SPI; os relatos eram sempre de uma receptividade muito cordial, tanto por parte dos chefes e encarregados dos Postos, quanto pela população indígena que era submetida ao exame. Quanto aos resultados obtidos por essa expedição, Nutels destaca: *“Percorremos mais de oito mil quilômetros, visitamos 3 estados – Goiás, Pará e Mato Grosso – e abreugrafamos 1447 pessoas, entre índios e civilizados”* (Nutels, 1954).

²⁹ Noel Nutels foi médico do SPI entre os anos de 1951 e 1962. Em 1963, é nomeado como diretor dessa Instituição, no entanto, fica no cargo somente por um ano.

O texto seguinte é um inquérito médico sanitário entre os índios Xavante, realizado entre os meses de junho e julho de 1954, no Posto Indígena Pimentel Barbosa e na Aldeia Interenritpá, pelo médico sanitarista Amaury Sadock de Freitas Filho. O levantamento do Posto Pimentel Barbosa apresenta uma série de informações acerca da população, superfície, casas e benfeitorias, lavoura, água, esgoto, pecuária, comércio e sobre a questão sanitária. No tópico serviços médicos e farmacêuticos, a descrição é calamitosa e sucinta: “Limitam-se à assistência de uma enfermeira e uma pequena farmácia” (Filho, 1954). Os mesmos tópicos são levantados e relacionados no inquérito relativos à região da Aldeia Interenritpá, onde os serviços médicos são descritos como inexistentes. Entretanto, segundo o mesmo trecho do relatório, os indígenas dessa aldeia aceitavam facilmente qualquer espécie de medicamentos, inclusive injeções: *“Eles mesmos solicitam tais serviços, principalmente quando visitam o Posto Indígena de Atração Pimentel Barbosa”* (Filho, 1954). Esse comportamento dos indígenas, verificado não somente nesse inquérito, estaria vinculado a questão simbólica do medicamento e não efetivamente a sua função determinada. Seguindo os moldes dos relatórios do SPI, o referido inquérito detecta algumas dificuldades enfrentadas pelos indígenas e, em seguida, traz sugestões para sanar essas dificuldades. Este é o caso da detecção de Helmitoses, ou seja, doenças causadas por vermes parasitários encontrados, em geral, em alimentos ou na água; para o combate a esses vermes, as sugestões gerais referem-se a um abastecimento higiênico de água, à coleta de dejetos e ainda à valorização de uma educação e também de propagandas sanitárias.

Ainda sobre o referido inquérito, pode-se encontrar uma avaliação do estado nutricional dessa população, de onde se concluíram a falta de alguns nutrientes provenientes dos hábitos simples de alimentação; porém, de modo geral, afirma o referido texto, “não foi verificado nenhum caso de deficiência nutricional entre os índios”. Por se tratar de um grupo que mantinha contato somente com os servidores do SPI, os hábitos alimentares permaneciam quase que inalterados, baseados na ingestão de legumes e frutas, entre outros, não havendo, portanto, a ingestão de açúcar. Diante desse dado, o autor do inquérito faz um apelo às autoridades e servidores do SPI para que não introduzam a prática do uso do açúcar nessa região, por meio de balas e outros doces, como já ocorrerá, em outros Postos Indígenas. A mesma recomendação é dada em relação à bebida alcoólica, que também não fora identificada nessa Aldeia e o inquérito atenta para que não seja introduzida entre os índios.

Além das deficiências nutricionais entre os indígenas, as epidemias de gripe e sarampo, especialmente, são descritas com certa regularidade nos relatórios e inquéritos médicos realizados por equipes do SPI ao longo do tempo

O terceiro e último texto assinado pelo médico do SPI, João Leão da Mota, sob o título “A epidemia de sarampo no Xingu”, apresenta, em linhas gerais desdobramentos de uma epidemia – o Sarampo –na década de 1950, recorrente tanto quanto a Gripe nesse período. A epidemia de sarampo atingiu a região do Xingú entre os meses de junho e outubro de 1954, e vitimou cerca de 120 pessoas. Os problemas enfrentados pelo médico descritos no texto seguem a mesma linha dos demais, onde são apontados como principais obstáculos as grandes distâncias entre as várias aldeias assistidas pelo SPI e também o desconhecimento a respeito do método de tratamento mais adequado; no entanto, o texto traz uma observação sobre a resposta da diretoria do SPI à situação relatada na região do Xingú:

“Aproveitamos a oportunidade para afirmar que todos os recursos solicitados para a equipe de que fazíamos parte foram fornecidos ininterruptamente pelas diretorias do SPI e Organização Sanitária do Ministério da Saúde, em tempo e quantidades satisfatórias, digno exemplo de eficiência administrativa, tão raro nos dias atuais”
(Mota, SARQ – MI, 1954).

O mesmo relatório apresenta sob o título “Assistência médica aos índios”, uma proposta de um serviço médico do SPI, semelhante àquela desenvolvida por Herbert Serpa, em 1947. Após relacionar as doenças que causariam maiores epidemias e conseqüentes mortes entre os índios, as pulmonares, o autor do texto afirma que o SPI está fazendo um grande esforço a fim de assegurar melhor assistência médica aos índios. Os trabalhos seriam realizados sob a direção de Noel Nutels, em cooperação com o Serviço Nacional de Saúde (SNS), Serviço Nacional de Tuberculose (SNT), Serviço Nacional de Malária (SNM), o Instituto Oswaldo Cruz (IOC), e outros. Essas parcerias institucionais possibilitariam a distribuição de medicamentos, instalações hospitalares nas aldeias, para que os técnicos responsáveis pudessem realizar estudos médicos sanitários, além de planejarem “a instalação de serviços especiais de

assistência” (Relatório, 1954). Esse programa de assistência seria estruturado sob as seguintes propostas:

“a. dotar cada posto indígena de uma farmácia especializada com os medicamentos mais indicados para as moléstias que incidem nos índios

b. contrato de médicos assistentes que visitem os postos indígenas mais acessíveis, pelo menos 2 vezes por mês, bem como o contrato com hospitais regionais para a internação de índios enfermos. Isto já foi assegurado para alguns Postos da IR 7 e da IR5.

c. instalação de enfermarias e ambulatórios dotados de recursos para a assistência médica e pequenas cirurgias (...)

d. construção de uma rede de campos de pouso que permita atingir os Postos menos acessíveis (...) (Relatório, SARQ – MI, 1954)

A proposta de uma parceria entre o SPI e o Ministério da Saúde (MS) através dessas parcerias enuncia uma tentativa de inclusão da saúde indígena no âmbito do MS na década de 1950. Essa vinculação não era verificada nas décadas anteriores, como argumentado na introdução dessa dissertação. Pode-se identificar, ainda, a respeito dessas propostas de parcerias institucionais, um alinhamento entre os empreendimentos do SPI em relação à saúde indígena e os demais órgãos governamentais voltados para a assistência sanitária no âmbito irrestrito às populações. Como é o caso da parceria entre SPI e DENERu, no ano de 1958, o SPI assina um acordo com o departamento de Endemias Rurais (DENERu), importante iniciativa em prol da assistência indígena. O planejamento para execução desse convênio, desenvolvido pelo médico do SPI João Leão da Mota em dez de maio de 1957, pressupõe que:

“A assistência médica entre os silvícolas assistidos pelo SPI deve ser organizada tendo em vista os seguintes aspectos: a. Assistência às endemias em que o DENERu já possui postos instalados em todos os estados da federação, e que soa encontrados entre os índios; b. Endemias de responsabilidade de outros Serviços Nacionais e que instituem problemas clínicos importantes de patologia indígena; c. Assistência clínica não especificada; d. Assistência Hospitalar e Domiciliar; e. Assistência médico-sanitária em

epidemias, f. Vacinação preventiva e assistência medicamentosa. (Relatório do SPI, SARQ, M.I., 1957)

Após dois anos de firmado o convênio, alguns problemas são identificados, como a falta do repasse de verbas do SPI para o DENERu, o que impossibilitava a aquisição de medicamentos previstos no acordo.

Como demonstrado através da análise de inúmeros documentos relativos ao SPI, a questão sanitária foi abordada sempre a partir de suas dificuldades e, em geral, levavam os grupos indígenas à morte. Sendo a proposta desse trabalho uma análise que vincula os saberes antropológicos e médicos na promoção de melhorias sanitárias para os grupos indígenas do Brasil, opto por demonstrar esses interesses na figura de Darcy Ribeiro, a partir de uma análise de sua trajetória enquanto parte do corpo de funcionários do SPI, especialmente no que tange à questão da redução demográfica dessas populações por motivos diversos, inclusive as epidemias advindas do contato entre índios e brancos.

Sobre essa figura emblemática no cenário das ciências sociais no Brasil, Darcy Ribeiro, falaremos mais detidamente no terceiro e último capítulo dessa dissertação.

Nesse sentido, a partir dos textos arrolados nessa seção, podem-se depreender algumas semelhanças no discurso e também nas reivindicações desses médicos. Sem dúvidas, as grandes distâncias geográficas e as dificuldades de acesso às aldeias indígenas segmentadas pelo interior do país ofereciam às equipes do SPI um obstáculo real e, por vezes, intransponível. No entanto a falta de organização sanitária nos Postos do SPI, associada à falta constante de pessoal qualificado para o atendimento aos indígenas, gerava uma situação ainda mais calamitosa em relação à atenção à saúde dessas populações. As necessidades verificadas desde os primeiros anos de atuação do SPI, e arregimentadas por Herbert Serpa, em 1947, na estruturação de um plano para a criação de um serviço médico-sanitário do SPI, são ainda verificadas nas décadas seguintes. E cada vez mais as deficiências em relação à assistência sanitária aos indígenas brasileiros aparecem associadas ao processo de decréscimo populacional dessas populações, tema esse verificado e analisado por Darcy Ribeiro, personagem central do próximo capítulo dessa dissertação.

CAPÍTULO III

A experiência de Darcy Ribeiro no SPI (1947-1956)

“Uma das tendências marcantes do nosso tempo é o esforço para utilizar a contribuição dos cientistas sociais no aprimoramento dos serviços de administração pública. Um número cada vez maior de economistas, sociólogos, psicólogos sociais e antropólogos vem sendo chamado a participar, ao lado de políticos e administradores, na procura de soluções para os problemas sociais” (Ribeiro, p.163, 1951)

No âmbito do desenvolvimento das ciências sociais brasileiras, os anos 40 são marcados por inúmeras iniciativas de institucionalização e também de conformação do campo. Também entre os anos de 1940 e 1960 se identifica, como uma tendência, a maior participação da antropologia na construção de políticas públicas no campo da assistência médica no Brasil, como pode ser verificada na análise da atuação de organismos como o Serviço Especial de saúde Pública (SESP) e no SPI (Figueiredo, 2009; Lima & Maio, 1996). O Estado brasileiro, por meio do SPI, se insere nesta perspectiva a partir da criação de sua Seção de Estudos em 1942, que apresenta em seu quadro de funcionários etnólogos com o objetivo de estudar as populações indígenas assistidas pelo SPI. Como apresentado no capítulo anterior, no que se refere à questão sanitária indígena, este mesmo órgão apresenta um esboço para a criação do primeiro Serviço Médico Sanitário do SPI, no ano de 1947, portanto 37 anos após a sua criação, em 1910.

Com base nessa orientação das ciências sociais, demonstrada pelo movimento de contratação de cientistas sociais para os quadros de instituições vinculadas à questão sanitária das populações brasileiras, o objetivo principal desse capítulo é tecer uma análise sobre o lugar da questão indígena nesse processo e, a partir dessa premissa, compreender a atuação das Ciências Sociais no desenvolvimento de programas e estudos voltados para as questões sanitárias dos grupos indígenas assistidos pelo SPI.

A orientação teórico-metodológica impressa pelo movimento de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil na década de 1940 formou intelectuais e cientistas sociais preocupados em discutir temas relativos às questões nacionais, ou, como especifica Melatti, nos estudos de mudança social ou “aculturação”, nos quais os principais objetos de estudo seriam os grupos indígenas, a população negra e, ainda, os imigrantes europeus e asiáticos. (Melatti, 1984.). A criação de Escolas e Universidades destinadas ao estudo da antropologia e sociologia marca o período inicial do processo de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil, especialmente a criação da Escola Livre de Sociologia e Política, em 1933, e da Faculdade de Filosofia e Letras da USP, em 1934.

Neste capítulo abordo a trajetória de Darcy Ribeiro desde sua passagem pela Escola Livre de Sociologia e Política até sua contratação e atuação como etnólogo do SPI em relação ao espectro da saúde indígena. Como ponto de partida, apresento a Escola Livre de Sociologia e Política como parte do processo de institucionalização das ciências e como centro formador de importantes intelectuais voltados para causas nacionais. No bojo da Escola, identifico o etnólogo alemão Herbert Baldus, fundador da cadeira de etnologia brasileira desta instituição, a fim de discutir e analisar o contexto intelectual no qual Darcy Ribeiro se forma. Por fim, abordo a trajetória de Darcy Ribeiro enquanto etnólogo do SPI, preocupado com a causa indígena especialmente no que tangia à “Depopulação”³⁰ dos grupos indígenas.

³⁰ O termo “Depopulação” refere-se à redução demográfica entre os grupos indígenas e é usada por Darcy em um artigo publicado em 1956, sob o título “Convívio e Contaminação” e anos mais tarde, em 1970, como capítulo do livro *Os índios e a Civilização*.

3.1 A Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo

A Escola Livre de Sociologia e Política foi criada em 27 de maio de 1933. Em 1935, a instituição foi considerada de utilidade pública pelo governo do estado de São Paulo. E, em 1938, tornou-se instituição complementar da USP³¹. Segundo Cyro Berlink³², o primeiro plano pedagógico da escola tinha por objetivo formar uma nova intelectualidade voltada para as questões políticas e sociais do Brasil no referido período, como disposto em seu “Manifesto da Fundação”, este redigido por um grupo de profissionais liberais e intelectuais paulistas. O manifesto faz clara referência à política do país, sobretudo no que tange à Revolução Constitucionalista de 1932, que marca a derrota política de São Paulo; “São Paulo embora moralmente ferido pelos dissabores dos últimos anos, deixará patente sua considerável força de resistência e dará novo exemplo de sua tradicional energia construtora”. A questão central do Manifesto referia-se à necessidade de “formar uma elite através de métodos científicos, capazes de compreender antes de agir, o meio social em que vivemos” (Manifesto, 1933). Ainda segundo este documento, a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo atuaria no cenário político paulista e nacional como um “centro de cultura político-social apto a inspirar o interesse pelo bem coletivo, a estabelecer ligação entre homem e meio ambiente e a incentivar pesquisas sobre as condições de existência e os problemas vitais de nossas populações (...)” (Manifesto, 1933).

A criação da Escola Livre, em 1933, gerou interesse da imprensa paulista, como demonstra o levantamento que realizei nos arquivos da, hoje, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP). A partir desse levantamento, elaborei um quadro demonstrativo dos principais noticiários referentes aos primeiros anos de atuação da ELSP³³:

³¹ Dados retirados do histórico da Fundação Escola De Sociologia e Política de São Paulo e suas Mantidas de 1966.

³² CyroBerlink foi diretor da Escola Livre de Sociologia e Política entre as décadas de 1930 e 1970.

³³ Essa tabela foi desenvolvida a partir do levantamento de inúmeros recortes de jornais relativos aos primeiros anos de atuação da ELSP alocados nos arquivos da FESPSP, CEDOC.

Jornal	Data	Título
Estado de São Paulo	17/4/1933	<i>A Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo</i>
A platéia	xx/xx/33	<i>O que será a ELSP de São Paulo?</i>
A Gazeta	22/4/1933	<i>São Paulo será dotado em breve de uma Escola de Sociologia e Política</i>
Jornal de hoje	23/4/1933	<i>Fundada em São Paulo uma Escola de Sociologia e Política</i>
Folha da Manhã	24/5/1933	<i>Escola Livre de Sociologia e Política de São paulo</i>
Folha da Noite	14/5/1933	<i>Escola Livre de Sociologia e Política de São paulo</i>
A platéia	15/5/1933	<i>Escola Livre de Sociologia e Política de São paulo</i>
Folha da Noite	26/5/1933	<i>A ELSP de São Paulo é uma iniciativa que honra sobretudo a cultura e o civismo paulistas</i>
Diário da noite	28/5/1933	<i>Os problemas sociais no Brasil e no mundo</i>
Estado de São Paulo	28/5/1933	<i>Escola Livre de Sociologia e Política de São paulo</i>
Folha da Manhã	28/5/1933	<i>Revestiu-se de notável brilhantismo a assembléia de fundação da ELSP de São Paulo</i>
Diário de São Paulo	28/5/1933	<i>Foi fundada ontem com solenidade, a ELSP de São Paulo</i>
Correio Popular	28/5/1933	<i>Para renovar a mentalidade das classes dirigentes paulistas</i>
A platéia	30/3/1933	<i>O problema do mundo</i>
Gazeta de Limeira	7/6/1933	<i>Lacuna preenchida</i>
Correio Popular	15/6/1933	<i>A necessidade de estudar</i>
Diário de São Paulo	21/6/1933	<i>Começa a funcionar em julho o curso da ELSP de São Paulo</i>
Folha da Manhã	29/6/1933	<i>Lacuna que desaparece</i>
Folha da Noite	12/7/1933	<i>Um empreendimento que o apoio do paulistano levará avante</i>
Diário de São Paulo	xx/xx/33	<i>A bandeira sociológica</i>
Diário de São Paulo	xx/xx/34	<i>Para iluminar os caminhos do nosso destino</i>
Diário de São Paulo	12/7/1933	<i>A incôgnita do drama da formação nacional</i>
Diário de São Paulo	x/x/xxxx	<i>Os problemas sociais e a formação dos homens de estado</i>
Diário de São Paulo	18/7/1933	<i>Abertura dos cursos da ELSP</i>
Diário da noite	17/7/1933	<i>Realiza-se hoje a primeira aula da ELSP</i>
A Gazeta	18/7/1933	<i>Faculdade de Sociologia e Política de São Paulo</i>
Folha da Noite	19/7/1933	<i>O êxito alcançado em São Paulo</i>
A Nação	19/7/1933	<i>O estudo da Sociologia</i>
Diário de São Paulo	21/7/1933	<i>Ordem no caos</i>
Folha da Manhã	8/8/1933	<i>O consul japonês em São Paulo, visitou, ontem a noite, a ELSP</i>
Estado de São Paulo	30/1/1934	<i>Conferências: ELSP</i>
Diário de São Paulo	30/1/1934	<i>Racionalização dos serviços públicos</i>
Diário da noite	16/3/1934	<i>A situação atual da ELSP</i>
A Gazeta	23/7/1934	<i>Escola Livre de Sociologia e Política de São paulo</i>
A Gazeta	27/2/1935	<i>Anúncios: Escola Livre de Sociologia e Política</i>
Diário de São Paulo	30/8/1935	<i>Subvenção à ELSP</i>
Folha da Manhã	19/5/1935	<i>Escola Livre de Sociologia e Política de São paulo - Edital</i>
Diário de São Paulo	17/4/1936	<i>Aula inaugural dos cursos do 3º ano da Escola Livre de Sociologia e Política</i>
Diário de São Paulo	18/4/1936	<i>Curso de história da economia brasileira</i>
Folha da Manhã	22/8/1936	<i>Inaugurou-se ontem o curso de conferências públicas sobre os problemas do Estado Nacional.</i>

Figura III: Quadro demonstrativo dos principais jornais de São Paulo entre os anos de 1933-1936, sobre a inauguração da ELSP.

A partir desse quadro, pode-se depreender que a imprensa paulistana dedicou espaço à investida institucional da ELSP, bem como seus idealizadores e colaboradores usaram-na como importante veículo de informação e divulgação de seus cursos e também de suas conferências e editais públicos. A Escola Livre de Sociologia e Política é desenvolvida por uma elite paulista com objetivos bem definidos, que se referiam à formação de profissionais capacitados para atuação no serviço público do país. Esse ideal foi alardeado em algumas dessas matérias dispostas no quadro acima. Como é o caso de uma entrevista de um dos fundadores da Escola, Tácito de Almeida, concedida ao jornal paulista “A Platéia”, em 1933, quando este afirma: “A falta de uma elite

numerosa apta a orientar e formar a opinião pública é sem dúvida a causa predominante desse estrabismo tão propício a confusões e tão prejudicial a nossa terra” (A Paltéia, 1933). Ainda nessa publicação, Tácito de Almeida apresenta a Escola:

“Esta Escola será um instituto de ensino superior destinado a difundir conhecimento de caráter científico sobre os fundamentos, as funções e as necessidades do meio em que vivemos, formando personalidades capazes de colaborar, eficaz e conscientemente na vida social do país” (Idem)

Também o jornal “Folha da Noite”, de 26 de maio de 1933, apresenta uma matéria sobre a cerimônia de inauguração da Escola e reproduz a fala de Roberto Simonsen nessa ocasião em seu discurso:

“A Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo é uma iniciativa que honra sobremodo a cultura e o civismo paulistas. A simples notícia de seu aparecimento traz a todos nós uma impressão de alívio porque sentimos que vai surgir alguma coisa pela qual todos ansiávamos, mas da qual nem todos tínhamos uma impressão concreta”

Esta solenidade de inauguração ganhou destaque ainda em outras publicações, como no Correio Popular de 28/5/33, que trazia as palavras de Alcântara Machado sobre a Escola: *“Para renovar a mentalidade primitiva das classes dirigentes paulistas”*. Sobre o mesmo discurso, a Folha da Noite de 12 de julho de 33 reproduziu a fala de Alcântara Machado:

“Um empreendimento do vulto do que era iniciado, para ir avante não necessitaria, em terras de Piratininga, do bafejo oficial. Bastar-lhe-ia para isso a simpatia e esse apoio aquela iniciativa poderia contar, pois as suas finalidades eram das que jamais deixaram de ter o amparo paulista”.

Entre os objetivos da Escola, o autor afirma ainda: *“proporcionar-lhes os elementos necessários para que possam solucionar as questões vitais da nacionalidade, não apenas, levar a afeito experiências nefastas ao organismo nacional”*.

A temática da criação da ELSP era, nessas matérias, acompanhada pela exaltação da cidade de São Paulo como pioneira nesse processo, como é o caso da pequena matéria veiculada em 7 de junho de 33, no periódico *Gazeta* de Limeira. Destaca que a criação da ELSP preencheria uma lacuna na cidade de São Paulo, que se apresentava à nação como um “centro formidável de trabalho, energia, civilização e progresso”. E, ainda, o jornal “A folha da manhã” de 26 de junho de 33: *“A terra paulista não sabe parar. Caminha sempre e realiza sempre. Não há força que detenha seus passos. Adversidade nenhuma serve de tropeço no seu arrojo congênito de vencer...”*

A experiência paulista nesse momento de institucionalização das ciências foi tema de um importante estudo de Fernando Limongi (1989). O autor destaca que a empreitada paulista estaria marcada pela presença de duas importantes instituições de ensino voltadas para a formação de profissionais na área, são elas: a Escola Livre de Sociologia e Política (1933) e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1934)³⁴.

Autores que se dedicam ao estudo do desenvolvimento das ciências sociais no Brasil são unânimes em frisar importância da ELSP nesse processo, especialmente no que tange a suas especificidades estruturais, quando comparada a outras instituições de ensino voltadas para esse mesmo fim, criadas no mesmo período (Limongi, 1989, Oliveira, 1995). Segundo Limongi, a ELSP estava voltada para a formação de um “sociólogo profissional, dedicado às pesquisas empíricas” (Limongi, p.217, 1989). Esse profissional formado pela Escola estaria apto para os mais diversos cargos públicos, o que aproximaria os conceitos das ciências sociais ao desenvolvimento do país, como afirma Samuel Lowrie: “A Escola pretendia formar uma numerosa parcela da elite, sobretudo de administradores e funcionários técnicos para o serviço público, capazes de contribuir para o aperfeiçoamento do governo de nossa terra” (Lowrie, 1935). Neste sentido, a contribuição da Escola ultrapassaria os limites teóricos e formaria uma classe de cientistas sociais aptos para o “serviço público”. Lowrie continua sua análise acerca da especificidade de formação oferecida pela ELSP, considerando-a uma “necessidade

³⁴ Em Sérgio Miceli (1989), autores apresentam e caracterizam a experiência e o processo de desenvolvimento da institucionalização das Ciências Sociais no Brasil.

da época”, já que o Estado deixa de desempenhar simples papel de policial e passa a desenvolver funções mais complexas que exigem de seus governantes maiores conhecimentos (Lowrie, p. 110/111, 1935).

A orientação voltada para um ensino técnico da Escola tomaria forma, em primeiro currículo, para o curso de bacharelado em Ciências Políticas e Sociais, no ano de 1933. O curso completo estava dividido em seis semestres, três anos, e seu programa de ensino representava as aspirações da Escola, posto que contava com uma grade disciplinar ampla e diversa. O primeiro ano oferecia disciplinas como: Sociologia Geral; Psicologia Social; Economia Social; Introdução à Economia; Estatística; Fisiologia do Trabalho; Biologia Social e Psicotécnica. Já o segundo ano preconizaria as disciplinas ligadas à economia nacional e mundial, como: Economia Mundial; Antropologia Cultural; Idéias e Correntes Políticas Contemporâneas; Política Financeira; Política Agrária, Comercial e Industrial; e Educação nacional. O currículo do terceiro, e último, ano de formação seguia uma orientação econômica na divisão de suas disciplinas, porém com o foco na economia nacional, bem como nas relações de trabalho, eram elas: Economia Brasileira; História Política e Social do Brasil; Demo-Psicologia Brasileira; Administração Federal, Estadual e Municipal, Organização do Trabalho, Serviços Sociais e Problemas Paulistas.

A criação da seção de pós-graduação capitaneada por Pierson em 1941 representou uma investida positiva na formação acadêmica dos cientistas sociais graduados nesse período, funcionando ainda como mais um diferencial em relação à USP, que nesse período não possuía pós-graduação e nem mesmo uma ênfase na pesquisa de campo. Limongi afirma ainda que a “ênfase no treinamento em pesquisas aliada à pós-graduação tornavam a ELSP uma alternativa sedutora para os recém-formados pela FFCL” (Limongi, p.223, 1989). Além de Pierson, outros professores estrangeiros compunham o colegiado da ELSP, entre eles Emilio Willens e Herbert Baldus, ambos alemães. Esses, como também Pierson, seriam considerados como representantes no Brasil da perspectiva de produção sociológica norte-americana, conhecida como Escola de Chicago³⁵ (Oliveira, 2010).

A partir das considerações feitas até aqui e observado o currículo dos primeiros anos de atuação da ELSP, cabe ressaltar, para o objetivo desse trabalho, a ausência de disciplinas voltadas para o estudo das populações indígenas, o que só se verifica a partir

³⁵ Sobre a Escola de Chicago ver: Massi, 1989; Oliveira, 1995, entre outros.

do ano de 1940, após a contratação de Herbert Baldus, que passa a lecionar a disciplina “Etnologia Brasileira” na Escola, ampliando os campos de estudo e pesquisa direcionados pela Instituição. Com o objetivo de preparar novos profissionais capacitados para o serviço público no país, as cadeiras selecionadas para compor o quadro de disciplinas da ELSP atendiam diretamente a essa finalidade. Era o caso, por exemplo, da disciplina “Política agrária”, que evidenciava o interesse da instituição em preparar profissionais que atuassem junto ao estado, com a finalidade de aumentar a produtividade nos campos. Segundo Lowrie (1935), sobre essa disciplina específica, podem-se destacar estudos que identificaram no campo um novo “tipo social”, que não era o proletário e nem o latifundiário, e sim o que se denominou “sitiente rural”, aquele pequeno produtor que seria responsável pelo abastecimento de itens agrícolas dos comerciantes das áreas urbanas da cidade de São Paulo. Nesse sentido, considero de grande relevância a contratação de um etnólogo de formação para compor o corpo docente da ELSP e, por consequência, a inclusão da disciplina “Etnologia Brasileira”, na década de 1940. A referida disciplina trouxe à pauta das ciências sociais a questão indígena, fato importante por se tratar a ELSP de uma empreitada vinculada aos interesses das elites paulistas em compor os quadros administrativos e políticos para a cidade de São Paulo. È, portanto, a partir dessa chave de análise que apresento a próxima seção, acerca da trajetória de Herbert Baldus e dos desdobramentos das discussões propostas no âmbito da ELSP sobre a questão indígena brasileira.

3.2 Seção Etnológica

O primeiro contato efetivo de Baldus³⁶ com grupos indígenas se deu em 1923³⁷, em uma expedição ao Paraguai, onde visitou os grupos: Xamakoko, Kaskihá e Sanapaná (Passador, p.45, 2002). Sobre suas experiências etnológicas no Paraguai, Baldus publica seu primeiro artigo de cunho etnográfico, artigo este que sugere em linhas gerais suas principais características como etnólogo, as quais: “preocupação empirista com a pesquisa de campo, descrição etnográfica, crítica aos missionários e às políticas indigenistas oficiais e ainda os malefícios do contato e uma defesa apaixonada dos índios e suas tradições” (Passador, p.50-52, 2002). Segundo Passador, tais características apontam para um alinhamento ideológico de Baldus com a política indigenista brasileira iniciada com Rondon na década de 1910, com a criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais³⁸. Para Baldus, a gerência de políticas indigenistas deveria estar sob responsabilidade de etnólogos (Passador, p. 92/93, 2002). Essa orientação científica requerida por Baldus nas décadas de 1920 e 1930 somente foi contemplada na década de 1940, quando o SPI contrata seus primeiros etnólogos, como ponto mais a frente neste texto.

Após esse primeiro contato com grupos indígenas no Paraguai, Baldus visita um grupo Guarani, em São Paulo, em 1927, onde faz uma análise atenta de seus hábitos e sua lingüística (Passador, p.52, 2002). Finda a expedição a São Paulo, retorna a sua terra natal, a Alemanha, onde defende sua tese de doutoramento em Filosofia. Baldus retorna ao Brasil em 1933, com o título de doutor e com uma vasta experiência na pesquisa de

³⁶ Baldus nasceu em 14 de março de 1899, na Alemanha, filho de Carolina e Martin Baldus. Teve uma educação militar e também foi poeta e ator de teatro (Passador, 2002)

³⁷ Antes, porém, desse contato com os grupos indígenas, Baldus esteve na América do Sul, no ano de 1921, onde visitou a Argentina e São Paulo, onde ficou até 1929. Sobre os motivos de sua vinda para a América do Sul, o autor Luiz Henrique Passador apresenta duas possibilidades, as quais se referem ao momento de instabilidade pós-guerra nos anos de 1920 na Alemanha, sob o regime da república de Weimar e também ao interesse prévio de Baldus pelos estudos etnológicos com os indígenas, este último apoiado na premissa de que Baldus teria tido contato com uma literatura alemã preocupada com temas vinculados à etnologia brasileira naquele período.

³⁸ O SPILTN (Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais) foi instituído pelo Ministério da Agricultura Indústria e Comércio (MAIC) em 1910, mediante o decreto-lei nº 8.072. Passou a ser denominado apenas como Serviço de Proteção ao Índio (SPI) no ano de 1918. Seu primeiro diretor foi Cândido Mariano da Silva Rondon, entre os anos de 1910 e 1930.

campo, porém conquista seu primeiro vínculo institucional apenas em 1939³⁹, como professor de Etnologia Brasileira, na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, onde ministrou também a disciplina ‘Índios do Brasil’ (1944) (Passador, p.77, 2002).

De acordo com o registro funcional de Herbert Baldus⁴⁰ alocado nos arquivos da FESP-SP, a admissão de Baldus ocorreu ao primeiro dia de janeiro de 1939. Este mesmo documento traz informações acerca de sua nacionalidade, estado civil e também características físicas, as quais apresento a seguir: Nascido na Alemanha, Baldus se naturaliza brasileiro, era de cor branca, cabelos castanhos, barba e bigode raspados, olhos castanhos, altura de 1,75, e peso de 75 kg; aos 56 anos é admitido para o cargo de professor de etnologia brasileira na ELSP de São Paulo com remuneração mensal de 4 mil cruzeiros⁴¹. Consta também no registro sua data de dispensa, junho de 1961. Nesses mais de 20 anos de atuação como professor da ELSP, Baldus lecionou as disciplinas: Etnologia Brasileira, Índios do Brasil e Alemão.

A análise da aula inaugural de Baldus na ELSP demonstra-nos claramente sua concepção acerca da etnologia e seu papel intelectual e social:

“Para justificar a criação de uma cadeira de etnologia brasileira, com que a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo honra a si própria e ao Brasil, faz-se preciso demonstrar a necessidade de se estudarem os índios brasileiros e de se formar uma falange de exploradores dispostos a conquistar etnologicamente o Brasil – objetivo prático dessa cadeira” (Baldus, 1939)

Ainda sobre a aula inaugural na ELSP, Baldus faz críticas aos defensores do “extermínio de indígenas” e também à política assimilacionista tanto da Igreja quanto do SPI. Ele defendia a assistência aos índios promovida pelo Estado no sentido de garantir a qualidade de vida dessas populações e segue argumentando que a administração desse processo deveria estar a cargo dos etnólogos. A perspectiva que

³⁹ Herbert Baldus foi professor da cadeira de Etnologia brasileira da ELSP em 1939, onde permaneceu como professor até o ano de 1961, além de contribuir como diretor da seção de Etnologia da *revista Sociologia*. Ainda em 1946, torna-se organizador das coleções do Museu Paulista e diretor da seção de Antropologia desse museu, e também cria a Revista do Museu Paulista. (Damasceno, 2009)

⁴⁰ Disponível nos anexos dessa dissertação

⁴¹ Dados retirados de seu registro de empregados, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Imagem disponível ao fim dessa dissertação

aproximava os estudos etnológicos da administração de políticas públicas voltadas para os grupos indígenas também o aproximava da marcante característica da ELSP, a qual se referia à preparação de mão de obra qualificada para o mercado de trabalho, ou seja, à formação de cientistas preparados para atuarem na cena pública, administrativa do país. O lugar da etnologia e o papel dos etnólogos na promoção do bem-estar dos indígenas brasileiros são explorados por Baldus ao longo de sua trajetória, especialmente em seus artigos publicados na revista *Sociologia*, na qual dirigiu a Seção Etnológica”, sobre a qual irei me deter ainda neste tópico.

O trabalho de Passador afirma ainda que a inserção no circuito institucional brasileiro definiria novos contornos na trajetória de Baldus, que passaria a dedicar-se prioritariamente à docência e à divulgação da etnologia, em detrimento de suas viagens a campo (Passador, p.73, 2002). Neste sentido, destaco a atuação de Herbert Baldus na direção da seção de Etnologia da Revista *Sociologia*, pois, além de compor o corpo docente da ELSP, Baldus contribuiu de forma expressiva para a Revista.

A revista *Sociologia*⁴² é criada no ano de 1939, sob a direção de Romano Barreto, professor de sociologia, e de Emilio Willems, livre docente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Com o subtítulo designando-a como uma: “Revista didática e científica”, seus artigos dividiam-se necessariamente entre essas duas vertentes principais, notadamente em suas primeiras edições. O primeiro número do periódico trazia artigos sobre o campo da sociologia no Brasil e ainda os programas do Colégio Universitário da USP e das Escolas Normais, além de uma seção intitulada “Fatos e Livros”⁴³ destinada a resenhas de novas publicações sobre as temáticas da antropologia e sociologia no Brasil e no exterior, além de notificações a eventos e premiações referentes ao campo de interesse da revista. Outras seções fizeram parte do editorial da Revista *Sociologia*, algumas com maior incidência e outras de

⁴² A revista era trimestral, sua redação estabelecia-se à Rua: Estados Unidos, 460, e sua administração à Rua: Martiniano de Carvalho, 25. Os valores das assinaturas anuais eram diferentes para o Brasil e para o “estrangeiro”, sendo de 14\$000 (Quatorze mil cruzeiros) para o Brasil e 18\$000 (Dezoito mil cruzeiros) para o “estrangeiro”. A publicação avulsa custava em torno de 4\$000 (Quatro mil cruzeiros) para o Brasil e 5\$000 (Cinco mil cruzeiros) para o “estrangeiro”. Os valores cobrados pelos anúncios não são divulgados pelo periódico, contendo apenas a informação de que a tabela de preços estaria disponível aos anunciantes na sede da administração da revista.

⁴³ Esta seção, em particular, permaneceu na revista desde sua criação, em 1939, até sua última publicação, em 1966, com algumas modificações no título, mas com a função original. É nessa seção, logo na sua primeira edição em 1939, que Herbert Baldus faz sua primeira contribuição para o periódico, comentando o livro “Viagem ao Brasil em 1865 e 1866”, que se trata de uma tradução dos diários de campo do casal Luiz Agassiz e Elisabeth Agassiz, do período em que percorreram a Amazônia brasileira.

menor tempo de veiculação. O primeiro número do segundo volume da revista, em 1940, trouxe a “seção didática”, que aparece somente neste número da revista. As seções sociológica⁴⁴ e etnológica apresentam uma periodicidade maior. A direção da revista também foi alvo de mudanças ao longo de seu período de veiculação. Entre os anos de 1948 e 1950, a revista passa a ser dirigida por Emilio Willems e Oracy Nogueira, além de se tornar uma publicação da Escola Livre de Sociologia e Política; deste modo, o responsável pela publicação passa a ser o diretor da Escola Livre, Cyro Berlink. Já no período entre os anos de 1951 e 1958, os diretores seriam Donald Pierson e Oracy Nogueira. No período entre 1959 e 1961, o diretor da revista passa a ser Antonio Trujillo Ferrarri. E, nos anos finais da publicação, 1962 a 1966, o periódico é dirigido por um grupo de “Diretores Associados”, entre os quais Antonio Trujillo Ferrarri e Manoel Tosta Berlink⁴⁵ faziam parte.

Feitas essas considerações acerca da estrutura da Revista *Sociologia*, voltemos ao etnólogo Herbert Baldus. Como já indicado nesse texto, Baldus inaugurou e dirigiu a Seção Etnológica de *Sociologia* entre os anos 1941 e 1960. À frente dessa seção, Baldus publicou artigos diversos sobre a organização social, direitos sociais, agricultura e saúde dos grupos indígenas, além de comentar publicações de cunho etnológico, como demonstro a seguir sob forma de tabela.

⁴⁴ Esta seção era dirigida por Donald Pierson.

⁴⁵ Filho do responsável pela revista *Sociologia* e diretor da ELSP, Cyro Berlink.

Ano	Volume	Nº	Seção	Título	Páginas
1939	1	1	Fatos e Livros	<i>Viagem ao Brasil em 1865 e 1866</i>	106-107
1940	2	4	A.A*	<i>Teoria e Prática Etnológicas</i>	352-357
1941	3	2	Seção Etnológica	<i>Difusionismo, Concentrismo e Funcionalismo</i>	128-140
1942	4	2	Seção Etnológica	<i>Aldeia, casa, móveis e utensílios entre os índios do Brasil</i>	157-172
1943	5	2	Seção Etnológica	<i>Sinopse da cultura Guayakí</i>	147-153
1944	6	3	Seção Etnológica	<i>Comunicação e comércio entre os índios do Brasil – Sugestões para pesquisas etnográficas</i>	237-249
1946	8	1	Seção Etnológica	<i>Sugestões para pesquisas etnográficas entre os índios do Brasil</i>	36-44
1946	8	1	A.A	<i>Curt Nimuendajú</i>	45-51
1948	10	4	Seção Etnológica	<i>Aquisição do sustento entre os índios do Brasil – Sugestões para pesquisas etnográficas</i>	283-302
1950	12	1	Seção Etnológica	<i>A alimentação dos índios do Brasil – Sugestões para pesquisas etnográficas</i>	44-57
1952	14	1	Seção Etnológica	<i>Terminologia de parentesco Kaingang</i>	76-79
1952	14	2	Resenhas bibliográficas	<i>Kulner Zeitschrift fur soziologie</i>	51-54
1954	16	1	Seção Etnológica	<i>Publicações sobre os índios do Brasil nos últimos 15 anos (1939-1953)</i>	56-62
1956	18	4	A.A	<i>O XXXII Congresso Internacional de Americanistas</i>	350-353
1960	22	4	Notas e Comentários	<i>V Congresso Internacional de America</i>	459-463

Figura IV: Quadro demonstrativo das publicações de Herbert Baldus na Revista *Sociologia* entre os anos de 1939 e 1960.

O artigo que deu início à Seção Etnológica, no ano de 1941, foi assinado por Baldus, com o título: “Difusionismo, Concentrismo e Funcionalismo”. Nesse artigo, Herbert Baldus analisa a obra de inúmeros autores que tomam por objeto de estudo a temática indígena e aponta a necessidade urgente da realização de pesquisas sobre os grupos indígenas brasileiros, a fim de compreender suas dinâmicas sociais e culturais. Baldus faz também algumas considerações acerca da prática do etnólogo:

“Os físicos modernos já compreenderam a necessidade de por em linha de conta, nas discussões de qualquer experiência a interação entre objeto e experimentador (...) Também o

etnólogo é, como o físico, experimentador em ação recíproca com o seu objeto (...) O etnólogo deve estar consciente de sua condição como experimentador, o qual por ser componente integrante de sua própria experiência, precisa ser tomado tanto em consideração como seu objeto” (Revista Sociologia, Vol. III, nº 2, maio, 1941)

O trecho acima segue a linha das inúmeras publicações de Baldus, que, em suma, pretendiam informar sobre o trabalho do etnólogo e suas possibilidades de pesquisa, além de oferecerem um estímulo aos novos cientistas sociais.

No ano seguinte, Baldus publica o artigo “Aldeia, casa, móveis e utensílios entre os índios do Brasil”⁴⁶, no qual o autor aponta distinções entre os diversos grupos indígenas brasileiros no que se refere às suas habitações e seus utensílios do dia-a-dia, bem como hábitos de higiene. Com o objetivo de apresentar ao leitor noções gerais acerca das especificidades dos modos de vida dos grupos indígenas, Baldus discorre sobre uma literatura antropológica específica. O texto marca ainda a importância dos ciclos climáticos na estruturação de aldeias e também na construção de habitações, segundo ele, dados esses importantes para a compreensão e adequação às práticas sanitárias oferecidas aos indígenas.

Em 1943, faz uma “Sinopse da cultura Guayakí – sugestões para pesquisas etnográficas” do alto Paraná- RS, apresentando ao leitor noções acerca de seus meios de subsistência, seus acampamentos, indumentárias e adornos, transportes, organização social e religião. No entanto, logo no início de seu texto, Baldus informa que esse grupo indígena apresenta uma redução demográfica alarmante, devido à gripe ou mesmo devido à sua fusão com grupos paraguaios, não sendo possível identificá-los como parte dos Guayakí.

Seguindo a análise das publicações de Herbert Baldus na Revista *Sociologia*⁴⁷, no ano de 1944, o etnólogo assina o artigo “Comunicação e comércio entre os índios do Brasil – sugestões para pesquisas etnográficas”.⁴⁸ Tanto esse artigo como o anterior

⁴⁶ *Revista Sociologia*, Vol. IV, nº 2, 1942.

⁴⁷ Destaco que, neste período, Baldus publicou em diversos outros veículos de comunicação, participou também de simpósios e congressos sobre o tema da etnologia, porém, para esse trabalho, dedico atenção maior aos artigos veiculados pela *Revista Sociologia*. Sobre sua trajetória acadêmica e atuação no meio intelectual brasileiro e estrangeiro, ver tese de Luiz Henrique Passador, 2002.

⁴⁸ *Revista Sociologia*, Vol. VI, nº 2, 1944.

apresentavam algumas temáticas acerca da estruturação e dinâmica dos grupos indígenas brasileiros; o próprio subtítulo, “Sugestões para Pesquisas Etnográficas”, nos sugere um convite a novos pesquisadores, a fim de que se amplie a compreensão da cultura indígena, o que, para Baldus, representaria um avanço na qualidade da prestação de serviços públicos aos índios brasileiros. Além de dados sobre os grupos indígenas, esses artigos traziam uma ampla discussão bibliográfica sobre o tema, o que orientaria também a base teórica da futura pesquisa. Essa série seguiu durante algumas edições da revista, como no ano de 1946, o artigo “Curt Nimuendajú”, onde Baldus presta uma homenagem póstuma ao etnólogo Curt Nimuendaju, que segundo ele realizou “Trabalhos magistrais” sobre os índios do Brasil, além de enriquecer, com coleções etnográficas e achados arqueológicos, museus do Brasil, Alemanha e Suécia (Revista *Sociologia*, Vol. VIII, nº 1, 1946.). O volume 10 e 11 da revista, respectivamente os anos de 1948 e 1949, apresentaram artigos de Baldus que seguiam a mesma linha de discussão e apresentação de temas e bibliografia referentes aos moldes de vida social e cultural dos grupos indígenas brasileiros.

A partir de 1952, a “Seção etnológica” da Revista *Sociologia* passa a ser dirigida por Herbert Baldus e por Antonio Rubbo Muller⁴⁹, este último passa a publicar constantemente na seção referida artigos sobre os grupos indígenas da América do Sul. Em março de 1954, Baldus publica um artigo importante, no qual apresenta um levantamento bibliográfico dos últimos 15 anos em relação aos índios do Brasil⁵⁰. A última edição da seção etnológica de *Sociologia* se dá em 1958; Baldus, no entanto, publica, ainda em 1961, um artigo sobre o XXXIV Congresso Internacional de Americanistas, realizado em Viena, entre os dias 18 e 25 de junho do ano anterior.

Os artigos de Baldus publicados na Revista *Sociologia* apresentam-se como uma agenda de pesquisa proposta por ele aos novos profissionais das ciências sociais. Os textos são, em geral, convites para a pesquisa. Baldus apresenta, quase sempre, um levantamento bibliográfico, algumas questões importantes sobre o tema proposto, além de descrições sobre a cultura e hábitos dos grupos indígenas estudados por ele, a fim de proporcionar ao leitor instrumentos de análise daquele grupo.

⁴⁹ Antonio Rubbo Muller foi diretor da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo na década de 1940 e professor de Etnologia Geral dessa mesma instituição na década de 1950.

⁵⁰ *Revista Sociologia*, Vol. XVI, nº 1, 1954.

Considerações importantes podem ser retiradas desse breve levantamento da contribuição de Baldus à Revista *Sociologia*, como o tom convidativo da maioria de seus artigos, ao trabalho de campo e à observação de perto dos grupos indígenas, além da complexidade da profissão de etnólogo. É certo que o interesse de Baldus pela etnologia brasileira não se configura como caso isolado, especialmente entre os cientistas alemães, como nos informa Melatti: “Até os anos trinta havia predominância alemã na etnologia indígena”, porém o mesmo Melatti é enfático ao dizer que Baldus realiza o “primeiro ensaio de cunho etnológico marcando o contato interétnico⁵¹ entre brancos e índios” (Melatti, 1984). A importância dos estudos realizados por Baldus está tanto na coleta de dados e materiais sobre os grupos indígenas brasileiros como na definição precisa da atividade e do campo da etnologia indígena, que pressupõe o contato direto entre pesquisador e pesquisado.

Além dos artigos de Baldus, a seção etnológica contou com artigos de Charles Wagley, Darcy Ribeiro⁵², Curt Nimuendajú, entre outros, como disposto no quadro a seguir:

Ano	Volume	Nº	Autor	Título	Páginas
1942	4	1	Roberto Mac Lean Y Esternós	A zoolatria no mito peruano	52-59
1942	4	4	Charles Wagley	Os efeitos do despovoamento sobre a organização social dos índios Tapirapé	407-411
1945	7	1 e 2	J. H. Mireles Teixeira	A propósito do direito primitivo na obra de Radcliffe Brown	68-87
1951	13	1	Francisco R. do Prado	História dos índios Cavaleiros ou da nação Gaycurú	93-107
1951	13	2	Curt Nimuendajú Unkel	Mitos dos índios Tembê do Pará e Maranhão	174-182
1951	13	3	Curt Nimuendajú Unkel	Mitos dos índios Tembê do Pará e Maranhão (Parte II)	274-282
1951	13	4	Darcy Ribeiro	Atividades científicas da Seção de Estudos do SPI	353-385
1952	14	3	Antonio R. Muller	Um estudo social de tribos indígenas da A. do Sul	267-278
1952	14	3	Antonio R. Muller	Um estudo social de tribos indígenas da A. do Sul (Partell)	267-273
1953	15	1	Antonio R. Muller	Um estudo social de tribos indígenas da A. do Sul (Partelll)	277-298

Figura V: Alguns artigos publicados da Seção Etnológica (1942-1953).

Tais premissas podem também ser observadas em sua atuação enquanto professor da ELSP. Orientador⁵³ de inúmeros trabalhos de final de curso, Baldus influenciou as gerações de cientistas sociais dos anos de 1940 e 1950 que passaram pela

⁵¹ Tema amplamente discutido por Roberto Cardoso de Oliveira (1978)

⁵² Sobre o texto de Darcy em Sociologia, falarei mais adiante neste texto

⁵³ Entre os orientandos de Baldus, estão Darcy Ribeiro e Florestan Fernandes em seu trabalho sobre os Tupinambá, “A organização Social dos Tupinambá”

ELSP, dentre os quais destaco o personagem central dessa discussão, Darcy Ribeiro. Deste modo, na seção seguinte discuto a trajetória de Darcy na ELSP, sua relação intelectual com o etnólogo Herbert Baldus e sua posterior atuação no SPI.

3.3 – Darcy Ribeiro: Etnólogo do SPI (1947-1956)

A trajetória do mineiro de Montes Claros, antropólogo dedicado aos índios e político interessado nas reformas educacionais do país, tem se tornado importante objeto de estudo para as ciências sociais brasileiras. Nascido em 26 de outubro de 1922, Darcy Ribeiro conclui em Minas Gerais tanto sua formação primária (1933) quanto sua formação secundária (1937) e, no ano de 1946, torna-se Bacharel em Ciências Sociais pela Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo.

Boa parte dos trabalhos que se dedicaram a analisar a trajetória de Darcy Ribeiro, o fizeram assinalando seu arrojo intelectual, sua multiplicidade de interesses, haja vista as inúmeras instituições por quais passou ao longo de sua vida e até mesmo sua indisciplina, como aponta a autora Helena Bomeny (2001)⁵⁴. Esta perspectiva múltipla de Darcy Ribeiro nos remete às questões vinculadas ao ambiente de formação dos primeiros cientistas brasileiros, entre os quais o próprio Darcy afirma fazer parte: “*pertenço à primeira geração de cientistas sociais brasileiros profissionalizados e com formação universitária específica*” e continua: “*Meus mestres foram alguns dos pais fundadores das ciências sociais modernas no Brasil*” (Ribeiro, p. 31, 1992). Sobre sua passagem pela ELSP, Darcy não poupa elogios à instituição, como na entrevista concedida à Revista História Viva no ano de 1981 e publicada em 1990, em Testemunho:

“Estudei na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, que durante a guerra foi um dos melhores centros de estudo de ciências sociais que se podia encontrar fora dos Estados

⁵⁴ O trabalho de Helena Bomeny aborda o aspecto disciplinado de Darcy Ribeiro em três vertentes: como mineiro, como cientista e como educador. Este último mais detidamente, já que sua análise recupera a trajetória de Darcy Ribeiro enquanto educador.

Unidos. [...] Tive, é certo, uma quantidade de professores estrangeiros competentíssimos, entre eles Baldus, Willens, Pierson e outros e outros” (Ribeiro, p. 33, 1992).

Sua trajetória acadêmica na ELSP tem início quando atende ao convite de Donald Pierson para uma bolsa de estudos. No cargo de assistente de pesquisa, Darcy Ribeiro se aproxima das teorias e discursos acerca das ciências sociais, posto que sua atribuição principal como bolsista seria auxiliar aos professores Donald Pierson e Mário Wagner Vieira da Cunha na elaboração de uma bibliografia brasileira de interesse sociológico (Ribeiro, 1992). Apesar de ingressar nessa instituição a convite de Donald Pierson, é Herbert Baldus o professor que Darcy se refere como sendo um mestre: *“meu principal mestre na ELSP foi Herbert Baldus, um intelectual europeu, de velho estilo, poeta e liberal, o que fazia dele um alemão e um cientista atípico”* (Ribeiro, p.37, 1990). De modo geral, Darcy foi um aluno mediano durante os três anos do curso de Bacharelado em Ciências Políticas e Sociais da ELSP, seu êxito maior foi na disciplina “Etnologia Brasileira”, ministrada por Baldus, cuja nota 9,6 (nove e seis décimos) apresentada em seu certificado de conclusão⁵⁵ figura como a mais alta dentre todas as demais cadeiras.

A cerimônia de formatura da turma de Bacharéis em Ciências Políticas e Sociais de 1946 ocorreu no dia 28 de fevereiro de 1947 e teve como orador oficial da turma o então cientista social Darcy Ribeiro. Darcy inicia seu discurso prestando homenagens em tom de elogio aos mestres e à administração da Escola. Ressalta a importância da atuação dos professores desta instituição e promete continuar a obra dos mesmos com o compromisso fundador da ciência, que segundo ele seria:

“uma ciência interessada no conhecimento do homem e na descoberta de soluções para os seus problemas. Que não cruza os braços e se isola em torres de neutralidades, de pureza e de não participação, mas que participa da vida dos homens, luta com eles para edificar uma vida nova (...) comprometida com o nosso povo, com todos os povos” (Discurso de conclusão de curso, Darcy Ribeiro, 1947)

A formação de Darcy, no entanto, apresentava-se como dividida, especialmente no que se referia à sua filiação ao Partido Comunista. Segundo Mattos (2007), desde

⁵⁵ Anexo ao fim desta dissertação

então Darcy procurava conciliar os papéis de estudante e ativista. Essa dupla vinculação filosófica acabaria por gerar desconforto em ambas as instituições, como o próprio Darcy afirma em Confissões:

“Percebia, é certo, a animosidade que crescia na Escola contra mim, por minha militância política ostensiva, a começar por Pierson, que passou a ter medo de mim. De fato, só o professor Baldus continuou confiante em minha sina até o término dos estudos, mas, então, eu já via claramente que prosseguir dentro da Escola para fazer mestrado já não me seria tão fácil e não me era tão atrativo. No partido ocorria coisa semelhante. Os comunistas, práticos, como sempre, viam com suspeita os intelectuais como eu. Na minha ingênua visão, entretanto, os dois caminhos estavam abertos e ambos eram fascinantes (...) O que eu queria mesmo era substituir Câmara Ferreira na direção do diário Hoje, porque ele ia passar um ano na Rússia. Assim eu me converteria num revolucionário profissional com participação no comando do partido, para fazer revolução brasileira. Felizmente, o Partidão tinha mais juízo que eu. Arruda Câmara veio falar-me e me dispensou da militância em nome do Comitê Central. Alegaram que tinham agora muitos intelectuais e artistas no partido, porque eles puderam formar-se. Para terem quadros com o Portinari, Niemayer, Jorge Amado e Caio Prado no futuro, deveriam liberar agora jovens militantes para o estudo e a pesquisa. Na verdade, vi logo que tinham receio de minha agitação. Temiam não poder disciplinar-me como um quadro tarefeiro. Podiam até supor que, como intelectual eu acabaria desenvolvendo um pendor Trotskista (Ribeiro, pp 128-144, 1997)

Mesmo com algumas controvérsias, Darcy conclui seu curso na ELSP e logo recebe quatro convites para exercer sua nova função, entre elas a direção do jornal *Hoje*, do Partido Comunista; o cargo de perito na Justiça do Trabalho; a função de assessor de Roberto Simonsen, na Federação de Indústrias; e, por fim, o cargo de etnólogo do SPI. Esta última oferta conseguida através de uma recomendação de Baldus ao Marechal

Rondon⁵⁶ (então chefe do Conselho Nacional de Proteção aos Índios- CNPI), para que Darcy Ribeiro passasse a ocupar o cargo de etnólogo do Serviço de Proteção aos Índios já no ano de 1947 (Ribeiro, 1997). Deste modo, seguindo a indicação de Herbert Baldus, aquele com quem afirma ter “*aprendido seu ideal científico através da observação dos modos de ser, de viver e de pensar dos índios do Brasil*” (Ribeiro, p. 126, 1997), Darcy é contratado para atuar na recém-criada Seção de Estudos do SPI. Apesar da criação em 1942, “foi somente no ano de 1947⁵⁷ que esta Seção fez a contratação de seus primeiros técnicos, o lingüista Max Boudin e o etnólogo⁵⁸ Darcy Ribeiro” (Figueiredo, 2009), impelindo a essa seção uma nova orientação que preconizava os estudos etnológicos.

Deste modo, Darcy Ribeiro passa a realizar inúmeros trabalhos de campo a fim de reconhecer as populações assistidas por esse serviço. Enquanto autor e também *ator* do processo de reconhecimento do indígena brasileiro, Darcy nos oferece importantes referências sobre essas populações e suas relações com a política e a sociedade brasileira do período, sobretudo no que tange à criação e ao funcionamento do SPI. A contribuição de Darcy enquanto funcionário desse órgão ultrapassou os limites institucionais, com ampla divulgação dos problemas decorrentes da relação entre indígenas e sociedade nacional, especialmente no que concerne à questão da redução demográfica, denunciada em artigos e documentos oficiais do SPI, além de artigos veiculados em periódicos dedicados às ciências sociais, como é o caso da Revista *Sociologia*.

Uma das principais temáticas abordadas, desde o início de sua atuação no SPI, refere-se à redução demográfica dos grupos indígenas. Um de seus primeiros relatórios produzidos enquanto etnólogo desse órgão refere-se a uma pesquisa de campo entre os índios Urubu-Kaapor⁵⁹ entre os anos de 1949 e 1950. O texto desse relatório⁶⁰ apresenta

⁵⁶ Apesar de Baldus ter recomendado Darcy ao Marechal Rondon, não encontrei, nos arquivos pesquisados, indícios de uma relação pessoal ou mesmo institucional entre Baldus e Rondon.

⁵⁷ Neste ano, a Seção de Estudos era chefiada por Herbert Serpa.

⁵⁸ Sobre a denominação dos cargos, há certa imprecisão de dados. Alguns autores denominam o cargo ocupado por Darcy na SPI, como de naturalista, devido à inexistência da profissão de etnólogo no período, porém os documentos oficiais do SPI referem-se a Darcy como “Etnólogo do Serviço de Proteção aos Índios”, razão pela qual opto por este termo.

⁵⁹ Os Urubu-Kaapor eram assistidos pela 2ª Inspeção do SPI, Belém- PA.

⁶⁰ Essas informações acerca do encontro de Darcy e os índios Urubu-Kaapor foram publicadas sob forma de artigo em *Sociologia*, no ano de 1951, como disposto no quadro que desenvolvi acerca dos demais

um tom de denúncia, apontando o SPI como um “observador passivo do desaparecimento do índio brasileiro. Nesse relatório, Darcy Ribeiro narra um episódio emblemático no que tange às dificuldades do SPI na prestação da assistência sanitária aos grupos indígenas do país. Segundo Darcy Ribeiro, após quase 30 dias de viagem do Rio de Janeiro até os aldeamentos dos Urubu-Kaapor, o que se encontrou foi um grupo doente e subnutrido, acometidos de Sarampo. Ainda segundo Darcy, poucos dias depois veio a notícia de uma epidemia, já que “os índios fugindo à peste acoitavam-se na mata ou iam para outras aldeias levando consigo a doença que ia se alastrando cada vez mais” (Ribeiro, 1950). Diante do quadro calamitoso, a primeira providência teria sido comunicar à Diretoria do SPI o fato ocorrido, a fim de solicitar recursos suficientes para atender aos doentes, porém a resposta, afirma Darcy:

“chegaram dois meses depois e não eram mais que uma caixa com cem ampolas de penicilina, como o Posto não tinha aparelho de injeção, somente contávamos com o único que levamos, que já vinha servindo para aplicar os remédios de nossa própria farmácia de emergência” (Ribeiro, 1950)

Ao fim do relatório, Darcy apresenta um balanço da expedição e elucida mais uma vez a precariedade da assistência oferecida pelo SPI e os prejuízos sociais desencadeados pela epidemia e conseqüente diminuição demográfica entre os Urubu-Kaapor: *“Os efeitos da epidemia de sarampo (...) foram terríveis. (...) avaliamos o número de índios Urubu mortos em 150, ou seja, mais de 20% da população”* e faz um apelo:

“mais uma vez queremos repetir que urge uma tomada de consciência por parte dos responsáveis pelo SPI (...) na região de que tratamos tudo está por fazer e, se o SPI não tomar providências, em breve não restará um só índio ali” (Ribeiro, 1950).

Outro artigo emblemático sobre essa questão foi publicado em 1956 e, posteriormente, em 1970, sob o título “Convívio e contaminação”⁶¹. Nesse artigo, Darcy

autores que publicaram na “Seção Etnológica”, coordenada por Baldus. Neste artigo, Darcy faz ainda um levantamento sobre as atividades da Seção de Estudos do SPI.

⁶¹ Antes, porém, de analisarmos o referido artigo, julgo importante algumas considerações a fim de relacionar as décadas de 1950 e 1970 em relação à temática indígena brasileira. Como temos discutido ao longo dessa dissertação, através de fontes primárias e discussões bibliográficas, a década de 1950 experimentou, na prática, a institucionalização das ciências sociais e a atuação desses profissionais nas

Ribeiro apresenta diversos fatores que estariam levando a uma crescente “depopulação” de grupos inteiros de índios do Brasil. Uma constante no texto do antropólogo refere-se ao efeito nocivo do contato entre índios e brancos, chegando mesmo a afirmar que os grupos indígenas que se encontravam em melhores condições de vida seriam aqueles que menos se aproximaram dos “civilizados”. O texto tem por base a questão sanitária das populações indígenas assistidas pelo SPI, porém sua análise não se limita às questões vinculadas a uma possível fragilidade biológica dessas populações e lança mão de questões caras à antropologia como, por exemplo, a questão cultural e familiar concernente a cada tribo específica. Ou seja, para Darcy Ribeiro, além das moléstias trazidas pelos civilizados, as novas formas de organização social e econômica, muitas vezes impostas aos grupos indígenas, provocariam a desestruturação dos mesmos, podendo levá-los à extinção. Importante destacar que os estudos de Darcy Ribeiro não se limitavam a constatações de epidemias ou à produção de dados estatísticos acerca das populações indígenas visitadas, sua preocupação estava em compreender os efeitos que a crescente redução demográfica provocaria nesses grupos. O autor destaca que os efeitos dissociativos da depopulação podem ser verificados mesmo depois de passadas as primeiras epidemias, tão profundas são as transformações que provocam, como alterações na distribuição e nas inter-relações dos vários grupos locais, nos sistemas familiares e nos casamentos, entre outras (Ribeiro, p.310, 1970).

O antropólogo segue apresentando alguns exemplos de grupos indígenas inteiros desestruturados por conta da diminuição de sua população. Como o caso dos *Kaingáng* paulistas, que devido à enorme mortalidade provocada pelas epidemias, alguns indivíduos se viram impossibilitados de obter cônjuges, ocasionando a prática do incesto, o que feria a estrutura familiar e simbólica da tribo e também as determinações morais da equipe do SPI, que procurou manter severa vigilância sobre os índios, como

instituições nacionais voltadas para a questão sanitária das populações. A saúde indígena passa a ser analisada sob novo olhar, agora mais científico, especialmente sob a ótica de Darcy Ribeiro, funcionário do SPI. A questão do decréscimo populacional das populações indígena ganha espaço nas discussões de Darcy nessa década, especialmente sobre a vinculação da queda populacional com a proximidade entre índios e brancos e também às deficiências do serviço sanitário prestado aos mesmos. Cerca de 20 anos depois das primeiras denúncias e análises de Darcy, ele publica uma coletânea de textos sobre a questão indígena no Brasil, com enfoque para a questão sanitária desses grupos. Outro autor importante nesse cenário é Roberto Cardoso de Oliveira, que também nessa década tem seu trabalho “Sociologia do Brasil Indígena” (1978) reeditado. Uma possível consideração acerca desses trabalhos poderia estar ligada ao fim do SPI nos últimos anos da década anterior. A extinção do SPI foi acompanhada de inúmeras denúncias de abusos e desorganização administrativa desse órgão, o que trouxe a temática indígena à cena pública no Brasil. Talvez por isso podemos aproximar as décadas de 1950 e 1970 em relação ao tema indígena no Brasil.

determinara Horta Barbosa, chefe do Posto onde viviam os *Kaingáng*. Outras questões referentes aos problemas ocasionados pela redução demográfica são apresentadas pelo autor, como os prejuízos relativos à prática da agricultura, ou quaisquer formas de economia de subsistência, o que, segundo Darcy Ribeiro, ampliava nos índios o sentimento de dependência em relação ao SPI.

Diante deste quadro calamitoso enfrentado pelas populações indígenas, as conclusões de Darcy Ribeiro se apresentavam de forma fatalista. O autor faz previsões de uma redução progressiva da população indígena, à medida que estas passem da condição de isolamento para a condição de integrados; aponta também a progressiva modificação das línguas e da estrutura cultural indígena e afirma, ainda, que a sobrevivência dos grupos indígenas “somente se fará possível através de um esforço de assimilação como etnias minoritárias dentro de um novo contexto étnico nacional multiétnico, mais capacitado a assegurar liberdade e bem estar a seus componentes” (Ribeiro, p.445/446, 1970)

O fato de compor suas análises acerca da questão indígena no Brasil enquanto membro do corpo de funcionários do SPI não o impedia de apresentar críticas à estrutura e ao funcionamento deste órgão, especialmente no tocante à questão do contato entre índios e brancos, a partir da imposição dos moldes de produção agrícola, por exemplo, ou mesmo da redução progressiva de seus territórios tribais. É fato que as críticas se fazem em menor escala se comparadas às direcionadas para as missões religiosas, chegando a afirmar que:

“A intransigência e o fanatismo das antigas missões religiosas e das administrações civis levaram diversas tribos ao extermínio, pelas condições de marginalização e desespero que criaram. Destruíram nos índios a confiança em seus próprios valores, sem serem capazes de introduzir outros que lhe assegurassem o mínimo respeito a si próprios, indispensável para que qualquer comunidade humana possa subsistir” (Ribeiro, p.213, 1970).

No entanto, Darcy Ribeiro compõe sua análise, ponderando que o SPI errou tentando acertar, pois, segundo ele, a principal característica da política indigenista brasileira, orientada por Rondon, foi sempre pensada para não “*interferir violentamente, na vida, nas crenças e nos costumes dos índios*” (Ribeiro, p.213, 1970).

As fontes analisadas para a composição da análise de Darcy Ribeiro exposta em “Os índios e a Civilização” (1970) são diversas e divididas por ele entre fontes teóricas, ensaios temáticos, monografia e estudos etnológicos, levantamentos regionais e estudos de indigenistas; estes dois últimos, em sua maioria, advindos de expedições patrocinadas ou vinculadas ao SPI. Como o inquérito promovido pelo SPI sobre o estado de nutrição entre os Xavantes realizado pelo Médico Sanitarista, vinculado à Prefeitura do Distrito Federal, Amaury Sadock, no ano de 1945:

“De fato a civilização com todos os seus problemas alimentares de colheita, transporte, estocagem, preparo e etc., faz com que haja diminuição do valor nutritivo do alimento, ocasionando uma série de doenças por carência (...) Vamos portanto, apelar junto as autoridades encarregadas da Proteção ao Índio, para que não introduzam no meio aborígene este mal da civilização: o uso abusivo das balas, doces, etc. a fim de que não se repita aqui o que tem sucedido com todas as outras tribos de hábitos primitivos, onde a alimentação dos civilizados foi introduzida com o aumento crescente de cáries dentárias e deficiências nutricionais (...) Estas são as conclusões que chegamos de acordo com a opinião do Dr. Newton Braga de Oliveira, médico e nutrólogo da Prefeitura do Distrito Federal” (SARQ - M.I, 1945).

Ou ainda o relatório do médico Leão da Mota no ano de 1955, também sobre os Xavantes:

“Mais de uma vez tivemos a dolorosa oportunidade de verificar a tribo indígena sendo dizimada pela nossa civilização com as armas mais ofensivas e de maior poder de destruição para ela – vírus e bacilos, acompanhados do aliado natural, a fome. O índio Xavante está em fase de economia de coleta e não possui armazenamento em proporções satisfatórias de artigos de consumo alimentar. A atividade muscular que a coleta exige (...) fica interrompida desde que os indivíduos são atingidos por processos infecciosos, como é natural. Qualquer epidemia, mesmo a de simples gripe, (...) assume caráter catastrófico pela impossibilidade de atingir os alimentos para si e os seus. A sub-alimentação diminui a resistência orgânica para a luta contra os germes” (SARQ - M.I, 1955).

Como observaram outros estudos, Darcy Ribeiro teria politizado a problemática do contato, chamando atenção para o etnocídio escondido sob esse termo aparentemente neutro. Seus trabalhos ressaltaram os aspectos problemáticos do contato, relacionando-o à expansão da fronteira interna do Estado nacional (Ramos; Viveiros de Castro, 1958) . Durante a gestão de José Maria da Gama Malcher no SPI (1950-1954), o antropólogo assumiu a direção da Seção de Estudos na qual ingressaram Roberto Cardoso de Oliveira e Mário Ferreira Simões. No mesmo período, Eduardo Galvão foi integrado à Seção de Orientação e Assistência – SOA - (Figueiredo, 2009, p.179).

Conforme assinalou Mauro de Almeida, Darcy Ribeiro, Eduardo Galvão e Roberto Cardoso de Oliveira desempenharam papel central na constituição de uma linha de estudos sobre contato interétnico, desenvolvendo uma etnografia que acentuou os conflitos da sociedade nacional diante das frentes de expansão do capitalismo (Almeida, 2002, p.73). No caso de Cardoso de Oliveira, o conceito de *fricção interétnica* veio a exercer notável influência nos estudos antropológicos que privilegiaram o tema do contato na abordagem das sociedades indígenas (Peirano, 1991). A experiência vivida nos anos de 1950 na Seção de Estudos do SPI, ao lado da formação especializada nas instituições universitárias criadas na década de 1930, constituiu, assim, base importante para a consolidação do campo de estudos etnográficos no país.

Nessa perspectiva, a criação do Museu do Índio, em 1953, e a experiência do Curso de Aperfeiçoamento em Antropologia Cultural, nos anos de 1955 e 1956, são também indicadores expressivos desse momento de forte relação entre o SPI e a constituição do campo da antropologia. Além de seu interesse de pesquisa sobre a questão indígena e suas preocupações com o fenômeno do convívio entre índios e brancos, Darcy Ribeiro ocupou-se também da criação de cursos de especialização em antropologia e da realização de conferências acerca da temática indígena pelo país. Entre essas iniciativas destacam-se: a organização e direção do Museu do Índio, subordinado à Seção de Estudos do SPI, Ministério da Agricultura, inauguração do curso introdutório de antropologia na Escola de Sociologia e Política anexa à faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais, em 1953. Nesse mesmo ano ministra um curso de antropologia para médicos psicanalistas, no Instituto de Medicina Psicológica. Em 1955, a convite do Centro de Pesquisas da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, pronuncia uma série de conferências sobre o “Processo de assimilação dos índios no Brasil moderno”; é também neste ano que Darcy organiza e

dirige o Curso de Aperfeiçoamento em Antropologia Cultural (CAAC), com duração de um ano, ministrado no Museu do Índio, sob o fomento da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Note-se que entre os objetivos do curso constava a formação de quadros técnicos para instituições de desenvolvimento regional, o Centro de Pesquisas Educacionais e o Serviço Especial de Saúde Pública. Coordenado por Darcy Ribeiro, dele participaram como professores Roberto Cardoso de Oliveira, Eduardo Galvão, José Bonifácio Rodrigues, Kalervo Oberg, Luiz de Castro Faria, Luiz Aguiar da Costa Pinto e Joaquim Mattoso Câmara Jr. (Mattos, 2007, p.117/118)

O curso gradua duas turmas em 1955 e 1956.⁶² *“O curso destinava-se à formação de pesquisadores e de pessoal habilitado para utilizar os recursos que pode proporcionar a moderna antropologia no tratamento de problemas sócio-culturais”* (Relatório do SPI, 1954, p. 75, MI, CEDOC, FUNAI). Este curso era especialmente indicado aos licenciados nos cursos de Ciências Sociais, Geografia e História das Faculdades de Filosofia, além de outros em que se ministra o ensino básico de antropologia. Com a duração de um ano, o curso estava dividido entre os períodos de aulas na sede do Museu do índio e o período destinado às pesquisas de campo⁶³. O próprio Darcy descreve os objetivos gerais do curso:

Este curso virá preencher uma das lacunas do nosso ensino superior que, embora ministrando cursos básicos de Antropologia não conta com nenhum curso de nível mais alto, capaz de proporcionar uma formação que abra perspectivas de profissionalização seja no campo da pesquisa ou da aplicação prática. Os cursos de Geografia e História e o de Ciências Sociais das nossas Faculdades de Filosofia bem como os da Escola Brasileira de Administração Pública estão orientados para preparem professores secundários ou administradores e não têm condições de propiciar um preparo adequado em métodos de

⁶² Esses dados acerca da trajetória de Darcy Ribeiro foram extraídos de seu “Assentamento Individual”, disponível no Museu do Índio do Rio de Janeiro, sob a salvaguarda do SEDOC desta instituição. Destaco ainda que optei neste capítulo por apresentar a trajetória de Darcy enquanto indigenista, desde sua formação na ELSP até seu desligamento no ano de 1956 do cargo de etnólogo do Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Especificamente sobre o CAAC, ver tese de André Luiz Mattos, 2009.

⁶³ O número de alunos foi limitado a 7 pelas possibilidades concretas de pesquisa e de orientação direta e pessoal. Os alunos recebiam três mil cruzeiros mensais durante os primeiros 9 meses e uma bolsa de pesquisa de vinte mil cruzeiros, caso tivessem aprovado seu projeto final de pesquisa de campo (Relatório do SPI, 1954)

pesquisas. Esta precariedade ficou manifesta ainda recentemente quando se procurou jovens com formação em Antropologia para colaborar em programas de pesquisa levados a efeito no Estado da Bahia e no Rio e, ainda agora, na organização de um plano de pesquisa de comunidades na Amazônia. Em todos aqueles casos se perderam não somente oportunidades de aperfeiçoamento nos métodos de trabalho de campo por não existir pessoa devidamente preparada para aproveitá-las, como também ocasiões únicas de proporcionar a pessoal brasileiro um conhecimento direto e vivo das situações e problemas característicos de vastas regiões do país” (“Curso de Aperfeiçoamento em Antropologia Cultural”, por Darcy Ribeiro, Microfilme 380, fotograma 1077, SARQ – MI,1956)

Ressalto que nenhum dos alunos que freqüentaram o referido curso fazia parte do corpo de funcionários do SPI ou do Ministério da Agricultura, até mesmo pelo fato “do curso, suas atividades e bolsas, pressuporem um regime de dedicação integral” (Mattos, 2007). No entanto, entre os objetivos do CAAC, estava a formação de pesquisadores que pudessem compor o quadro de funcionários do SPI e, sobretudo, preparar profissionais capacitados para “servir aos índios”. Sobre os resultados das pesquisas desenvolvidas no CAAC, afirma Darcy:

“A Seção de Estudos do SPI não tem qualquer atribuição diretamente assistencial. Seus propósitos fundamentais são, primeiro, promover o estudo etnográfico das populações indígenas e a documentação através de fotografias, filmes e gravações sonoras de todos os aspectos das culturas indígenas suscetíveis destes tipos de registros; e segundo, através destes estudos, contribuir para o aprimoramento dos métodos assistenciais do SPI e para prestar orientação à sua Diretoria (...). É, portanto, à luz destes propósitos que se deve examinar as vantagens e contribuições práticas do Curso de Aperfeiçoamento em Antropologia Cultural”⁶⁴

⁶⁴ Carta-relatório de Darcy enviada a Anísio Teixeira em 2 de maio de 1957, localizada nos arquivos da FUNDAR.

Ainda sobre as possíveis contribuições dos estudos e pesquisas desenvolvidos no âmbito do CAAC, destaco que não há registros dos estudos e trabalhos desenvolvidos no CAAC, exceto uma listagem, disponível no documento “dados Bio-bliográficos⁶⁵ de Darcy⁶⁶, que apresentam os trabalhos orientados por Darcy nos anos de 1955 e 1956, portanto, das duas turmas do Curso. A partir dessa listagem, produzi um quadro demonstrativo:

Aluno	Título da Pesquisa	Ano
Marcelo José. M. de Andrade	A assimilação dos índios Maxakali, de Minas gerais	1955
Maria Lais M. e Wilma Elias B.	Socialização da criança e o papel social da mulher na vila de monte verde	1955
Maria David de Azevedo	Socialização da criança em Abrantes, Bahia	1955
Carlos de Araújo M. Neto	A expansão da sociedade nacional no dodeste do Pará e seu impacto sobre os grupos indígenas locais	1956
Dalton Moreira de Araújo	Estudo de uma Comunidade de pescadores - Ilha de convivência, S. João da Barra, Rio de Janeiro	1956
Jorge G. de Oliveira	Vida econômica de uma comunidade rural - o município de S. João da Barra, riode jeniros	1956
Lygia Estevão de Oliveira	O processo de socialização da criança em Catumã, estado de Pernambuco	1956
Maria Helena Fênelon	A arte e o artista na cultura Karajá	1956

Figura VI: Trabalhos finais CAAC (1955 e 1956)

Alguns temas explorados nos trabalhos finais do CAAC, orientados por Darcy, estavam na agenda de pesquisa proposta por Baldus, nos artigos de Sociologia. Deste modo, não me parece exagero identificar nas trajetórias de Baldus e Darcy semelhanças marcantes. Ambos atuaram tanto no campo da pesquisa quanto do ensino institucional. Sem dúvidas a maior proximidade se deu em relação ao interesse de pesquisa primordial de ambos, a causa indígena brasileira. Ao analisarmos os textos tanto de Baldus como Darcy, podemos facilmente identificar uma fala apaixonada e preocupada, que buscava sempre compreender os hábitos e culturas das populações indígenas com o objetivo de resguardá-las do contato avassalador, tão problematizado na obra de Darcy Ribeiro e também verificado nos artigos de Baldus, sempre atentos às especificidades culturais dos índios do Brasil.

Verifica-se, em alguns momentos, certo tom crítico em seus escritos, especialmente no que concernia ao Serviço de Proteção aos Índios, alvo de discussão constante acerca da preparação de seus agentes e de sua capacidade de assistência aos

⁶⁵ Título dado ao documento em questão.

⁶⁶ Parte da pasta de assentamento individual de Darcy, não organizada nos arquivos do Museu do Índio

índios do país. O SPI foi lembrado nos textos desses autores por sua ineficiência, mas também por sua importância enquanto primeiro órgão voltado especificamente para a questão indígena brasileira, criado por Rondon, além de reconhecido ambiente institucional, palco da atuação de Darcy Ribeiro como etnólogo, orientado por Baldus, após a conclusão de seus estudos na ELSP. Segundo Mattos (2007), ao longo do período em que Darcy esteve no SPI, Baldus trocou inúmeras correspondências⁶⁷ com seu “discípulo”, quase sempre respondendo aos pedidos de orientação de Darcy, acerca de suas percepções sobre os grupos indígenas visitados e sobre seus projetos no âmbito do SPI. Logo no ano seguinte à contratação de Darcy pelo SPI, Baldus o escreve, tecendo elogios ao seu aluno:

*“pois sempre desejei ver um batuta como você trabalhar em prol dos nossos índios e da etnologia brasileira, e agora faço votos que você se apodere, pouco a pouco, de todo o SPI orientando-o e, daí a alguns anos, dirigindo-o. Darcy, você é minha grande esperança naquela obra a que dediquei toda a minha vida, que é salvar os índios do Brasil e ensinar ao mundo o que eles são”*⁶⁸.

A carreira de Darcy Ribeiro como etnólogo teve início a partir de uma indicação pessoal de Baldus à Rondon, como já descrito neste texto, e chegou ao fim de forma controversa. De acordo com uma biobibliografia⁶⁹ anexa ao livro Testemunho de 1992, a saída de Darcy Ribeiro do SPI se deu a partir de uma crise vivida por esta instituição, que culminou na demissão de Darcy e também de Eduardo Galvão. Entretanto, nos arquivos do Museu do Índio do Rio de Janeiro, sob a entrada “assentamentos individuais”, consta uma carta endereçada a Sra. Heloisa Alberto Torres, Presidente do Conselho Nacional de Proteção aos Índios a ao Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, Dr. Josino de Assis, contendo um pedido de exoneração da função de chefe da seção de estudos do SPI, assinada por Darcy Ribeiro e datada de 4 de junho de 1956. O

⁶⁷ Durante o período destinado ao levantamento de fontes, não pude pesquisar os arquivos da Fundação Darcy Ribeiro, importante arquivo que contém inúmeras correspondências entre Darcy e seus parceiros intelectuais, além de outros documentos administrativos. A dificuldade se deu pelo fato dos arquivos da FUNDAR terem sido transferidos para o Memorial Darcy Ribeiro, construído no campus da UNB em Brasília. Esse processo de mudança durou cerca de um ano entre limpeza e acomodação dos documentos e a inauguração do Memorial, tornando impossível a análise dessas fontes.

⁶⁸ Carta de Baldus a Darcy, 14/02/1948, Acervo Fundar

⁶⁹ Termo utilizado nos registros do Museu do Índio

conteúdo da carta deixa claro o motivo para o seu pedido de demissão, portanto reproduzo-a:

*“Rio de Janeiro, 4 de junho de 1956
Ilmo. Senhor
Dr. Josino de Assis
Diretor do Serviço de Proteção aos Índios*

Senhor Diretor,

Em face da designação por portaria nº 37 de 24 de maio último, firmada por Vossa Senhoria, do Senhor Iridiano A. Marinho de Oliveira para chefiar a Segunda Inspeção Regional do SPI sediada em Belém e com jurisdição sobre o estado do Pará, o território do Amapá e parte do estado do Maranhão, venho solicitar, em caráter irrevogável, a minha exoneração da função de chefe da Seção de Estudos do SPI (Museu do Índio), pelas razões que enumero:

- 1. O referido senhor é indiciado a um processo administrativo (59.086/53) que transita neste momento pelo DASP, no qual é acusado de apropriação indébita de bens do patrimônio indígena, inclusive do produto de venda de vacas destinadas a fornecer leite para crianças dos Postos Indígenas que estavam sob sua direção (Prot. DASP 4834/55; 6545/55 e 5912/55)*
- 2. Este processo recebeu pareceres da Comissão de Inquérito, instituída para apurar aquelas acusações, bem como do assistente jurídico do SPI, recomendando a demissão do indiciado do serviço público.*
- 3. O mesmo senhor foi afastado da chefia da 5ª Inspeção Regional do SPI (São Paulo e Sul de MT) em virtude dos desmandos que deram lugar ao processo supra-referido e ainda porque esta medida foi solicitada ao então diretor do SPI, pelos servidores daquela Inspeção num abaixo assinado unânime, em que a base da experiência de mais de um ano de trabalho sob a direção do indiciado, constataram trata-se de pessoa inidônea e moralmente incompatível com uma função no serviço público.*

A designação do indiciado para o exercício de qualquer chefia no SPI, seria motivo suficiente para minha renúncia à função de confiança que vinha exercendo há vários anos, porquanto esta, embora de caráter técnico-científico, envolve uma participação na responsabilidade dos atos de diretoria. No caso em pauta, com a designação de Iridiano A. Marinho de Oliveira para chefiar exatamente a 2ª Inspeção Regional do SPI, minha exoneração se impõe, ainda, como um dever indeclinável para com as autoridades junto as quais me obriguei no cumprimento de meus deveres funcionais, pelas razões que passo a expor:

- 1. Na qualidade de representante das últimas diretorias do SPI, incumbido de colaborar com a Comissão de Planejamento da Superintendência da Valorização Econômica da Amazônia⁷⁰, elaboramos e obtivemos aprovação para um programa de assistência às populações indígenas daquela área, cuja*

⁷⁰ Sobre a referida Comissão, não encontrei fontes que me possibilitassem explorar o tema. Apenas um trecho de uma carta de Darcy Ribeiro a José Maria da gama Malcher em 19/09/54. Nessa carta, Darcy expunha as benesses que o CAAC traria à assistência indígena de forma geral. Nesse sentido, Darcy citava, entre outros programas, o Plano de Valorização da Amazônia.

execução começa no presente exercício com a participação de dotações que somam CR\$ 14. 800,00.

2. *Ao defender este programa – como ocorreu há poucos dias, quando defendia junto à diretoria geral do DASP as verbas assistenciais do SPI, ameaçadas de um corte de 60% - percebemos claramente a suspeição de que era objeto do SPI por ter em seu quadro funcionários processados com acusações de inidoneidade, como no presente caso. Este foi o maior obstáculo co que nos defrontamos para a obtenção daquelas dotações.*

3. *Este programa assistencial não obstante sabidamente indispensável para garantir a sobrevivência das populações indígenas da Amazônia, somente obteve aprovação porque na prática, nós fizemos fiador juntamente com toda a diretoria do SPI não só da nossa capacidade técnica para sua execução, mas, e, sobretudo, da probidade dos servidores do SPI que seriam incumbidos de sua realização.*

4. *Ora, uma parcela ponderável das dotações acima referidas deverá ser aplicada precisamente pela 2ª Inspeção Regional do SPI, porque na área sob sua jurisdição se encontra a maior parcela das obras e serviços programados, e porque em Belém serão adquiridos todos os materiais e equipamentos destinados aos Postos Indígenas da Amazônia.*

Exatamente para chefiar esta Inspeção é que acaba de ser designado o senhor Iridiano, incompatibilizado com a função como tive oportunidade de levar, em tempo oportuno, ao conhecimento de V. Senhoria e aqui volto a demonstrar, sob o penhor de minha responsabilidade de servidor público.

Em vista do exposto, V. Senhoria compreenderá porque me sinto na obrigação de exonerar-me da função de chefe da SE do SPI (Museu do Índio). Como um dever de honra para com as autoridades junto as quais me obriguei em nome da honorabilidade dos meus colegas do Serviço de Proteção aos Índios.

Atenciosamente

Darcy Ribeiro

Etnólogo Especializado ref. 29

Do Ministério da Agricultura

*Serviço de Proteção aos Índios”
(Assentamento individual, SARQ - MI, 1956)*

É nesse tom de protesto contra a administração do SPI que Darcy Ribeiro se despede de seu cargo de etnólogo e passa a militar por outras causas no âmbito do governo brasileiro.

Sem dúvidas, o período que atuou como etnólogo do SPI configura-se como um capítulo importante na história do indigenismo nacional. Sua formação junto aos intelectuais das décadas de 40 e 50 no âmbito das ciências sociais ofereceu as bases de uma ciência ativa, ocupada em resolver os problemas socioeconômicos das populações brasileiras. O contato com a temática indígena, iniciada no âmbito da ELSP na década de 1940, deixou frutos importantes às futuras gerações. Suas denúncias acerca da

redução demográfica dos grupos indígenas brasileiros, dos malefícios de uma homogeneização cultural entre índios e brancos e, ainda, seus estudos acerca da situação sanitária dos índios pelo país configuram-se como temas de debates atuais, parte das pautas das legislações indigenistas do país de hoje.

Considerações finais

“Há toda uma escala de indianidade. Em qualquer delas, porém, estamos diante de índios, como descendentes da gente que estava aqui antes de Colombo e de Cabral. Gente que milagrosamente, permanece ela mesma menos pelo seu modo de ser e de viver, que se alterou enormemente ao longo dos séculos, do que por um sentimento íntimo e indelével de sua própria identidade. Posso falar com saber de experiência própria e vivida, de muitas dessas indianidades prístinas ou corrompidas”. (Ribeiro, p. 51, 1992)

Nesta dissertação, analisei as questões vinculadas à atenção à saúde indígena, desenvolvida no Serviço de Proteção aos Índios (SPI), estabelecendo relações com a institucionalização das ciências sociais no Brasil e o ideal científico verificado no SPI, nas décadas de 1940 e 1950, especialmente no tocante à assistência sanitária aos grupos indígenas. Meu argumento é que, entre os anos de 1940 e 1950, puderam-se verificar no SPI iniciativas voltadas para gerar melhorias nas condições sanitárias dos grupos indígenas sob a proteção desse órgão.

A partir do levantamento de diversas fontes, pude apresentar como a atenção à saúde indígena no SPI foi realizada ao longo de sua atuação. No primeiro capítulo, procurei demonstrar o contexto em que foi criado o primeiro órgão público voltado especificamente para a questão indígena no Brasil. A partir de uma breve análise dos intentos da Comissão Rondon, sinalizo a criação do SPI como parte dos objetivos da mesma. Ainda nesse capítulo, pontuo que a atenção à saúde indígena, apesar de presente no regulamento de fundação desse órgão, é realizada de forma não estruturada em seus primeiros anos de atuação.

No segundo capítulo, apresentei a questão da saúde indígena do SPI na década de 1940, a partir da criação da Seção de Estudos (SE), que tinha por objetivos documentar os hábitos e a cultura indígenas, para tanto foram contratados os primeiros cientistas sociais para o quadro de funcionários desse órgão, entre os quais destaco o etnólogo Darcy Ribeiro, contratado em 1947. É também nesse período que Herbert Serpa propõe

a criação de um Serviço Médico-Sanitário do SPI, com especificidades bem definidas. A proposição desse serviço estabelece, a meu ver, uma importante contribuição do SPI para as discussões acerca da atenção à saúde indígena do período. Entre outras determinações, o referido projeto para criação de um Serviço Médico do SPI postulava a necessidade de conhecer os hábitos e a cultura dos diversos grupos indígenas para melhor assisti-los.

As demandas dispostas na referida proposta puderam ser verificadas também nos relatórios, inquéritos e boletins, os quais analisei ainda no segundo capítulo dessa dissertação. Chamou-me a atenção o tom constante de denúncia desses documentos, denúncias essas acompanhadas, quase sempre, de pedidos e sugestões à diretoria do SPI, no que se referia à assistência sanitária aos indígenas.

O terceiro e último capítulo dessa dissertação foi dedicado à trajetória de Darcy Ribeiro no SPI, que se configurou, nessa discussão, como um personagem que fez a ponte entre as ciências sociais e a medicina nesse órgão, posto que como etnólogo realizou estudos sobre as condições de vida dessas populações e desenvolveu estudos sobre a redução demográfica indígena, vinculando-a, em grande parte, às doenças que assolavam e devastavam grupos indígenas inteiros. A formação acadêmica de Darcy Ribeiro é apresentada com o objetivo de localizar suas parcerias intelectuais e institucionais. Nesse cenário, destaco o etnólogo Herbert Baldus, e sua agenda de pesquisa disposta em forma de artigos na revista *Sociologia*, como principal interlocutor de Darcy sobre a questão indígena. Sinto não ter tido acesso à correspondência entre eles, por ocasião da mudança dos arquivos da Fundação Darcy Ribeiro (FUNDAR) do Rio de Janeiro para Brasília, no período que destinei ao levantamento de fontes para essa pesquisa; porém considero que a documentação dos arquivos do Museu do Índio e também da Escola de Sociologia de São Paulo foram importantes e bastante elucidativas para a composição do meu argumento, que propõe uma aproximação intelectual entre Darcy e Baldus.

Deste modo, destaco a importância da discussão proposta por este trabalho, a fim de promover uma análise mais ampla dos processos que envolveram e envolvem a questão da assistência sanitária indígena no Brasil. A literatura que vem se dedicando à análise da história das políticas indigenistas tem ressaltado o predomínio do discurso assimilacionista e seu prognóstico da tendência ao desaparecimento dos indígenas absorvidos pela sociedade nacional (Lima, 1995; Barroso-Hoffman et. al., 2004; Souza Lima & Barroso -Hoffman, 2002; Santos et.al.,2009). Ainda que, a partir de

pressupostos teórico-metodológicos distintos, tal discurso tenha recebido críticas desde a década de 1950, no plano das políticas públicas ele só teria apresentado mudanças significativas a partir da década de 1980, com o reconhecimento na Constituição Federal de 1988 da sócio-diversidade indígena no Brasil, evidenciada pelas cerca de duas centenas de etnias encontradas no país, portadoras de diferentes línguas, cosmologias e formas de organização social e política (Santos et al. 2009; Cunha, 1992). Note-se ainda que, em contraste com o prognóstico de desaparecimento, os povos indígenas se encontram atualmente em crescimento demográfico em alguns estados brasileiros (Pagliaro, Azevedo & Santos, 2005). Entretanto tal não era o cenário projetado no início do século XX.

Importante destacar que tanto nas análises de Darcy Ribeiro, no âmbito do SPI, quanto nas denúncias e demandas apresentadas nos documentos oficiais desse mesmo órgão, a questão da saúde indígena esteve, a todo tempo, vinculada aos malefícios do contato entre índios e brancos. Como enunciado pela citação inicial dessa seção. Seja pelo contágio efetivo, pelos hábitos alimentares impostos e ainda pela medicalização ocidental também imposta.

Ao fim deste trabalho, inevitavelmente, sob o efeito dos escritos apaixonados dos etnólogos Herbert Baldus e Darcy Ribeiro, considero importante as discussões acerca dos grupos indígenas enquanto parte de uma sociedade diversa e em constante desenvolvimento; mais importante ainda classifico a presença das ciências sociais nesse esforço de compreensão da sociedade e de suas populações. No caso deste trabalho, pode-se afirmar que, para além de um diagnóstico acerca das condições de saúde das populações indígenas do país e os sucessos ou fracassos das investidas institucionais nesse sentido, as décadas de 1940 e 1950, no âmbito do SPI tiveram, a meu ver, papel fundamental no debate sobre a atenção à saúde dos grupos indígenas do país.

Arquivos Consultados:

Arquivo de documentação e Imagem do Museu do Índio – RJ

Biblioteca Nacional –RJ

Biblioteca do Museu do Índio -RJ

Relatórios Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio MAIC

Relatórios de Postos

Boletins Internos

Inquéritos Médico-Sanitários

Ordens de pagamento

Assentamentos Individuais: CX 33 e 33 A

Relatórios da SE

Relatórios da SOA

Eventos SPI

Acervo do Centro de Documentação da Fundação Escola de Sociologia de São Paulo (CEDOC FESPSP):

- Provas e certificados de Darcy Ribeiro
- Registro de empregado de Herbet Baldus
- Anuários da Escola Livre de Sociologia e Política
- Revista *Sociologia* (1939-1966)
- Clipping jornalístico dos primeiros anos da ELSP

Microfilmes Consultados no Museu do Índio:

002	205	287	381
003	205	288	382
1 A	213	316	387
1 C	213	334	406
101	214	335	53
104	231	338	54
108	231	339	58
2 A	232	374	59
201	269	375	
202	270	379	
202	287	380	

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Mauro W. B. de. A etnografia em tempos de guerra: contextos temporais e nacionais da definição do objeto da antropologia In: PEIXOTO, Fernanda A.; PONTES, Heloísa, SCHWARCS, Lilia (orgs.) *Antropologias, histórias, experiências*. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2004.

BALDUS, Herbert. Antropologia aplicada e o indígena brasileiro. *Ahembí*, nº 40, São Paulo, 1960.

BARBOSA, Marialva Carlos. *Percursos do Olhar – Comunicação, narrativa e memória*. Rio de Janeiro: Eduff, 2007.

BARROSO – HOFFMAN, M. ET. AL. A administração pública e os povos indígenas. In: FALEIROS, V.; NUNES, S. & FLEURY, S.. (orgs.). *A era FHC e o governo Lula: transição?* Brasília: Ed. Inesc, 2004

BIGIO, Elias dos Santos. *Cândido Rondon: a integração nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto: PETROBRAS, 2000 .

Boletins Internos do SPI, Arquivo SEDOC, Museu do Índio do Rio de Janeiro.

BOMENY, Helena. *Darcy Ribeiro: sociologia de um indisciplinado*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

BOTELHO DE MAGALHÃES, Amilcar A. A. *A obra ciclópica do general Rondon*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1956.

BUCKER, Hélio Jorge. *Nas pegadas de Rondon*. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

CAMPOS, André L. V. *Políticas Internacionais de Saúde na Era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

CARDOSO, José Leandro da Rocha. *Educando os educadores: Ciências sociais e educação sanitária na experiência do SESP (1950-1960)*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2009. 230p.

CARNEIRO, João Mariano Aveiro. *Filosofia e educação na obra de Rondon*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. A ortodoxia positivista no Brasil: um bolchevismo de classe média. In: CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1999. pp. 189-201.

CASER, Arthur Torres. O medo do Sertão: doenças e ocupação do território na comissão de linhas telegráficas estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas (1907-1915) / Arthur Torres Caser - Rio de Janeiro : s.n. 2009, Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde)-Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2009

CASTRO SANTOS, Luiz Antonio de. Poder, ideologias e saúde no Brasil: ensaio de sociologia histórica. In: Hochman, Gilberto; Armus, Diego (Org.). *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. p. 249-293. 2004.

COSTA, Dina Czeresnia. Política Indigenista e assistência à saúde Noel Nutels e o Serviço de Unidades Sanitárias Aéreas. Cadernos de saúde pública. Vol.4, N.03, out/dez 1987, 338-401.

COUTO, Ione Helena Pereira. *Darcy e os Urubu: Um caso entre colecionador e coleção*. 2005. 219f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) – Universidade do Rio de Janeiro (UNI-RIO), Rio de Janeiro, 2005.

CUNHA, Euclides da. *Um paraíso perdido: reunião de ensaios amazônicos*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos Índios no Brasil (org.)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

DIACON, Todd A. *Rondon: o marechal da floresta*. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

EVANS-PRITCHARD, E.E. Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005 [1937]

FERNANDES, Florestan. *Mudanças sociais no Brasil*, 3. ed. São Paulo: Difel, 1979.

FIGUEREDO, Regina Érika Domingos. *Histórias de uma antropologia da Boa Vizinhaça: Um estudo sobre o papel dos antropólogos nos programas de assistência técnica e saúde no Brasil e no México (1942-1960)*. Tese de Doutorado, Campinas: Unicamp, 2009.

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. *O SPI na Amazônia: política indigenista e conflitos regionais, 1910-1932*. Rio de Janeiro: Museu do Índio - Funai, 2007 (Série Publicação Avulsa do Museu do Índio, 2).

HAMILTON, Wanda; FONSECA, Cristina M.O. Política, Atores e Interesses no processo de mudança institucional: a Criação do Ministério da Saúde em 1953. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 10, p. 791-825, 2003.

HARDMAN, F.F. A Amazônia como Voragem da História: impasses de uma representação literária. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, v. 15, 2007. PP 207 – 221.

HOCHMAN, Gilberto e ARMUS, Diego. “Introdução” In: Cuidar, Controlar, Curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro: Editora FOCRUZ, 2007.

HOCHMAN, Gilberto e SILVA, Renato. *Campanhas públicas, populações (quase) invisíveis: Endemias rurais e indígenas na saúde pública brasileira*, 2010.

HOCHMAN, Gilberto. *A Era do Saneamento – As bases da política de saúde pública no Brasil*. São Paulo: Hucitec-Anpocs, 1998.

KANTOR, Iris; MACIEL, Débora & SIMÕES, Júlio (orgs.). Escola Livre de Sociologia e Política: Anos de formação 1933-1953 depoimentos. São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2009

KROPF, Simone P. *Doença de Chagas, doença do Brasil: ciência, saúde e nação (1909-1962)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2009 a e b.

LACERDA, Franciane Gama. Entre o sertão e a floresta: natureza, cultura e experiências sociais de migrantes cearenses na Amazônia (1889-1916). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v 26, n. 51, p. 197-225, 2006.

LIMA, Antonio Carlos & BARROSO-HOFFMAN, Maria. Estado e povos indígenas no Brasil. In: LIMA, Antonio Carlos & BARROSO-HOFFMAN, Maria (orgs.). *Estado e Povos Indígenas: bases para uma política indigenista II*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2002.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz – Poder tutelar, indianidade e formação do estado no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1995

[LIMA, Nísia Trindade](#) ; SÁ, Dominichi Miranda de . Roquette-Pinto e sua geração na República das Letras e da Ciência. In: Lima, Nísia Trindade Lima; Sá, Dominichi Miranda de. (Org.). Antropologia Brasileira: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto (no prelo). Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Ed. da UFMG e Ed. da Fiocruz, 2008, v. , p. 57-84.

LIMA, Nísia Trindade e HOCHMAN, Gilberto: “Pouca saúde e muita saúva”: sanitarismo, interpretações do país e ciências sociais. In: Cuidar, Controlar, Curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro: Editora FOCRUZ, 2007.

LIMA, Nísia Trindade. Uma brasileira médica: o Brasil Central na expedição científica de Arthur Neiva e Belisário Penna e na viagem ao Tocantins de Julio Paternostro. *História, Ciências, Saúde- Manguinhos*, v. 16, Supl.1, p. 229-248, jul. 2009.

LIMA, Nísia Trindade. Uma brasileira médica: o Brasil Central na expedição científica de Arthur Neiva e Belisário Penna e na viagem ao Tocantins de Julio Paternostro. *História, Ciências, Saúde- Manguinhos*, v. 16, Supl.1, p. 229-248, jul. 2009.

LIMA, Nísia Trindade. Missões civilizatórias da República e interpretação do Brasil. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.5, supl., jul. 1998.

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. Rio de Janeiro: Renavan; Iuperj; Ucam, 1999.

LIMA, Nísia Trindade; FONSECA, Cristina O; HOCHMAN, Gilberto. A saúde na construção do Estado Nacional no Brasil: a reforma sanitária em perspectiva histórica. In: , Nísia Trindade et al. (Org.). *Saúde e democracia: história e perspectivas do SUS*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2005

LIMA, Nísia Trindade; MAIO, Marcos Chor. Ciências sociais e educação sanitária: a perspectiva da Seção de Pesquisa Social do Serviço Especial de Saúde Pública na década de 1950. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol.17 no.2 Rio de Janeiro abr./jun. 2010

LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de. No rastro do desconhecido, *Revista de História da Biblioteca Nacional*, v. 11, Aug. 2006, PP. 18-23.

LIMA, Nísia Trindade; SANTOS, R. V.; [COIMBRA JÚNIOR, Carlos Everaldo Álvares](#). Introdução à Rondônia de Edgard Roquette-Pinto. In: Edgard Roquette-Pinto. (Org.). *Rondônia: Anthropologia - Ethnografia*, 7a. edição, por Edgard Roquette-Pinto. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz e Academia Brasileira de Letras, 2005, v. , p. 25-39.

LIMONGI, Fernando. Mentores e clientela da Universidade de São Paulo. In: MICELI, Sérgio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, v.1, pp.11-87, 1989.

LUCA, Tânia Regina e MARTINS, Ana Luiza. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

MACIEL, Laura Antunes. *A nação por um fio. Caminhos, práticas e imagens da Comissão Rondon*. São Paulo: Educ/FAPESPE, 1998.

MAIO, Marcos Chor e LIMA, Nísia Trindade. Tradutores, intérpretes ou promotores de mudança? Cientistas sociais, educação sanitária rural e resistências culturais (1940-1960). *Sociedade e Estado*, Brasília, v.24, nº2, maio/agosto 2009.

MATTOS, André Luis Lopes Borges de. *Darcy Ribeiro: uma trajetória (1944-1982)*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2007.

MELATTI, Júlio Cezar. *A Antropologia no Brasil: um roteiro*. BIB, N.17, 1984

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios d bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Cia das Letras, 1994

OLIVEIRA, Nemuel da Silva. *Estudos de comunidade, Ciências Sociais e Saúde: o ciclo de pesquisas no Vale do São Francisco na década de 1950*. Dissertação de Mestrado, Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2010.

OLIVEIRA, Priscila Henrique. “Vacinação grátis contra febre amarela e tuberculose. Extração de dentes grátis. Curativo e remédio grátis. Tudo por conta do Governo!!!”. Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008, Cd-Rom.

OLIVEIRA, Priscila Enrique de. “Cada qual tem um pouco de médico e louco”: políticas de saúde indígenas / Tese de Doutorado, Campinas, SP, 2011.

- PAGLIARO, H.; AZEVEDO, M. M.; SANTOS, R. V. Demografia dos povos indígenas no Brasil: um panorama crítico. In: PAGLIARO, H.; AZEVEDO, M. M.; SANTOS, R. V. Demografia dos Povos Indígenas Brasileiros. Rio de Janeiro: Fiocruz/ABEP, 2005
- PAIVA, Carlos Henrique Assunção. A saúde pública em tempos de burocratização: o caso do médico Noel Nutels. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Dez 2003, vol.10, pp.827-852.
- PASSADOR, Luiz Henrique. Herbert Baldus e a antropologia do Brasil. Dissertação de mestrado, Campinas: IFCH/Unicamp, 2002.
- PAZ, Mariza Campos da. Noel Nutels, A política indigenista e a assistência à saúde no Brasil Central (1943-1973). Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Medicina Social. UERJ, 1994.
- RIBEIRO, Darcy. Atividades Científicas da Seção de Estudos do Serviço de Proteção aos Índios. *Sociologia*. Vol.XIII. N.4, 1951
- RIBEIRO, Darcy. Os Índios e a Civilização. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1970
- RIBEIRO, Darcy. Testemunho, São Paulo: Siciliano, 1190.
- RONDON, General Cândido Mariano da Silva. *Conferências de 1915: versão em inglês da publicação n. 4 por R. G. Reidy e Ed. Murray*. Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger, 1916.
- RONDON, General Cândido Mariano da Silva. *Rumo ao oeste: conferência realizada pelo general Rondon no D.I.P. em 30-IX-40 e discursos do Dr. Ivan Lins e do general Rondon, pronunciados na Associação Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1942.
- SÁ, Dominichi Miranda de. *A ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.
- SÁ, Dominichi Miranda de; SA, M. R. ; LIMA, Nísia Trindade . Telégrafos e Inventário do Território no Brasil: as atividades científicas da Comissão Rondon (1907-1915). *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 15, p. 779-810, 2008.
- SCHWEICKARDT, Júlio César; LIMA, Nísia Trindade. Os cientistas brasileiros visitam a Amazônia: as viagens científicas de Oswaldo Cruz e Carlos Chagas (1910-1913). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Dez 2007, vol.14, pp.15-50.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 3a. Ed. Martins Fontes, 1983.
- VIVEIROS, Esther. *Rondon conta sua vida*. Rio de Janeiro, Livraria São José, 1958.

Anexos



Imagem 1: Foto de Benjamin Rondon, 1913 – Acervo Museu do Índio - FUNAI

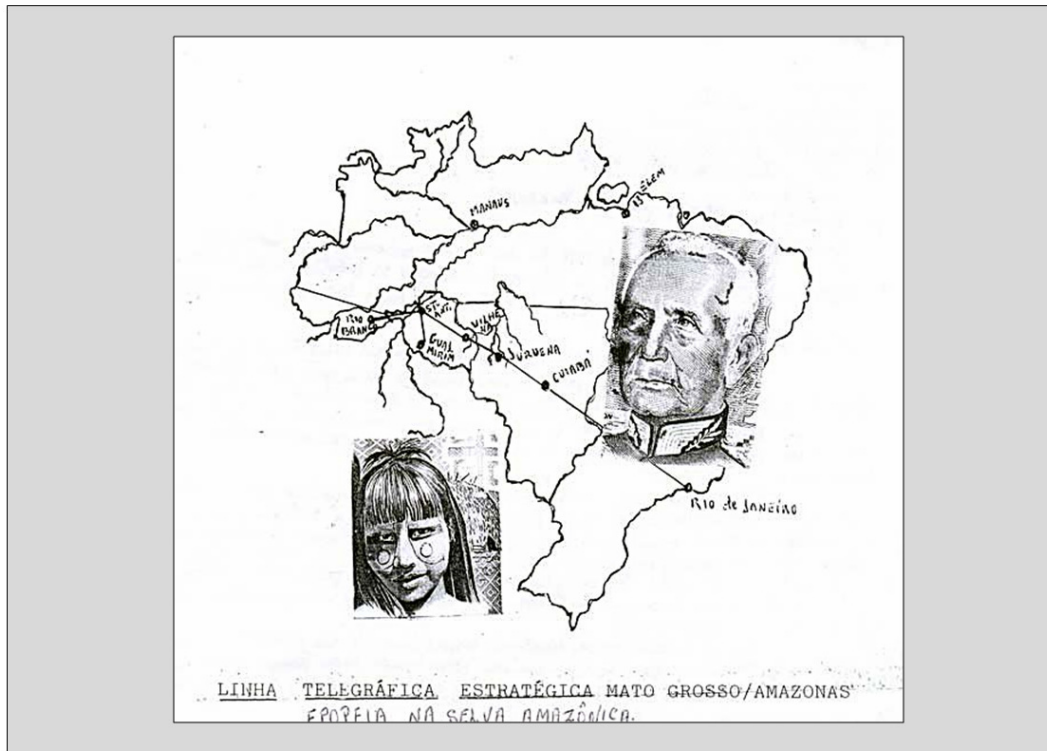


Imagem 2: Mapa produzido no interior da Comissão Rondon, SARQ - MI

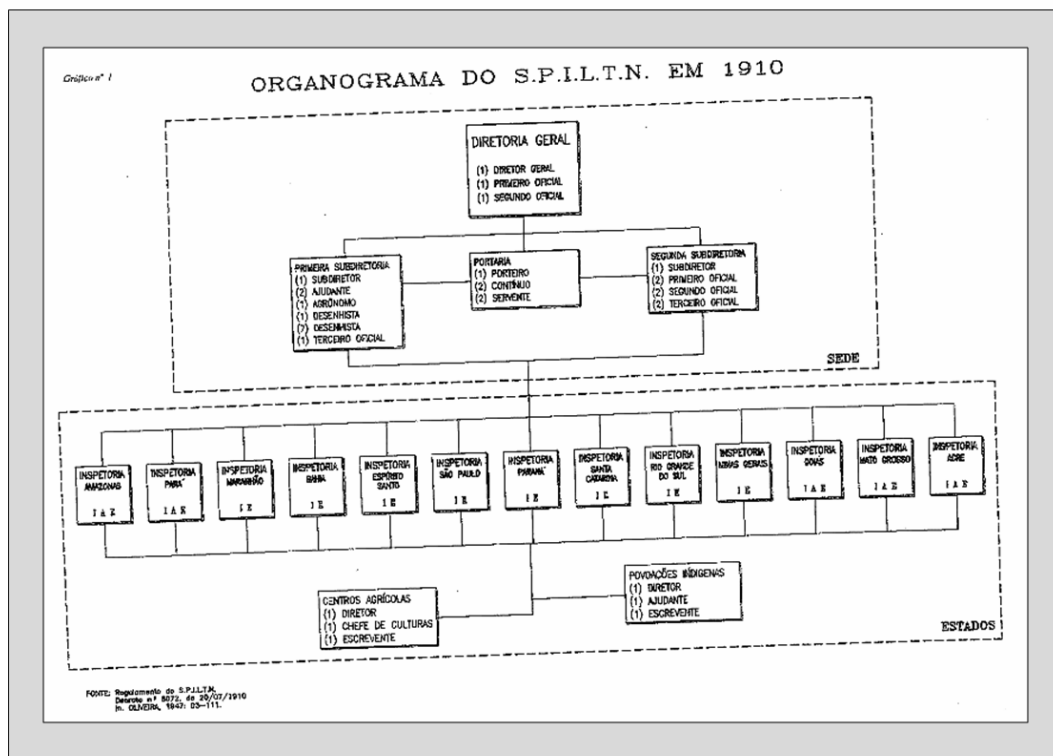


Imagem 3: Organograma do SPI de 1910 – Lima, 1995

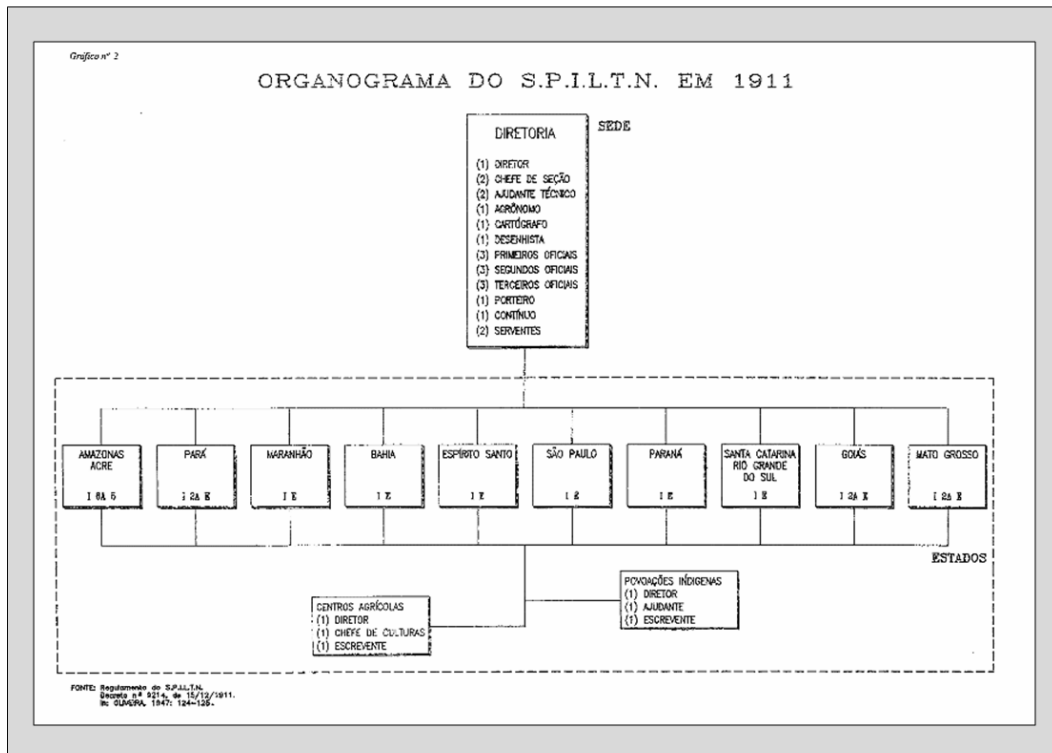


Imagem 4: Organograma do SPI de 1911 – Lima, 1995

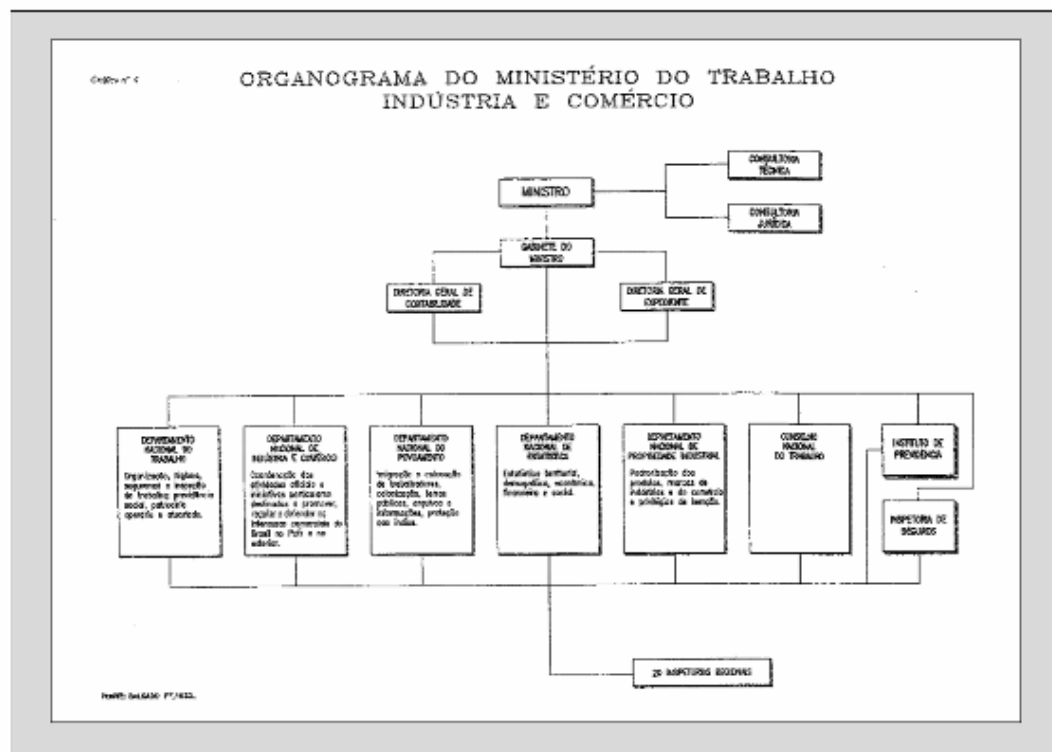


Imagem 5: Organograma do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio – Lima, 1995

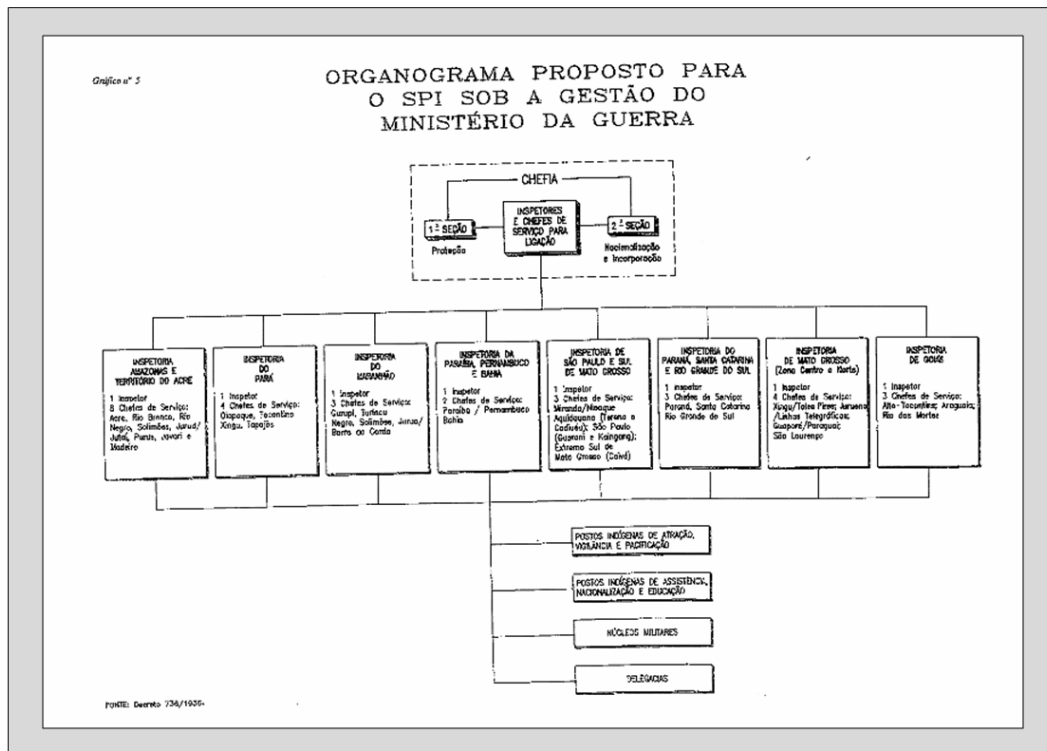


Imagem 6: Organograma proposto para o SPI sob a gestão do Ministério da Guerra – Lima, 1995

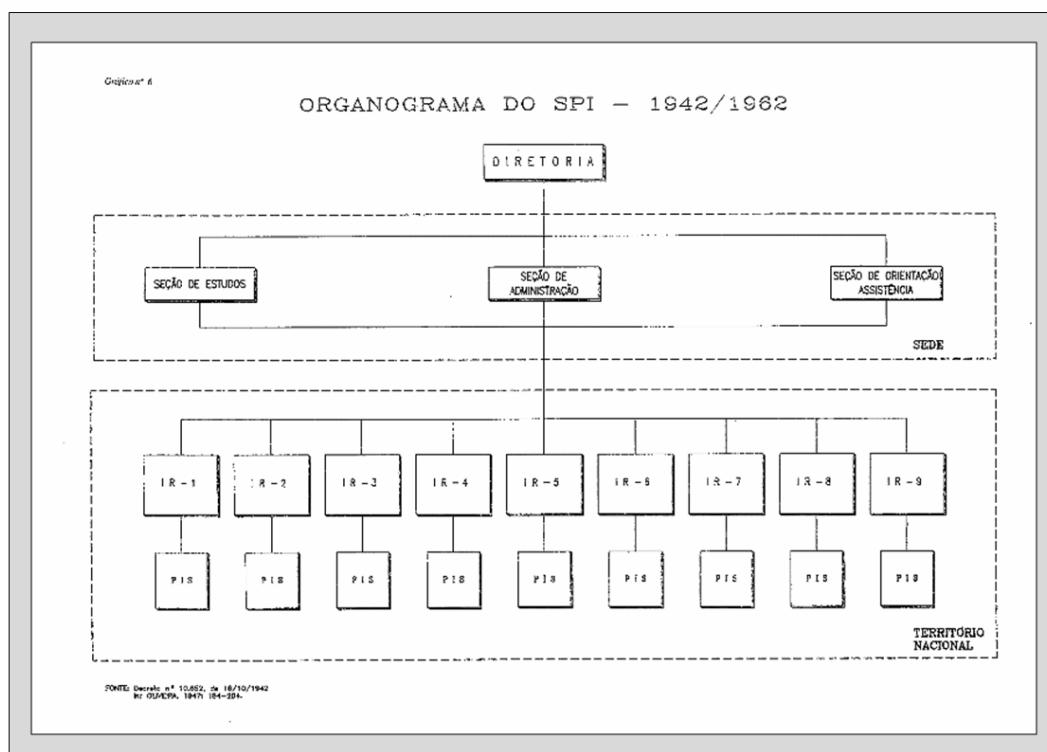


Imagem 7: Organograma do SPI de 1942/1962 – Lima, 1995



Imagem 8: Capa do Boletim Interno do SPI de janeiro de 1958, SARQ - MI



Imagem 9: Capa do Boletim Interno do SPI de junho de 1958, SARQ - MI

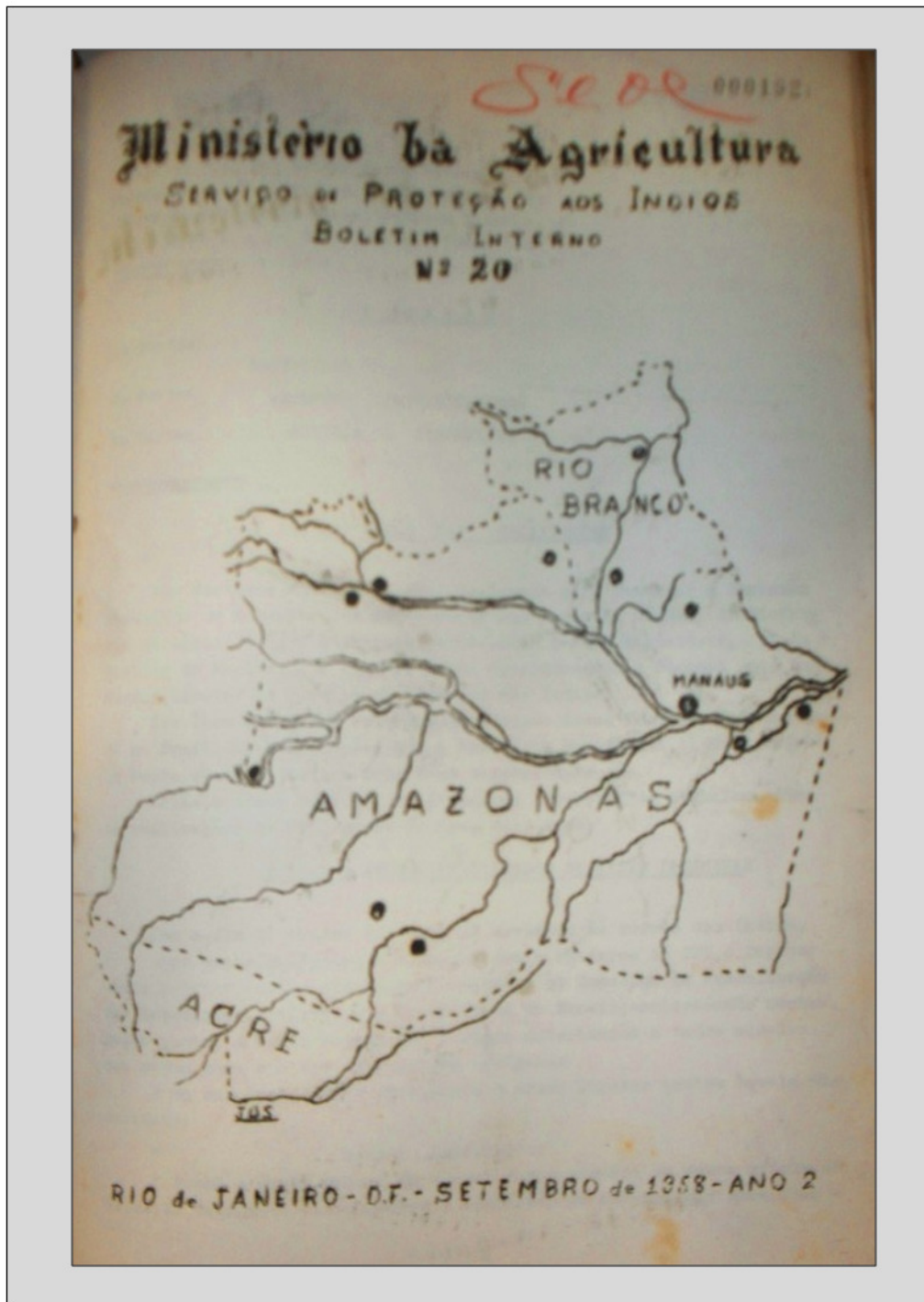


Imagem 10: Capa do Boletim Interno do SPI de setembro de 1958, SARQ - MI

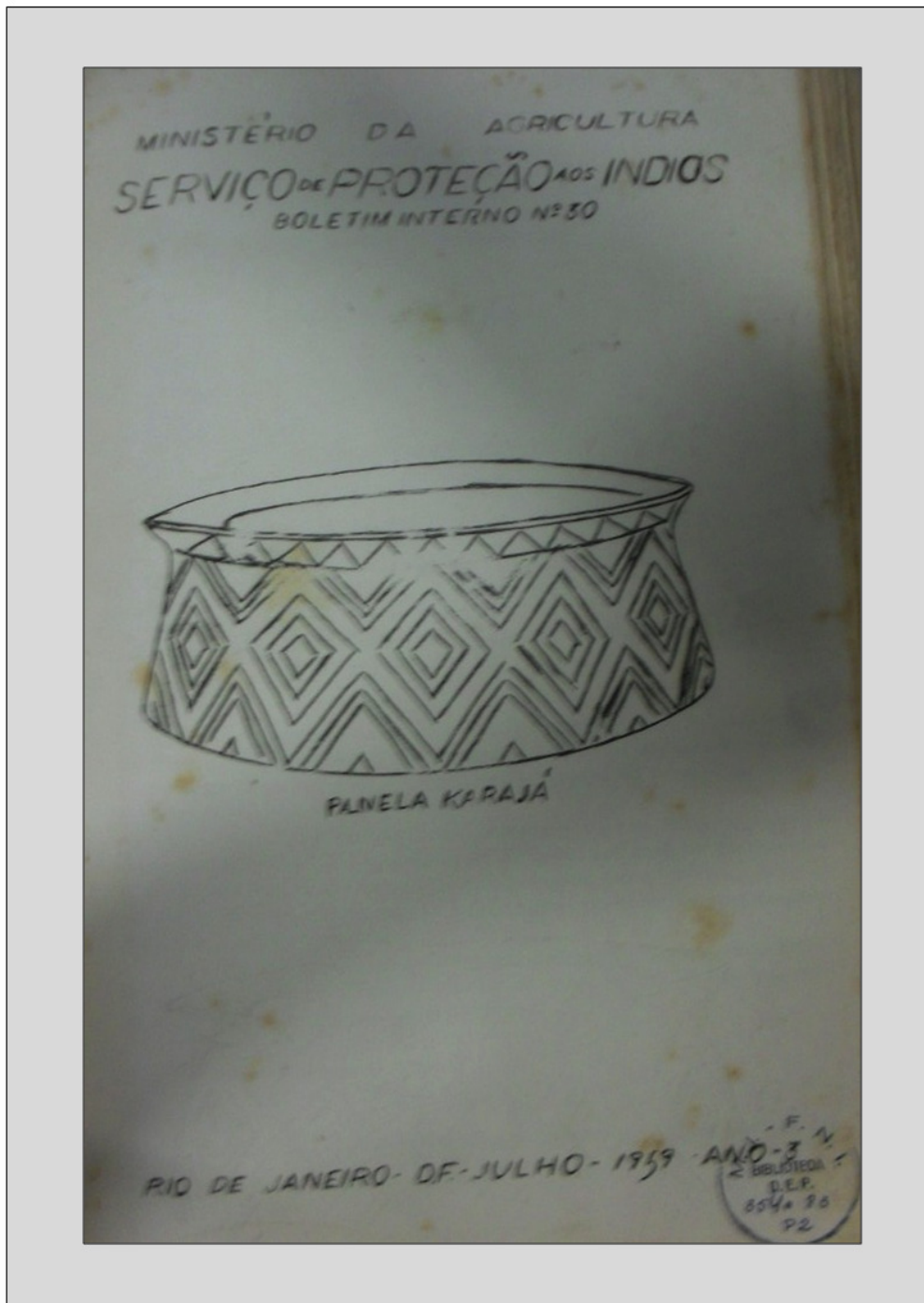


Imagem 11: Capa do Boletim Interno do SPI de setembro de 1959, SARQ - MI



Imagem 12: Capa do Boletim Interno do SPI de setembro de 1960, SARQ - MI

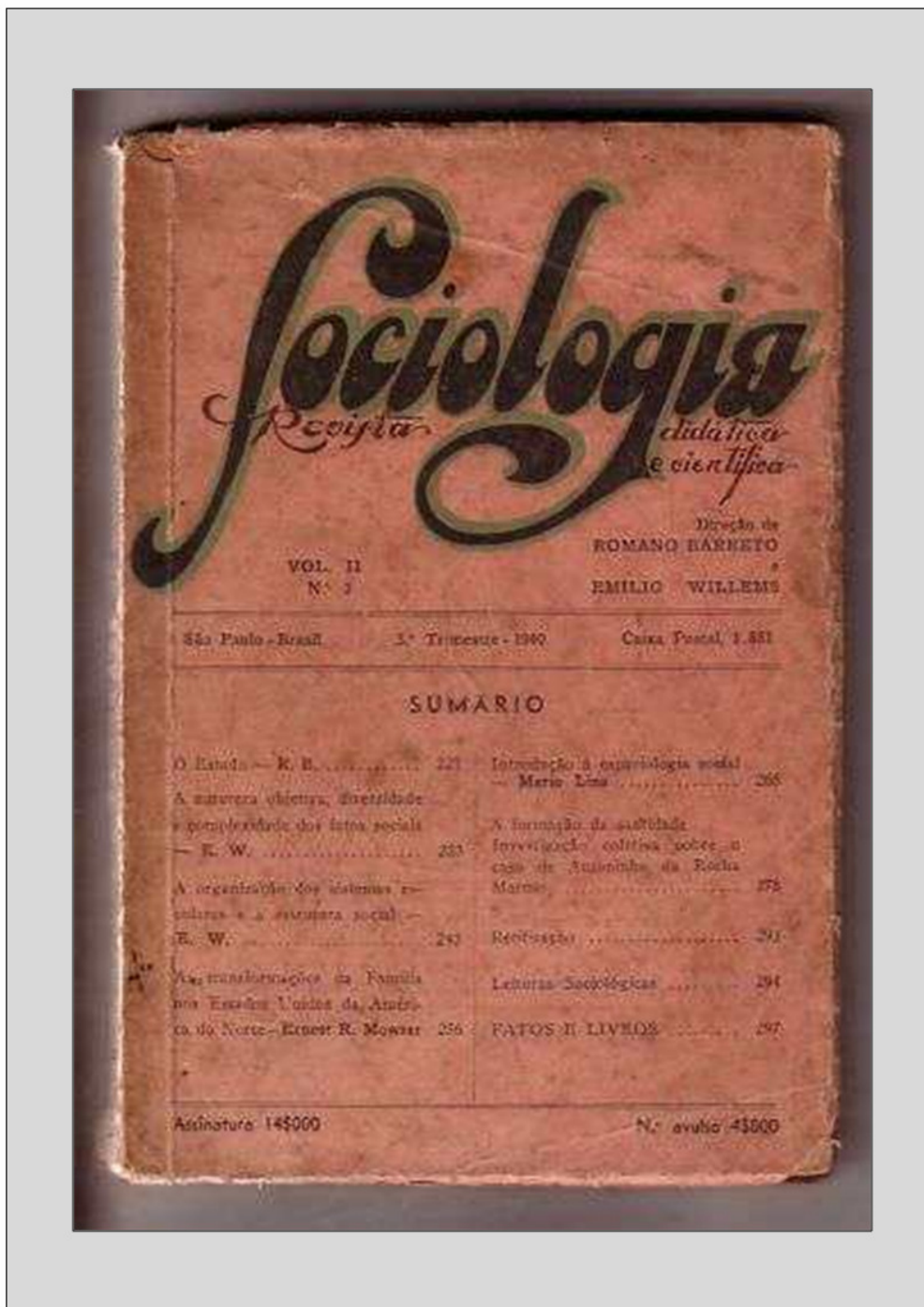


Imagem 13: Capa da revista *Sociologia*, CEDOC FESPSP

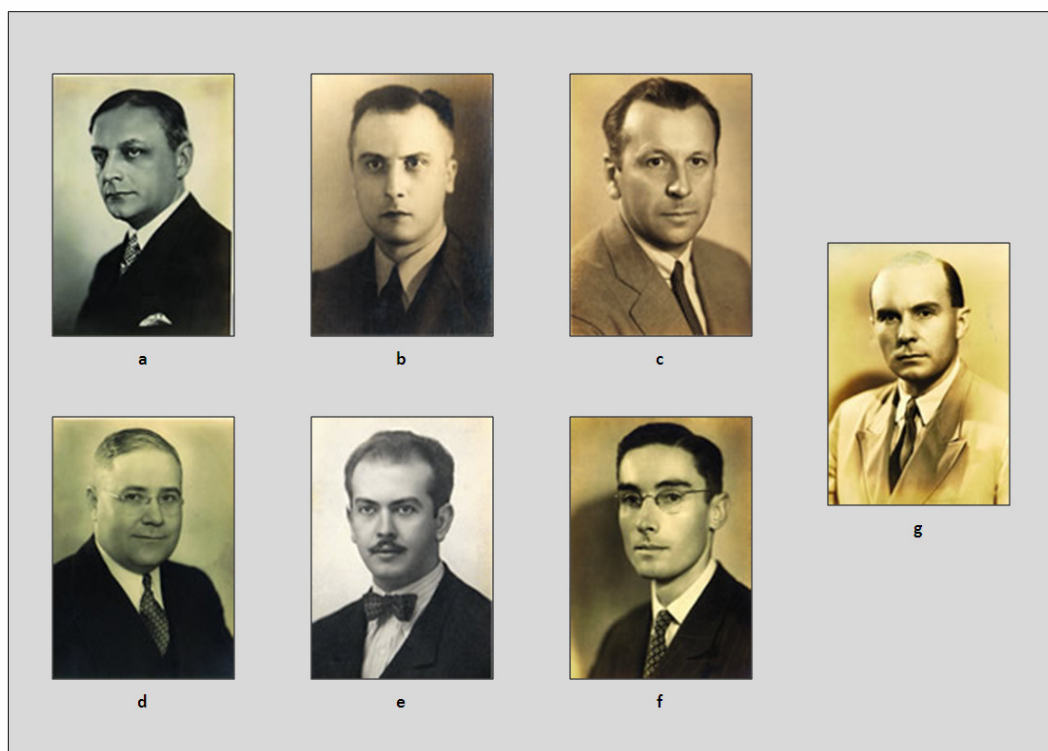


Imagem 14: a- Roberto Simonsen/ b- Cyro Berlink /c- Herbert Baldus /d- Donald Pierson/e- Antonio Rubbo Muller /f- Oracy Nogueira/ g- Emilio Willens

(Professores da ELSP, CEDOC FESPSP)


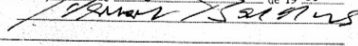

CABIMHO DA R.T.		ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLITICA DE SÃO PAULO RUA GENERAL JACOMI Nº 522 SÃO PAULO		N.º de Ordem <u>1</u>		
REGISTRO DE EMPREGADO						
Nome do empregado: <u>HERBERT BALDUS</u>			Cór. <u>branca</u>		Filiação { Pai <u>Martins Baldus</u> nacionalidade <u>alemã</u> Mãe <u>Carolina Baldus</u> nacionalidade <u>alemã</u> Beneficiários: <u>esposa</u>	
Residência: <u>Praça Benedito Calixto</u> , Telefone: <u>8-3378</u>			Cabelo <u>castanho</u>	Cart. de Trabalho de Menor		
Idade <u>56</u> anos - Data do nascimento <u>14 / 3 / 1899</u>			Barba <u>raspado</u>	N.º Série		
Lugar do nascimento <u>Alemanha</u>			Bigode <u>raspado</u>	N.º da Carteira do Inst. de		
Estado civil <u>casado</u> Nacionalidade <u>brasil-natural.</u>			Olhos <u>castanhos</u>	Aposentadoria		
		Altura <u>1,75</u>				
		Pés <u>75</u>				
Dada da admissão ao serviço: <u>01.01.1939</u>		N.º da Cart. Profissional <u>543480</u> Série <u>38a</u>	Quando <u>ESTRANGEIRO</u>			
Cargo que ocupa: <u>Professor</u>		" " " de Saúde	N.º da Cart. N.º do Reg. Geral			
Remuneração <u>Cr\$ 4.000,00</u>		" " " do Inst. Aposent.º	Casado com brasileira?			
Forma de pagamento <u>mensal</u>		Situação Militar: { Cad. N.º Série	Nome do conjuge			
Horário de trabalho: das _____ às _____		Certificado	Tem filhos brasileiros? Quantos?			
com intervalo de _____ hs. para refeição e descanso.		Quando motorista { Carteira N. de Habilitação N.º	Data da chegada ao Brasil:			
			Naturalizado _____ Decreto N.º _____			
Data e assinatura do empregado na ocasião da admissão: <u>São Paulo, 1</u> de <u>Janeiro</u> de 19 <u>39</u>						
Data da dispensa: <u>Junho 1961</u>						
Recebi os seguintes documentos que me pertencem:						
		 POLEGAR DIREITO				

Imagem 15: Registro de empregado de Herbert Baldus, CEDOC FESPSP


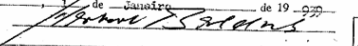

CABIMHO DA R.T.		ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLITICA DE SÃO PAULO RUA GENERAL JARDIM Nº 522 SÃO PAULO		N.º de Ordem <u>2</u>		
REGISTRO DE EMPREGADO						
Nome do empregado: <u>HERBERT BALDUS</u>			Cór. <u>branca</u>		Filiação { Pai <u>Martins Baldus</u> nacionalidade <u>alemã</u> Mãe <u>Carolina Baldus</u> nacionalidade <u>alemã</u> Beneficiários: <u>esposa</u>	
Residência: <u>Praça Benedito Calixto 75</u> , Telefone: <u>8-3378</u>			Cabelo <u>castanho</u>	Cart. de Trabalho de Menor		
Idade <u>56</u> anos - Data do nascimento <u>14 / 3 / 1899</u>			Barba <u>raspado</u>	N.º Série		
Lugar do nascimento <u>Alemanha</u>			Bigode <u>raspado</u>	N.º da Carteira do Inst. de		
Estado civil <u>casado</u> Nacionalidade <u>brasil-naturalizado</u>			Olhos <u>castanhos</u>	Aposentadoria		
		Altura <u>1,75</u>				
		Pés <u>75</u>				
Data da admissão ao serviço: <u>01.01.1939</u> ✓		N.º da Cart. Profissional <u>543480</u> Série <u>38a</u>	Quando <u>ESTRANGEIRO</u>			
Cargo que ocupa: <u>Professor</u>		" " " de Saúde	N.º da Cart. N.º do Reg. Geral			
Remuneração <u>Cr\$ 4.000,00</u>		" " " do Inst. Aposent.º	Casado com brasileira?			
Forma de pagamento <u>mensal</u>		Situação Militar: { Cad. N.º Série	Nome do conjuge			
Horário de trabalho: das _____ às _____		Certificado	Tem filhos brasileiros? Quantos?			
com intervalo de _____ hs. para refeição e descanso.		Quando motorista { Carteira N. de Habilitação N.º	Data da chegada ao Brasil:			
			Naturalizado _____ Decreto N.º _____			
Data e assinatura do empregado na ocasião da admissão: <u>São Paulo</u> de <u>Janeiro</u> de 19 <u>39</u>						
Data da dispensa:						
Recebi os seguintes documentos que me pertencem:						
		 POLEGAR DIREITO				

Imagem 16: Registro de empregado de Herbert Baldus, CEDOC FESPSP

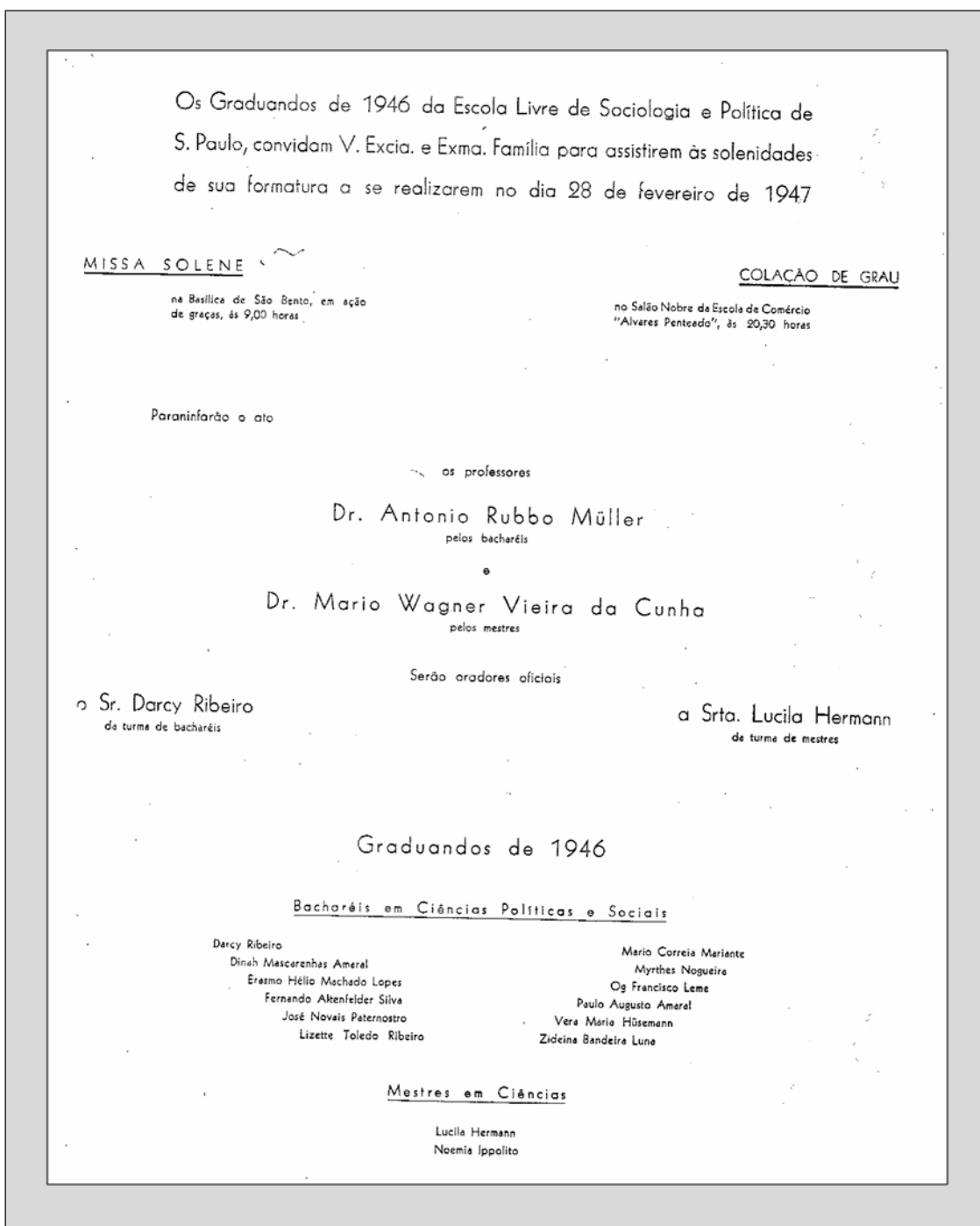


Imagem 17: Convite da colação de grau de Darcy Ribeiro, CEDOC FESPSP

CERTIFICADO

Certifico, a pedido da parte interessada, que o Senhor Darcy Ribeiro, nascido em Montes Claros, no Estado de Minas Gerais, a 26 de outubro de 1922, filho do Senhor Reginaldo Ribeiro, colou o grau de Bacharel em Ciências Políticas e Sociais nesta Escola, no ano letivo de 1946, tendo obtido as seguintes médias:

I Série - 1944

Elementos de Biologia	7,3 (sete e três décimos)
Etnologia Geral	9,3 (nove e três décimos)
Estatística (I)	6,0 (seis inteiros)
Fisiologia do Trabalho	7,5 (sete e cinco décimos)
Introdução à Ciência da Sociologia	9,1 (nove e um décimo)
Introdução à Psicologia	8,5 (oito e meio)
Estatística (I)	5,9 (cinco aproximadamente)
Ciência Política	8,8 (oito e oito décimos)

Escala de notas - 1944: Aprovação simples: igual a 5 e inferior a 7. Aprovação plena: igual a 7 e inferior a 9. Distinção: igual a 9 e inferior a 10. Grande distinção: igual a 10.

II Série - 1945

Organização e Desorganização Social	8,0 (oito inteiros)
Introdução à Antropologia Social	6,5 (seis e meio)
Introdução à Psicologia Social	7,1 (sete e um décimo)
Psicotécnica	7,6 (sete e seis décimos)
Estatística (II)	7,1 (sete e um décimo)
Higiene Social	6,5 (seis e meio)
Introdução à Economia	7,7 (sete e sete décimos)

Escala de notas - 1945: Aprovação simples: igual a 6 e inferior a 7. Aprovação plena: igual a 7 e inferior a 9. Distinção: igual a 9 e inferior a 10. Grande distinção: igual a 10.

III Série - 1946

Administração Pública	7,8 (sete e oito décimos)
Economia Internacional	7,3 (sete e três décimos)
Estatística (III)	7,0 (sete inteiros)
Etnologia Brasileira	9,6 (nove e seis décimos)
Finanças Públicas	7,8 (sete e oito décimos)
Higiene Mental e Psicanálise	8,0 (oito inteiros)
História das Doutrinas Econômicas	8,5 (oito e meio)
História Econômica do Brasil	7,6 (sete e seis décimos)
História Social e Política do Brasil	8,1 (oito e um décimo)
Serviços Sociais	7,7 (sete e sete décimos)

Escala de notas - 1946: Aprovação simples: igual a 6 e inferior a 7. Aprovação plena: igual a 7 e inferior a 8. Aprovação plena: igual a 8 e inferior a 9. Distinção: igual a 9 e inferior a 10. Grande distinção: igual a 10.

São Paulo, 22 de agosto de 1947

A. R. Muller
Diretor Interino

Imagem 18: Certificado de Conclusão de Curso de Darcy Ribeiro, 1946 – CEDOC FESPSP